

Esse exemplar corresponde a redação final
da dissertação de mestrado defendida por Caio César
L. P. da Silveira e aprovada pela comissão
julga-dora. Campinas, 26 fevereiro de 1985.
J. Francisco da Silva

A PEQUENA PRODUÇÃO E O PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO RURAL
EM SÃO PAULO E NO NORDESTE.

Caio César Lock Prates da Silveira

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Insti-
tuto de Economia da Universidade Estadual de Campinas -
UNICAMP, sob a orientação do Professor Doutor José Fran-
cisco Graziano da Silva.

Fevereiro de 1985

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

À Luz, com amor.
Aos meus pais,
Gleny e Celso Tulio.
Ao Caio Márcio.
À Vó Olga.

AGRADECIMENTOS

A José Graziano da Silva, pela ajuda na definição do tema da tese, pelo estímulo permanente à sua conclusão (apesar dos meus longos sumiços...) e pela orientação da tese de um modo geral.

À equipe do projeto "Ciências Sociais em Nutrição" realizado na FINEP (em convênio com o INAN e o IBGE) entre 1978 e 1980, pelas críticas e sugestões feitas ao longo do trabalho que foi o embrião desta tese. Em particular, a Celso Alves da Cruz (Coordenador do projeto), pela confiança que depositou em mim, a Maria Teresa Falcão e Fernando de Nielander Ribeiro pelo trabalho de programação e coleta de dados do ENDEF junto ao computador no IBGE, aos amigos Francisco Viacava, Célia Poppe de Figueiredo e Walmir Oliveira, pelo auxílio na parte referente ao diagnóstico do estado nutricional da população rural das regiões estudadas, e pelas discussões e sugestões dadas durante todo o trabalho a respeito do melhor aproveitamento dos dados do ENDEF, e a Paulo Magalhães e a Maria da Graça Salgado, grandes amigos desde então, cujo carinho e incentivo em todos estes anos foram certamente muito importantes para a conclusão da tese.

A Ângela Kageyama e Maria de Nazareth Wanderley, pelos valiosos comentários à versão preliminar desta tese.

A Maria da Luz Alves e Silva, minha mulher, pela revisão do texto final feita em condições bastante desfavoráveis, num período em que as suas atividades a deixavam quase sem nenhum tempo livre.

A Isabel de Paula Miranda, pela dedicação com que se empenhou no trabalho de datilografia.

A Ricardo Bielschowsky e aos amigos do Departamento de Estudos e Pesquisas (DEP) da FINEP, onde estou desde 1978, pelo apoio e pelo estimulante e fraterno clima de trabalho.

INDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - A Pequena Produção e o Processo de Proletarização Rural: Observações Teóricas	9
I.1 - Sobre a Tese da "Reprodução de Relações Não-Capitalistas e o Referencial Teórico deste Trabalho	9
I.2 - Sobre as Questões tratadas no Capítulo II	16
I.2.1 - A Integração dos Pequenos Produtores ao Mercado	21
I.2.2 - A Composição da Renda Familiar dos Pequenos Produtores	38
I.2.3 - O Interrelacionamento Pequena Produção/Trabalho Assalariado	40
CAPÍTULO II -A Pequena Produção e o Processo de Proletarização Rural no Nordeste e em São Paulo: Uma Análise a partir dos dados do ENDEF	51
II.1 - Caracterização Geral das Famílias Rurais e Análise da Composição da Renda Familiar	53
II.2 - Integração Mercantil das Famílias Rurais	73
II.3 - Distribuição do Pessoal Ocupado pelas Ocupações Exercidas e por Grupo Sócio-Econômico	89
CAPÍTULO III - Condições de Vida das Famílias Rurais segundo o ENDEF: Análise dos Níveis de Despesa e Estado Nutricional no Nordeste e em São Paulo	106
III.1 - Análise dos Níveis de Despesa	107
III.2 - Análise do Estado Nutricional	115
III.2.1 - Caracterização Geral	115
III.2.2 - Determinantes da Ingestão Calórica.....	126
III.2.3 - Posição Relativa dos Grupos Sócio-Econômicos	136

RESUMO E CONCLUSÕES 164

ANEXO I - Informações Gerais sobre o ENDEF

Definições e Conceitos Utilizados no Trabalho 189

ANEXO II - Tabelas Não Analisadas no Texto 209

APRESENTAÇÃO

Esta tese foi elaborada a partir do volume referente ao setor rural da pesquisa "Ciências Sociais em Nutrição" realizada pela FINEP (concluída em 1980) em convênio com o INAN e o IBGE e consiste na exploração de dados do Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF) do IBGE (colhidos em 1974 e 1975) de duas regiões: São Paulo e Nordeste ⁽¹⁾. Pelo convênio com o IBGE, foi possível ter acesso a dados primários do ENDEF e realizar tabulações especiais de acordo com os propósitos da pesquisa, de modo que os dados aqui utilizados são inéditos, não constando das publicações do ENDEF feitas pelo IBGE.

Originalmente concebida para analisar os dados sobre alimentação e nutrição, dos quais o ENDEF se constitui no mais completo levantamento já feito no país, esta pesquisa foi incorporando gradualmente outras preocupações. No tocante à análise das famílias rurais dessas regiões, o objeto de investigação foi praticamente redefinido, passando a ser o exame de aspectos diversos da pequena produção e do processo de proletarização rural passíveis de exploração a partir dos dados de orçamento familiar do ENDEF. Considerou-se que, através dos dados referentes às famílias de tra

(1) O ENDEF foi uma pesquisa de orçamento familiar com cobertura nacional realizada entre agosto de 1974 e agosto de 1975. Teve uma amostra de 55.000 famílias, sendo representativa ao nível das chamadas "regiões da PNAD": sete regiões, das quais duas são São Paulo e Nordeste, aqui analisadas. A escolha dessas regiões teve como objetivo comparar as características do processo de proletarização e as condições de vida dos trabalhadores rurais de duas regiões com níveis de desenvolvimento agrícola bastante distintos. Para informações gerais sobre o ENDEF e a pesquisa em que se baseou esta dissertação, ver o Anexo I.

balhadores rurais seria possível evidenciar aspectos importantes da pequena produção e do assalariamento rural ausentes, necessariamente, de estudos baseados nas fontes de dados mais usuais, como o Censo Agropecuário ou o Cadastro do INCRA, cujos dados referem-se, respectivamente, aos estabelecimentos e aos imóveis rurais. Estes aspectos são: a composição da renda familiar de pequenos produtores e assalariados, a integração mercantil dos pequenos produtores pela ótica da renda/despesa familiar, a proporção, entre os assalariados rurais, dos dependentes de pequenas explorações rurais para a sua reprodução (semi-proletários), a presença simultânea em famílias rurais de pequenos produtores e assalariados, etc.

A caracterização do estado nutricional acabou sendo tratada num capítulo à parte, dedicado à análise das condições de vida das famílias de pequenos produtores e assalariados rurais resultantes do processo da proletarização rural em São Paulo e no Nordeste. O exame do estado nutricional aparece, então, como um indicador privilegiado do nível de vida dessas famílias.

INTRODUÇÃO

O comportamento da agricultura brasileira nas últimas décadas apresenta pelo menos duas grandes características de especial relevância para o tema em questão: em primeiro lugar, ao contrário do que prognosticavam, nas décadas de 50 e 60, a CEPAL e alguns autores marxistas (os partidários da chamada "tese feudal"), a agricultura não opôs obstáculos ao vigoroso processo de crescimento industrial ocorrido no período; em segundo lugar, o crescimento e a significativa transformação da base técnica da agricultura (embora a incorporação do progresso técnico tenha sido bastante desigual, muito mais acentuada em certas regiões e para alguns produtos) têm ocorrido preservando, ou, pelo menos, no período mais recente (de 70 para cá), reduzindo muito lentamente, a percentagem, ainda majoritária, de mão-de-obra familiar no total do pessoal ocupado.

Este aspecto, a importância do trabalho familiar em oposição ao trabalho assalariado, indica a redução simplista operada por esquemas conceituais que prevêm o rápido desaparecimento das formas de produção assentadas na mão-de-obra familiar, com a sua substituição progressiva pela grande propriedade baseada no trabalho assalariado. Em última análise, o problema teórico envolvido refere-se à própria compreensão da dinâmica da agricultura no capitalismo e à impossibilidade de pensar-se este desenvolvimento de uma forma única como um processo linear de proletarização. Nesse sentido, a agricultura brasileira parece constituir um caso e-

xemplar: apesar do desenvolvimento relativamente importante do capitalismo no conjunto da economia, a agricultura no Brasil preserva e recria relações de trabalho não nitidamente capitalistas, su_uporte, em geral, de formas bastante variadas de "pequena produção"; de modo que a participação relativa do trabalho assalariado na for_oça-de-trabalho rural não tem se elevado significativamente.

O processo simultâneo de intensificação das inovações técnicas na agricultura (sobretudo, a partir dos anos 60) com permanência do trabalho familiar pode ser melhor avaliado a partir das informações seguintes.

Quanto ao progresso técnico: dados dos censos agropecuários sobre a evolução do número de tratores, arados mecânicos e colhedei_oras, no período 60/75, apontam um intenso movimento de mecanização da agricultura - o número de tratores, por exemplo, cresceu nestes anos 427%⁽¹⁾, sendo que a proporção de estabelecimentos agropecuários que utilizam força mecânica entre 70 e 75 mais do que dobrou, passando de 6,2% para 14,5% do total de estabelecimentos⁽²⁾. Observa-se também uma intensificação do uso de fertilizantes e defensivos - de 1965 a 1975 há um consumo crescente da tríade NPK (Nitrogênio, Fósforo e Potássio), com um saldo significativo a partir de 1970⁽³⁾. Além disso, os dados sobre a

(1) Ver J. Graziano da Silva e A. Kageyama, "Produtividade e Emprego na Agricultura Brasileira", in Desenvolvimento Capitalista no Brasil nº 2, Brasiliense, 1983, tabela 1, p.198.

(2) Idem, p. 207.

(3) Relatório sobre Transformações Recentes na Agricultura Brasileira, volume síntese, EIA/FCV (mimeo), 1978, pp. 129-130.

composição das despesas nos estabelecimentos agrícolas revelam uma queda na participação dos salários, com elevação das despesas com insumos industriais, em praticamente todas as regiões⁽¹⁾. São, sem dúvida, dados expressivos, apesar da já salientada desigualdade de deste processo, bastante mais nítido em determinadas regiões e para certos produtos.

Ao mesmo tempo, segundo dados do Censo Agropecuário, a importância do trabalho familiar (o item "responsáveis e membros não-remunerados da família") cresce, representando 63% (em 60) e 80 % (em 75) do total do pessoal ocupado na agricultura brasileira, sendo o restante composto por "empregados permanentes e temporários", "parceiros subordinados" e "outra condição". Mesmo admitindo-se que estes dados não caracterizam adequadamente a composição média da mão-de-obra ocupada no ano sob cada uma das categorias definidas e que existem sérios problemas de comparabilidade entre o censo de 60 e os de 70/75 (o que torna muito discutível qualquer inferência sobre a evolução das relações de trabalho entre 60 e 70/75 a partir dos dados do censo)⁽²⁾, o predomínio

(1) "Transformações Recentes...", op.cit., p.129.

(2) O fato da data de referência do censo de 60 ser 1 de setembro, no período de emprego mínimo, e a dos censos de 70 e 75 ser 31 de dezembro, correspondente à época de emprego máximo, certamente dificulta a comparação da composição do pessoal ocupado de 60 com a de 70/75. Além disso, os dados de pessoal ocupado do censo apresentam diversos problemas: de especificação das categorias (distinção entre parceiros autônomos e subordinados, empregados permanentes e outra condição, parceiros subordinados e outra condição), de estimativa do número de pessoas ocupadas em cada categoria (dificuldade para estimar o número médio no ano de trabalhadores temporários, de pessoal ocupado em empreitada), e, finalmente, de estimativa da quantidade de trabalho efetivamente realizada por categoria (para o que a unidade pessoa ocupada não é a mais indicada, dadas as diferenças significativas no ritmo e extensão da jornada de trabalho, sendo mais correto converter o número de pessoas ocupadas em equivalentes-homem). Ver, a propósito, J. Graziano da Silva e A. Kageyama, "Emprego e Relações de Trabalho na Agricultura Brasileira: uma análise dos dados censitários de 1960, 1970 a 1975", in Resquisa e Planejamento Econômico, IPEA, abril de 1983, onde estes problemas são discutidos em detalhe e de onde se retirou os dados sobre pessoal ocupado em equivalentes-homem aqui apresentados.

do trabalho familiar parece inquestionável: convertendo-se o número de pessoas ocupadas em equivalentes-homem para uma estimativa mais apropriada da quantidade de trabalho efetivamente realizada por categoria, o trabalho familiar representa perto de 60% do pessoal ocupado em 1960 e em torno de 70% em 1970 e 1975 (Tabela 1).

Esta mão-de-obra familiar é, na sua maior parte, absorvida em pequenos estabelecimentos, onde ela é exclusiva ou largamente predominante, isto é, no âmbito da "pequena produção" na definição adotada neste trabalho. Assim, os dados da Tabela 1 indicam a permanência no tempo e a importância da pequena produção na absorção de força-de-trabalho rural (número de pessoas ocupadas) e como forma de organização da produção responsável pela maior quantidade de trabalho exercida na agricultura (número de pessoas em equivalentes-homem).

É interessante notar, ainda, que, em termos de distribuição regional, a importância do trabalho familiar/pequena produção é generalizada, de modo que os dados agregados a nível de Brasil não resultam, simplesmente, de uma grande concentração de pequenos produtores nas regiões mais pobres: conforme os dados do censo revelam, em praticamente todos os estados a percentagem de mão-de-obra familiar sobre o total de pessoal ocupado é bastante elevada, embora, evidentemente, estes dados encubram vínculos distintos da produção familiar com o restante da economia (como produtora de mercadorias ou reservatório de força-de-trabalho) e subordinação a diferentes formas de capital (capital comercial, proprietário fundiário, agroindústria ou cooperativas capitalistas).

TABELA 1

Composição percentual da força de trabalho total (em equivalentes-ho-
mem), segundo as categorias do censo de pessoal ocupado - Brasil

Ano	Membros da Família	Parceiros e outra condição	Empregados		Contratados p/Empreiteiro	TOTAL
			Perman.	Tempor.		
1960	58.5	9.3	10.3	22.0	-	100.0
1970	71.6	4.8	7.4	9.7	6.5	100.0
1975	68.8	3.5	8.4	12.7	6.6	100.0

Fonte: Censos Agropecuários de 1960, 1970 e 1975 - dados apresentados por J.Graziano da Silva e A.Kageyama, "Emprego e Relações de Trabalho na Agricultura Brasileira: uma análise dos dados censitários de 1960, 1970 e 1975", in Pesquisa e Planejamento Econômico, IPEA, abril de 1983, op. cit., segundo metodologia exposta neste trabalho.

OBS.: Os dados de 1960 correspondem ao período de emprego mínimo, enquanto os de 1970/75 coincidem com o de emprego máximo. Apesar de sua inclusão aqui numa única tabela, não devem ser comparados diretamente.

TABELA 2

Composição percentual da força de trabalho total (em equivalentes-homem)
segundo as categorias do censo de pessoal ocupado - São Paulo

Ano	Membros da Família	Parceiros e outra condição	Empregados		Contratados por Empreiteiros	TOTAL
			Permanentes	Temporários		
1960	45.6	10.0	25.9	18.6	-	100.0
1970	52.0	4.9	20.5	11.5	11.2	100.0
1975	45.4	4.4	25.2	12.9	12.1	100.0

Fonte: Censos Agropecuários de 1960, 1970 e 1975 - dados apresentados por J. Graziano da Silva e A. Kageyama, "Emprego e Relações de Trabalho na Agricultura Brasileira: uma análise dos dados censitários de 1960, 1970 e 1975", in Pesquisa e Planejamento Econômico, IPEA, abril de 1983, op. cit., segundo metodologia exposta neste trabalho.

OBS.: Os dados de 1960 correspondem ao período de emprego mínimo, enquanto os de 1970/75 coincidem com o de emprego máximo. Apesar de sua inclusão aqui numa única tabela, não podem ser comparados diretamente.

Exemplo significativo da relevância das unidades familiares mesmo nas regiões mais ricas é o de São Paulo. Ao mesmo tempo em que é o estado com agricultura "mais capitalista", com acentuada incorporação de progresso técnico nos anos mais recentes, tem, segundo os censos de 60, 70 e 75, uma presença ainda expressiva do trabalho familiar (Tabela 2).

A tentativa de interpretar o comportamento da agricultura com as características assinaladas - permanência da mão-de-obra familiar, modernização expressiva (ainda que desigual), aliadas ao fato dela não ter obstaculizado o crescimento econômico nos anos sessenta e setenta - suscitou o aparecimento, na década de setenta, de diversos trabalhos que procuraram colocar em novos termos a questão da dinâmica da agricultura brasileira e, em particular, do significado da presença ainda grande de relações de trabalho não assalariadas. O Capítulo I desta dissertação apresenta, de forma bastante sintética, os argumentos básicos (e algumas dificuldades) desse conjunto de trabalhos. Em seguida, ainda neste capítulo, tenta-se situar, a nível teórico, alguns pontos explorados empiricamente no capítulo subsequente, de modo a indicar a relevância de determinadas características da pequena produção e do processo de proletarização ali apontadas para o debate mais geral acerca da evolução das relações de trabalho na agricultura brasileira.

O Capítulo II explora através de dados do ENDEF, aspectos diversos da pequena produção e do processo de proletarização

rural em São Paulo e no Nordeste; a composição da renda familiar de pequenos produtores e assalariados rurais, a integração mercantil dos pequenos produtores, a extensão da presença de assalariados rurais em unidades familiares de pequenos produtores e a proporção, entre os assalariados, dos dependentes para a sua subsistência do exercício de atividade como produtor rural (semi-proletários), etc.

O Capítulo III analisa as condições de vida de famílias de pequenos produtores e assalariados rurais nas duas regiões, a partir de indicadores dos níveis de despesa monetária e não-monetária dessas famílias e, sobretudo, do seu estado nutricional (tomado como um indicador privilegiado de condições de vida).

Finalmente, no "resumo e conclusões", expõe-se as preocupações que orientaram a realização deste trabalho e os principais resultados encontrados nos Capítulos II e III, e são feitas algumas considerações sobre o processo de proletarização rural nas duas regiões suscitadas por estes resultados.

CAPÍTULO I

A PEQUENA PRODUÇÃO E O PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO RURAL: OBSERVAÇÕES TEÓRICAS

I.1. Sobre a Tese da "Reprodução de Relações Não-Capitalistas" e o Referencial Teórico deste Trabalho

A persistência de relações de trabalho do tipo familiar, assim como a ausência (pelo menos aparente) de obstáculos impostos pela agricultura à industrialização brasileira, ensejaram um processo de revisão crítica das principais interpretações vigentes na década de 60, a respeito da dinâmica da nossa agricultura e das suas relações com o desenvolvimento econômico do país. Surgem, assim, diferentes trabalhos⁽¹⁾, cuja preocupação básica é mostrar como o próprio movimento de acumulação de capital pode, pelo menos, em certas circunstâncias, reproduzir relações de produção não-capitalistas, suporte, em geral, de diferentes tipos de pequena produção. Nesta perspectiva, "o capitalismo pode estar presente mesmo quando (...) as relações de produção não demonstram ser especificamente capitalistas", desde que "a extração e a captação do sobre-trabalho se destinem em última análise à reprodução e à acumulação inerentes à lógica capitalista"⁽²⁾. O fundamental, assim, não é a expansão da agricultura capitalista, mas o papel que a agricultura desempenha da acumulação de capital. Pa-

(1) Ver, por exemplo, José de Souza Martins: Capitalismo e Tradicionalismo, S. Paulo, Pioneira, 1975; F. de Oliveira: "A Economia Brasileira: Crítica da Razão Dualista", in Estudos CEBRAP 2, SP, Brasiliense, 1972; O. Queda e J. F. Graziano da Silva, "Distribuição da Renda e Posse da Terra na Produção e Consumo de Alimentos", in Capital e Trabalho no Campo, Lucitec, 1977; O. Queda e J. C. Duarte, "Agricultura e Acumulação", in Debate e Crítica nº 2, S. Silva, "Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo", in Capital e Trabalho no Campo; M. R. Garcia Loureiro, Parceria e Capitalismo, RJ, Zahar, 1977, entre outros.

(2) "A Questão da Pequena Produção", ELAP/FGV, op.cit., p.66.

ra os autores desta corrente teórica, a dinâmica da agricultura no capitalismo não é identificada, necessariamente, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista no interior da própria agricultura.

Para situar devidamente a "novidade" desta abordagem, é interessante notar como posições polares (dentro do chamado "pensamento crítico") no debate da década de 60 sobre a natureza da agricultura brasileira e sua relação com o desenvolvimento econômico - a "tese feudal" e a "tese capitalista"⁽¹⁾ - possuíam um referencial teórico comum no entendimento da dinâmica da agricultura no capitalismo: a idéia de que o desenvolvimento do capitalismo no conjunto da economia supõe o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Assim, a preocupação da "tese feudal" era afirmar o caráter não-capitalista das relações de produção no campo, logo a sobrevivência de resquícios de uma formação social anterior, obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no país; já para a tese oposta - a tese capitalista - as relações de produção no campo eram tidas como capitalistas, sendo as relações distintas do trabalho assalariado existentes consideradas, apenas, variante deste, cuja tendência seria o desaparecimento com a sua substituição pelo assalariamento puro. Nas duas correntes, a preocupação em indicar a ausência (ou presença) de relações de produção capitalistas no campo tem um pressuposto comum: a necessidade de relações capitalistas na agricultura para o desenvolvimento do capitalismo.

(1) As obras mais representativas deste debate são as de A. Passos Guimarães: Quatro Séculos de Latifúndio (tese feudal) e de Caio Prado Jr A Revolução Brasileira (tese capitalista).

Apesar da recusa comum deste pressuposto, o conjunto de trabalhos enfeixados na posição da "reprodução de relações não-capitalistas" apresenta, por sua vez, divergências, ora concebendo as relações não-capitalistas como produto da fraqueza do capitalismo, ora como produto da própria forma de operação do capital. Para evitar qualquer caracterização da pequena produção "como resquício de modos de produção anteriores ou de situações 'atrasadas e tradicionais'", ou "como mera recirculação pelo capital de algo alheio, externo a ele" (1) uma variante dessa corrente teórica prefere pensar a reprodução de relações do tipo familiar como reprodução de um trabalhador não proletário para o capital (posição de fendida, por exemplo, por M. Nazareth e Graziano) (2).

Esta perspectiva, aqui também adotada, tem a vantagem de afastar de vez qualquer pressuposto a respeito de uma "tendência inexorável de eliminação da produção camponesa à medida que o sistema capitalista se desenvolva na agricultura" (3) e abre cami-

(1) J.F. Graziano da Silva, "A Pequena Produção e as Transformações na Agricultura Brasileira", in *A Modernização Dolorosa*, Zahar, 1982, p. 131.

(2) M. de Nazareth Wanderley, *O Camponês: um Trabalhador para o Capital*, UNICAMP, 1981; J.F. Graziano da Silva, "A Pequena Produção e as Transformações da Agricultura Brasileira", op. cit.

(3) A posição de Graziano, na verdade, parece ambígua. No mesmo artigo, refere-se à presença de relações "não-capitalistas" como indicador da debilidade das transformações capitalistas na agricultura brasileira e entende que esta debilidade reflete uma forma específica de dominação do capital da agricultura onde é marcante a presença do capital comercial e usuário e apenas uma minoria de casos - identificáveis em certos produtos e em determinadas regiões - é possível constatar a presença de formas clássicas ao nível do processo produtivo, isto é, de grandes empresas agrícolas operando à base do trabalho assalariado sobre uma base técnica avançada. E, em uma outra passagem, "a produção camponesa subordinada ao capital jamais significa apenas uma solução funcional, mas uma solução que gera novas contradições, como, por exemplo, ao impor limites à expansão das forças produtivas, à generalização da dominação direta do capital a todos os ramos produtivos, ao constituir base para a hipertrofia da dominação do capital comercial e usuário, etc." (p. 131). Esta colocação parece se encaixar justamente na posição criticada por ele na citação anteriormente referida: a caracterização das relações não-capitalistas como resquício de modos de produção anteriores ou de situações atrasadas e tradicionais e, em decorrência, sugerem, implicitamente, a tendência inexorável à eliminação da produção camponesa já que esta, mesmo criada pelo capital, é identificada com a dominação do capital comercial e usuário, e oporia limites à expansão das forças produtivas e à generalização da dominação direta do capital a todos os ramos produtivos.

inho para se adotar um conceito mais amplo de proletarização, onde o processo de proletarização seja entendido não apenas como a expropriação de fato dos camponeses, transformando-os em assalariados sem terra, mas, também, como o movimento que leva a converter o camponês num trabalhador diretamente subordinado ao capital, retirando a sua autonomia e relegando-lhe apenas a propriedade (ou posse) formal dos meios de produção⁽¹⁾. Além disso, um conceito mais amplo de proletarização deve considerar também, como parte do processo de expropriação, o aumento das ocupações auxiliares dos pequenos produtores, na medida em que isto reflita a incapacidade destes subsistirem apenas com a exploração rural⁽²⁾.

Outra questão a considerar refere-se à compreensão da maneira pela qual as relações não capitalistas se articulam com o processo geral de acumulação de capital. A partir das duas formas básicas de articulação da pequena produção com o restante da economia - como produtora de mercadorias e como reservatório de força-de-trabalho - a reprodução de relações não-capitalistas é, muitas vezes, entendida como "funcional", e, neste sentido, necessária ao desenvolvimento do capitalismo no país: de um lado, a pequena produção contribuiria para o barateamento dos preços dos produtos agrícolas de primeira necessidade; de outro lado, funcionaria como um apêndice necessário do mercado de trabalho rural, na medida em que o salário do trabalhador rural assalariado seria insuficiente para garantir a sua reprodução e mais baixo que o salário urbano, cabendo à pequena produção assegurar parte da subsistência deste tra-

(1) Conforme a argumentação desenvolvida por Graziano da Silva, op. cit., p.135.

(2) Idem, p.133.

lhador.

Trabalhos recentes têm, de certo modo, contribuído para a crítica a esta forma de colocar a questão. Em relação ao papel da pequena produção na oferta de produtos agrícolas básicos, e ao suposto rebaixamento do custo de reprodução da força-de-trabalho daí decorrente, críticas têm sido formuladas de diversos ângulos: a pequena produção estaria tendo cada vez menos importância como rebaixadora de custos de alimentação dos trabalhadores em geral por estar sendo reduzida sua participação como ofertante de gêneros alimentícios⁽¹⁾; a própria relevância da pequena produção na oferta agrícola seria questionável, já que ela é usualmente medida pela participação dos pequenos estabelecimentos (por exemplo, área inferior a 50 ha) no valor da produção agropecuária e este critério seria muito insuficiente⁽²⁾; o fato do preço pago ao pequeno produtor ser baixo (e eventualmente mais reduzido do que o seria caso se tratasse de um produtor capitalista) não significa que o preço a nível do consumidor também o seja⁽³⁾; etc.

Sobre a pequena produção como contrapartida do trabalho assalariado rural, a crítica tende a ressaltar a sua progressiva

(1) Ver, por exemplo, J. Graziano da Silva, op. cit., pp. 139, 140.

(2) Sérgio Silva, "Sobre a Estrutura de Produção no Campo", in Desenvolvimento Capitalista no Brasil, nº 2, Brasiliense, 1983.

(3) Ver, por exemplo, P. Sandroni, Questão Agrária e Campesinato, Polis, 1980, e P. Renato Souza, Duas Funções da Pequena Produção Mercantil na Acumulação Capitalista em Economias Atrasadas, UNICAMP, mimeo.

siva perda de importância, na medida em que aumenta a proporção entre os assalariados rurais dos proletários puros, que já perderam todo o vínculo com a terra (caso típico dos bóias-frias do Centro-Sul). Com isto, a importância da pequena produção para o rebaixamento do salário rural estaria desaparecendo, já que um pressuposto deste mecanismo é a larga predominância dos semi-proletários (assalariados que são também pequenos produtores ou pertencem a famílias de pequenos produtores) entre os assalariados rurais⁽¹⁾.

Por estas razões, parece mais correto analisar a reprodução de relações não-capitalistas na agricultura brasileira de outra maneira: como uma possibilidade no processo de subordinação do trabalho ao capital na agricultura, mas não como uma necessidade para a acumulação de capital no conjunto da economia (de resto, também criticável a nível teórico mais abstrato).

Nesta perspectiva, a pequena produção preenche um espaço onde sua existência é possível, seja porque é da conveniência do capital ao qual ela se subordina (quando se trata de pequena produção subordinada diretamente a algum capital-comercial, industrial, etc.), seja simplesmente porque por características próprias da pequena produção, e sem que haja qualquer relação direta de extração do excedente do pequeno produtor, abre-se a possibilidade de sua sobrevivência num determinado espaço econômico. Do ponto de vista de sua relevância econômica, tanto pode se tra

(1) P. Renato Souza, op. cit.

tar de uma pequena produção modernizada, com contribuição efetiva na oferta agrícola, quanto, no limite, de pequenos produtores marginais que funcionam apenas como refúgio de mão-de-obra excedente⁽¹⁾. Assim, além de não ser necessária para a acumulação de capital, a reprodução de relações não-capitalistas pode, inclusive, não ter maior significado econômico, sendo apenas produto de certas características do processo de acumulação urbano e rural, onde, na falta de alternativas de emprego no setor urbano, o excedente de mão-de-obra rural tende a permanecer na própria produção agrícola, desde que se abram espaços nela para a pequena produção.

(1) A propósito da colocação da pequena produção como refúgio de mão-de-obra excedente, ver B. Sorj e J. Wilkinson, "Processos Sociais e Formas de Produção na Agricultura Brasileira", in Sociedade e Política no Brasil pós 64, Brasiliense, 1983, p. 76 e P. Renato Souza, "A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas", tese de Doutorado apresentada no IFCH/UNICAMP, 1980, p. 129.

I.2. Sobre as questões tratadas no Capítulo II

Embora a perspectiva teórica adotada sugira que o processo básico por trás da grande complexidade das relações de produção na agricultura brasileira é o da subordinação do trabalho ao capital, é analiticamente importante especificar a diversidade das relações de trabalho aí presentes. Deste modo, tem-se uma maior compreensão da dinâmica do processo de proletarianização em curso e, em particular, do significado da permanência, recriação ou dissolução das relações de trabalho distintas do assalariamento puro.

Os trabalhadores rurais brasileiros podem ser, grosso modo, segmentados em diversos grupos, refletindo a multiplicidade de formas de organização do trabalho no campo, sob o comando do capital. Assim, tem-se, de acordo com as categorias do censo agropecuário de pessoal ocupado: o trabalho familiar, suporte, em geral, de formas variadas de pequena produção onde ele é predominante, e que ainda é responsável pela absorção de parcela bastante significativa da PEA rural do país (cerca de 70% da FT rural em equivalentes-homem segundo o censo agropecuário de 1975); o trabalho assalariado permanente ou temporário; e, por fim, formas de emprego onde elementos não-monetários estão presentes, como o "pessoal de outra condição" e os "parceiros subordinados", que, conforme observado na introdução, estão perdendo importância e já não têm maior expressão quantitativa (caso do morador no Nordeste e do colono em São Paulo, relações de trabalho em nítido declínio nos últimos 20 anos).

Além disso, há que considerar o imbricamento destas relações de trabalho, tanto do lado da oferta, quanto do da de

manda de força de trabalho. Do ponto de vista da oferta, trabalhadores assalariados podem exercer atividades como pequenos produtores ou pertencerem a famílias de pequenos produtores, dependendo, deste modo, do trabalho familiar para sua subsistência. Do lado da demanda, os imóveis rurais frequentemente combinam relações de trabalho variadas na realização da atividade produtiva, coexistindo na mesma propriedade o trabalho assalariado com o trabalho familiar em pequenos estabelecimentos intrapropriedade, nos quais o proprietário não atua diretamente na produção, ou mesmo o trabalho familiar característico do "pessoal de outra condição" ou dos "parceiros subordinados", que seriam, como mencionado, formas de emprego com remuneração não-monetária.

O trabalho familiar é absorvido, em grande medida, em unidades de produção que têm em comum o fato de utilizarem quase exclusivamente este tipo de mão-de-obra, a chamada "pequena produção". Apesar deste elemento comum, estas unidades apresentam, sob determinados critérios, grande diversidade. Esquemáticamente, esta diversidade pode ser pensada em dois sentidos:

1. pelas formas de subordinação ao capital
2. pelas características internas desta unidade de produção

Pelo primeiro critério, pode distinguir-se diferentes tipos de pequena produção, como por exemplo:

- subordinação ao grande proprietário, no caso da pequena produção inserida na grande propriedade, onde, pela relação estabelecida com o proprietário, este interfere, em graus variáveis, no pro-

cesso produtivo e/ou no de comercialização, ou simplesmente tem na pequena produção uma forma de reter mão-de-obra para a cultura comercial da propriedade;

- subordinação ao capital comercial/usurário, quando a necessidade de endividamento para a aquisição de bens de consumo e/ou de produção acarreta a perda da liberdade de comercialização do pequeno produtor (já que, muitas vezes, a concessão de crédito se faz com a exigência, em contrapartida, da venda antecipada de produção para um determinado agente, que concentra, assim, as funções de capital comercial e usurário);
- subordinação a oligopsônios mercantis, onde a estrutura oligopsônica aliada à debilidade econômica de pequenos produtores resulta na imposição de preços baixos a estes;
- articulação com cooperativas, que atuam, na verdade, frequentemente, como empresas que financiam a compra de insumos pelo pequeno produtor e asseguram para si a comercialização da produção;
- subordinação ao capital industrial, quando os pequenos produtores passam a atuar sob encomenda mediante financiamento e assistência técnica de empresas industriais, que os forçam a adotar um determinado padrão técnico, etc.

Em todos os casos citados, existe uma interferência na liberdade do pequeno produtor produzir e/ou comercializar a sua produção e, neste sentido, não se trata de uma pequena produ-

ção independente, mas sim subordinada ao capital. A subordinação pode já estar implícita na própria forma de acesso à terra (como certos contratos de parceria ou arrendamento), ou resultar da precariedade econômica do pequeno produtor e de sua dificuldade para repor os meios de produção e de subsistência necessários à continuidade do processo produtivo⁽¹⁾.

São, no entanto, as características internas (2º critério) das unidades familiares de pequenos produtores que interessam para o presente estudo. Sob esta perspectiva, as famílias de pequenos produtores apresentam diferenças em diversos níveis, como, por exemplo, o grau de integração mercantil, o nível de renda familiar, a recorrência ou não a receitas distintas da exploração rural para a reprodução familiar, pontos explorados neste trabalho.

Através do "grau de integração mercantil", pretende-se avaliar, na medida do possível com os dados do ENDEF, até que ponto a pequena produção prevalecente na agricultura nordestina e paulista corresponde ou se afasta do paradigma da "agricultura de subsistência" (suposto em muitas análises sobre a pequena produção na agricultura brasileira), qualificando o papel do auto-consumo na manutenção dessas famílias. Pela composição da renda familiar de pequenos produtores, pode-se dimensionar mais adequadamente a importância da pequena produção no sustento da população rural. O fato de uma parcela expressiva da população economicamente ativa do

(1) Para um interessante estudo sobre a constituição, em casos concretos, de formas de subordinação da pequena produção ao capital a partir de dificuldades dos pequenos produtores para a reposição dos meios de produção e subsistência indispensáveis, ver "Pesquisa sobre Força de Trabalho Agrícola em Regiões de Fronteira", Relatório Final, FASE/INAN/FINEP (mimeo), 1979, Cap. I.

campo ser absorvida em unidades familiares de produção, como sugerido pelos dados censitários sobre emprego, não permite responder a esta questão; é necessário investigar como as unidades familiares se reproduzem, se têm na exploração rural a sua ocupação exclusiva ou se dependem, e em que medida, de ocupações auxiliares.

A respeito do trabalho assalariado presente na agricultura brasileira, alguns pontos são explorados no Capítulo II, com a finalidade de melhor caracterizar o processo de proletarização rural em curso. Neste sentido, procura-se evidenciar a proporção de assalariados dependentes para a sua reprodução de pequenas explorações rurais (semi-proletários), assim como a extensão do exercício simultâneo de atividades como pequeno produtor e como assalariado nas unidades familiares de pequenos produtores. Dessa forma, pode ter-se, nas duas regiões referidas, uma quantificação mais correta dos assalariados rurais "puros", assim caracterizados não apenas pelo tipo de relação de trabalho mantido nos estabelecimentos onde trabalham, mas também pela forma com que garantem a sua subsistência⁽¹⁾. Também é possível explicitar em que medida a pequena produção exerce o papel de reservatório de mão-de-obra para as explorações agrícolas dependentes de trabalho assalariado, seja no que se refere à percentagem de famílias de pequenos produtores com assalariados no total de unidades familiares de pequenos produtores, seja no tocante à percentagem de "semi-proletários" no total de assalariados rurais (o que permite extrair algumas consequências para o funcionamento do mercado de trabalho rural que de-

(1) Informação impossível de conseguir quando a unidade de análise é o imóvel ou o estabelecimento agrícola. Sob este ângulo, dados de orçamento familiar como os do ENDEF representam uma contribuição valiosa para a caracterização correta do tipo de proletário rural presente na agricultura brasileira.

correm deste fato). As unidades familiares de produção, como é indicado pelos dados censitários sobre emprego, são analisadas nesta questão: A seguir, tenta-se situar teoricamente algumas questões relativas a estas "características internas" da pequena produção e a extensão do processo de proletarianização, que constituem o objeto do estudo desenvolvido no capítulo subsequente com os dados do ENDEF para o Nordeste e São Paulo.

I.2.1. A Integração dos Pequenos Produtores ao Mercado

A pequena produção é muitas vezes rotulada de agricultura de subsistência, entendendo-se assim uma agricultura voltada basicamente para o auto-consumo e que comercializa apenas um excedente de sua produção. Aqui serão examinadas criticamente certas interpretações que procedem desta maneira: as que tendem a explicar a competitividade da pequena produção e sua permanência na agricultura brasileira pela redução de custos que a parcela de sua produção destinada ao auto-consumo propiciaria⁽¹⁾; as que atribuem à pequena produção uma lógica própria e, neste sentido, tendem a pensá-la como uma unidade quase exterior ao modo de produção capitalista dominante⁽²⁾. Embora nos trabalhos mais recentes a identificação pequena produção/agricultura de subsistência seja menos frequente, entende-se que questionar os pressupostos teóricos desta identificação pode ser útil para uma caracterização mais adequada da pequena produção prevalecente hoje na agricultura brasileira⁽³⁾.

(1) Ver item I.2.1.1.

(2) Ver item I.2.1.2.

(3) Sobre a qual são feitas considerações no item I.2.1.3.

I.2.1.1 Acumulação de Capital, Reprodução de Relações não-Capitalistas e Agricultura de Subsistência

Em muitos trabalhos incluídos na corrente teórica da "reprodução de relações não-capitalistas"⁽¹⁾, a pequena produção que está na base destas relações é associada à chamada "agricultura de subsistência". A resistência da pequena produção e sua "funcionalidade" para a acumulação de capital é atribuída a características internas desta pequena agricultura, em particular à predominância da produção para auto-consumo e a debilidade de sua vinculação mercantil, isto é, ao seu caráter de subsistência.

Posição exemplar neste sentido é a de J. de Souza Martins, cujos estudos sobre a agricultura brasileira constituem uma fonte importante para os autores aqui incluídos nesta corrente teórica. Em "Modernização Agrária e Industrialização no Brasil"⁽²⁾, explicita os elementos que, a seu ver, reproduzem a "agricultura atrasada", enquanto "alicerce do processo de constituição da economia nacional e, por consequência, da industrialização, como ela se dá no Brasil"⁽³⁾. Esta "agricultura atrasada" é claramente identificada com o que se está chamando "agricultura de subsistência" : "a descoberta aqui contida da relação dinâmica e da interdependência entre a economia do excedente⁽⁴⁾ e a economia de mercado é, a

(1) Referida no ítem I.1.

(2) J. de Souza Martins, "Modernização Agrária e Industrialização no Brasil", in Capitalismo e Tradicionalismo, Pioneira, 1975.

(3) *Ibidem*, p.1.

(4) "Economia do excedente", para Martins, corresponde a definição de "agricultura de subsistência" apresentada anteriormente: uma produção para auto-consumo que destina ao mercado um excedente, definido não como o que sobra do consumo, mas como produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na produção de subsistência.

meu ver, o caminho para desvendar a significação histórica do tradicionalismo, tanto nas zonas velhas quanto nas frentes de expansão"⁽¹⁾. A idéia de Martins é que enquanto no estabelecimento comercial a comercialização do produto deve cobrir, além de outros custos, a reprodução da força de trabalho dedicada à sua produção, no caso da agricultura de subsistência, esta é garantida, em boa medida, pela produção própria, não dependendo do mercado, com o que reduzem-se os custos de produção e o produto vendido pode ser comercializado praticamente a qualquer preço.

Esclarecem-se, assim, as características da agricultura atrasada, baseada em relações não-capitalistas, típica do meio rural brasileiro: uma agricultura predominantemente voltada para o auto-consumo e que comercializa um excedente a "qualquer preço" e, desta forma, torna-se competitiva com um empreendimento especializado ou quase especializado na produção mercantil. Esta "agricultura de subsistência", ao produzir à base de uma "economia do excedente", pode oferecer certos produtos a preços mais baixos e, neste sentido, potencializar a acumulação de capital no conjunto da economia.

A associação entre relações não-capitalistas e agricultura de subsistência aparece também em trabalhos mais antigos de Graziano da Silva, como o "Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira". Referindo-se ao mecanismo descrito por Martins, e que tornaria competitiva a agricultura de subsistência, diz: "este mesmo mecanismo parece permear a produção da

(1) J. de Souza Martins, op. cit., p.12

maioria dos alimentos básicos, geralmente realizada em pequenas propriedades e nas áreas de expansão, onde se colocam posseiros, pequenos arrendatários e parceiros, que não conseguem assumir um comportamento empresarial, produzindo para a sobrevivência e ao mesmo tempo gerando um excedente para mercado, geralmente em grande número de unidades dispersas geograficamente" (1).

A mesma idéia, agora formulada de maneira geral, tanto para o conjunto de produtos básicos para a alimentação, como para os de transformação industrial, aparece em outro texto de Graziano da Silva (junto com O. Queda) (2): a elevada participação das pequenas propriedades na área colhida destes produtos é atribuída ao fato da produção de subsistência "subsidiar a mão-de-obra familiar empregada na cultura comercial dentro da mesma propriedade" (3).

A combinação de produção para auto-consumo com produção para mercado, da forma descrita por Martins, Graziano da Silva e Queda, entre outros, tende a ser cada vez menos importante na agricultura brasileira, como será analisado mais adiante (4). Desde logo, deve-se notar que, em certa medida, a argumentação apresentada usualmente para explicar a reprodução de relações não-capitalistas prescinde deste mecanismo.

A fundamentação da tese da "reprodução de relações não-capitalistas" parte, em geral, do significado da atividade econômica dos produtores submetidos a estas relações. As relações não-capitalistas constituem, na maioria dos casos, suporte de formas de pequena produção familiar, para as quais o objetivo da

(1) J.F. Graziano da Silva, "Estrutura Agrária e Produção de Subsistência", Hucitec, 1978, p.10.

(2) J.F. Graziano da Silva e O. Queda, op. cit.

(3) Idem, p.140.

(4) Ver ítem I.2.1.3.

produção é a satisfação das necessidades de subsistência da família, objetivo claramente distinto do da produção capitalista, para a qual a atividade agrícola constitui uma esfera, como outra qualquer, para a aplicação de capital e para a sua valorização segundo uma determinada taxa de lucro. A diferença de objetivos na produção revelaria um dos elementos centrais da "resistência" da pequena produção do capitalismo: o pequeno produtor realiza a sua atividade econômica mesmo quando o preço das mercadorias que vende permite apenas a satisfação das necessidades de subsistência de sua família, isto é, mesmo que o preço de mercado não proporcione o lucro médio e a renda da terra. Nesta linha de argumentação, não é absolutamente necessário que os custos monetários com a reprodução da força de trabalho sejam reduzidos, através da combinação da produção para auto-consumo com a produção mercantil ou de outro mecanismo qualquer. Custos monetários inferiores aos da produção capitalista podem representar uma vantagem adicional da pequena produção, no sentido de reforçar a sua resistência, mas não são o cerne do argumento.

1.2.1.2. A "Lógica Interna" da Pequena Produção e sua Identificação com a Agricultura de Subsistência

Além das interpretações que identificam reprodução de relações não-capitalistas com permanência e recriação da agricultura de subsistência (em geral, estudos preocupados em relacionar o desempenho da agricultura com o desenvolvimento do capitalismo), muitas vezes a "pequena produção" também é associada à "agricultura de subsistência" em trabalhos onde são feitas referências à sua lógica interna.

De um modo geral, estas análises partem de uma as sociação entre a pequena produção e a busca de satisfação das necessidades de subsistência familiar. Daí derivam, como decorr rência lógica do objetivo-subsistência, estratégias próprias de atuação enquanto unidade de produção, como a diversificação de atividades, a preferência por produtos que possam ser consumidos diretamente (logo, com uso alternativo entre auto-consumo e mercado), a resistência ao cultivo de produtos com destinação exclusivamente comercial, uma certa resistência às inovações, etc. Enfim, um conjunto de estratégias, cuja finalidade seria minimizar riscos e garantir o sustento do pequeno produtor e sua família ⁽¹⁾.

Para alguns, dentro da perspectiva aberta por Chayanov e retomada por Tepicht, estas estratégias refletiriam um "cálculo econômico específico" decorrente do caráter familiar da produção camponesa, que faz desta uma unidade de produção e consumo simultaneamente, onde a busca da subsistência (por oposição à agricultura empresarial submetida à lógica de valorização do capital) é o objetivo da atividade econômica. Outras abordagens relacionam o objetivo-subsistência com características de cunho compor

(1) Evidências de estratégias deste tipo são bastante frequentes em pesquisas de campo com pequenos produtores. É o caso, por exemplo, da pesquisa "Hábitos e Ideologias Alimentares em Grupos Sociais de Baixa-Renda", FUNB, mineo, 1978, cujos resultados principais foram reunidos por Klass Woortman no Relatório Final. Este trabalho compreende pesquisas de campo com grupos rurais e urbanos nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Leste e Amazônica e, no caso dos grupos de pequenos produtores, a referência a estratégias como as acima descritas é recorrente.

tamental, cultural⁽¹⁾, ou ainda pensam as estratégias citadas como resultado de uma "aversão ao risco" por parte dos pequenos produtores⁽²⁾. Perspectiva diferente, e que vale a pena mencionar, é adotada por Gervásio C. Rezende em estudo sobre a agricultura nordestina⁽³⁾, que, embora tomando estas estratégias como uma descrição adequada do funcionamento das unidades familiares de produção nordestinas, procura pensá-las como decorrência de restrições econômicas, reflexo, em última análise, da estrutura agrária, que impossibilitam ao pequeno produtor outro objetivo além da subsistência. Segundo Gervásio, não cabe explicar as estratégias adotadas pela regra "subsistence first", pois esta regra é logicamente posterior a outra regra, derivada da explicitação da estrutura agrária, "subsistence only"⁽⁴⁾.

A demonstração da "racionalidade" da adoção de estratégias deste tipo nada assegura, no entanto, a respeito das estratégias de fato adotadas por pequenos produtores. Isto porque um pressuposto óbvio, embora nem sempre explícito, da utilização destas estratégias é a independência do produtor nas decisões sobre o que produzir, como produzir e como comercializar a sua produção. Ocorre que, no caso da pequena produção no Brasil, esta autonomia raramente existe, de modo que a integração mercantil pode ser imposta

(1) Por exemplo, E.R.A. Alves, "An econometric Study of the Agricultural Labor Market in Brazil: A Test of Subsistence and Commercial Family Farm Model", tese de PhD, Universidade de Rurds, 1972, citado por Gervásio C. Rezende, Estrutura Agrária, Produção e Emprego no Nordeste, IPEA/INPES (mimeo), abril de 1978, p. 27.

(2) Por exemplo, G.L.S. Dias e B.M.A. Salomon, O Processo decisório na agricultura de baixa-renda, EIAP/SUPLAN, 1977, citado por Gervásio C. Rezende, op. cit., p. 28, ou, ainda, o estudo da FIPE, A Pobreza Rural no Brasil, mimeo.

(3) Gervásio C. Rezende, op. cit.

(4) Idem, p. 28.

pela sua subordinação direta ao capital⁽¹⁾ e/ou pela concorrência. Além disso, a especialização em culturas comerciais em detrimento da produção para auto-consumo pode, em princípio, estar associada a uma situação econômica do pequeno produtor mais favorável, onde a abertura para o mercado não ameace a sua reprodução física e social. A atuação destes fatores sobre a pequena produção determinando a sua crescente vinculação mercantil é discutida com mais detalhes a seguir, no item I,2,1,3.

(1) É esta a subordinação que impede, como coloca Graziano, a consideração da pequena produção "como modo de produção camponês", seja este um modo de produção secundário, articulado ou subordinado ao modo de produção capitalista dominante. Essas abordagens acabam ou por ressaltar uma lógica própria e, em certo sentido, independente da pequena produção 'a la Chayanov', onde a noção de subsunção ao capital fica esvaziada; ou por pinçar elementos de uma pretensa combinação de 'modos de produção puros' para a explicação de toda e qualquer formação econômico-social específica e historicamente determinada". (A Pequena Produção e as Transformações da Agricultura Brasileira, op. cit., p.130).

I.2.1.3. Alguns Comentários sobre o Tema

As transformações recentes da agricultura brasileira, com o significativo crescimento das "culturas comerciais" (produtos de exportação e matérias-primas industriais, basicamente) e da pecuária, têm implicado no deslocamento da agricultura de subsistência, principalmente nas regiões em que a fronteira agrícola já está esgotada. A persistência da mão-de-obra familiar, mesmo nestas regiões, sugere, porém, não a dissolução da "pequena produção", mas a sua redefinição: esta tende a se integrar progressivamente ao mercado, subordinando-se a novas formas de capital presentes na agricultura (capital industrial e cooperativas capitalistas)⁽¹⁾, ao mesmo tempo em que permanece ou é criado um outro segmento de pequenos produtores marginalizados, que funciona, sobretudo, como refúgio de mão-de-obra, absorvendo o excedente de força de trabalho rural sem alternativa de emprego urbano⁽²⁾.

O surgimento deste "novo camponês" mais integrado ao mercado provavelmente é mais nítido na região centro-sul do país, mas alguns autores sugerem a ocorrência de um processo semelhante até no caso da agricultura nordestina de alimentos básicos.

Na região centro-sul, diversos trabalhos têm apontado o caráter predominantemente mercantil da pequena produção que

(1) Não se trata, contudo, de tomar a integração mercantil em si como traço distintivo da "nova" pequena produção. Mesmo a "velha" pequena produção submetida ao capital comercial/usurário ou a grandes proprietários pode, sob certas circunstâncias, produzir fundamentalmente para mercado, como mais adiante será desenvolvido. De qualquer modo, parece correto considerar que o grau de vinculação mercantil da pequena produção tem aumentado e que isto está associado a novas formas de subordinação ao capital, a um novo tipo de pequena produção, portanto.

(2) Conforme B.Sorj e J.Wilkinson, op.cit.

ai se mantêm⁽¹⁾, Esta característica é atribuída, mais frequentemente, a subordinação do pequeno produtor ao capital industrial ou a cooperativas capitalistas que imporiam a sua especialização mercantil, aparecendo associada, de um modo geral, à produção de produtos agrícolas que exigem intensamente força de trabalho (hortigrangeiros, frutas de mesa, fumo, vinhos, suínos, etc)⁽²⁾

A existência de um processo de transformação da "pequena produção" no Nordeste é mais controvertida. Existe mesmo um debate sobre a dinâmica da agricultura nordestina dos anos 50 em diante, onde se discute até que ponto o crescimento da demanda urbana e a industrialização teriam induzido a um processo de mudança estrutural na agricultura da região. D. Goodman⁽³⁾, fazendo uma resenha desta controvérsia, destaca duas posições polares:

1) A que chama de modelo CEBRAP, referindo-se às posições de J.R. Brandão Lopes, F. de Oliveira e F.Sã Jr.⁽⁴⁾, para a qual não teria ocorrido um processo significativo de mudança estrutural: o crescimento da produção de alimentos (para satisfazer à elevação da demanda) ter-se-ia dado via reprodução de relações não-capitalistas, em particular através do aumento do número de pequenos estabelecimentos de parceiros e arrendatários no interior de grandes propriedades. Os eventuais estímulos de pre-

(1) Por exemplo, J.F.Graziano da Silva, "A Pequena Produção e as Transformações da Agricultura Brasileira", op.cit.; EIAP/PGV; "As Transformações Recentes da Agricultura Brasileira", op.cit.; J.R.Brandão Lopes, "Empresa e Pequenos Produtores no Desenvolvimento do Capitalismo Agrário em São Paulo (1940-1970)", in Estudos CEBRAP, nº 22, Vozes.

(2) J.F.Graziano da Silva, op.cit., p.130.

(3) D.Goodman, "Estrutura Rural, Excedente Agrícola e Modos de Produção no Nordeste brasileiro"; in Pesquisa e Planejamento Econômico, IPEA, Vol.6, Nº 2, agosto, 1976.

(4) J.R.Brandão Lopes, "Desenvolvimento e Migrações: Uma Abordagem Histórico-Estrutural", in Estudos CEBRAP, nº 6, 1973; F.de Oliveira, op.cit.; F.Sã Jr., "O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência", in Estudos CEBRAP, nº 3, 1973.

ços não teriam atingido estes pequenos produtores, sendo absorvidos por grandes proprietários de terras, que atuam, simultaneamente, como comerciantes oligopsonistas. Assim, o abastecimento urbano continuaria sendo efetuado por excedentes dos minifúndios de subsistência, excluídos de estímulos de preços em virtude de uma estrutura de comercialização desfavorável, onde predomina o grande proprietário/comerciante oligopsonista. Neste contexto, não estaria ocorrendo na região nenhum processo significativo de transformação da agricultura de subsistência em pequena produção mercantil e de diferenciação entre pequenos produtores.

2) A posição de S. Forman e J.F. Reigelhaupt, segundo a qual, em resposta à ampliação da demanda, aumentaram as oportunidades de lucro, gerando uma diferenciação camponesa e uma gradual penetração de modos capitalistas de produção. Em contraste com as proposições englobadas por Goodman no modelo CEBRAP, para esta interpretação, camponeses com controle empresarial (incluindo os de pequeno e médio porte) constituem uma grande fonte de abastecimento de alimentos para as cidades e estão em condições de lucrar com a crescente demanda urbana de alimentos. A estrutura de intermediação, via sistema de feiras, permite a transmissão de incentivos de preços aos produtores, os quais possuem controle sobre a produção e as decisões de venda; ao contrário do modelo CEBRAP, a estrutura de intermediação seria composta por uma grande variedade de intermediários que competem entre si e cujo acesso pelos produtores não apresentaria maiores dificuldades. Forman e Reigelhaupt sugerem, ademais, que tendências no sentido da modernização do setor distributivo, com a substituição de feiras por grandes atacadistas, estariam prenunciando o desaparecimento da a-

tual estrutura, assentada em pequenos produtores mercantis, e a sua substituição por grandes unidades produtivas, às quais os grandes atacadistas dariam preferência.

A idéia da transformação da agricultura de subsistência numa pequena produção crescentemente orientada para o mercado, no Nordeste, é também defendida por Castro⁽¹⁾, que destaca a importância de pequenos comerciantes e motoristas de caminhão como escoadouros do "excedente gerado por pequenos produtores dispersos por todo o interior semi-árido da região". Esses comerciantes e intermediários "não apenas proporcionaram escoadouros seguros (...) mas romperam também o relativo monopólio comercial exercido pelos grandes proprietários-comerciantes"⁽²⁾. Com isto, a partir da década de 50 teria ocorrido uma significativa mudança na agricultura da região, que vai se orientando cada vez mais para o mercado.

Na mesma linha, R. Carneiro critica a dicotomia (usual quando se trata da agricultura nordestina) pequenos estabelecimentos dedicados à produção de subsistência versus agricultura comercial própria dos grandes estabelecimentos. Para este autor, existiriam, no Nordeste, pelo menos dois tipos de pequenos produtores como resultado de um processo de diferenciação camponesa:

1) os que dependem crescentemente do trabalho assalariado e vêm perdendo a importância em termos de produção de exce

(1) A.B. de Castro, Sete Ensaos sobre a Economia Brasileira, Vol II, Recife, 1971.

(2) Conforme D. Goodman, op. cit., p. 503.

dentes, na medida em que, simultaneamente ao aumento da dependência do trabalho assalariado, diminuiu a produção de suas lavou-
ras que adquirem um maior caráter de auto-consumo;

2) os pequenos produtores especializados, que teriam uma produção basicamente mercantil e um papel cada vez maior na produção de excedentes (1).

Em suma, para autores como S. Forman/J.F. Reigelhaupt, A. Castro e R. Carneiro, estaria em curso no Nordeste um processo de diferenciação camponesa, onde a camada mais abastada do campesinato estaria orientando crescentemente a sua produção para o mercado, e já não se confundiria mais com a agricultura de subsistência (2).

Examinando a questão da integração mercantil da pequena produção de uma perspectiva teórica, cabe agora refletir um pouco sobre os determinantes desta integração, sobre as condições em que ela pode ocorrer. Em princípio, a especialização na produção poderia resultar: de um processo de diferenciação da pequena produção, onde a camada mais abastada de pequenos produtores progressivamente se integra ao mercado; de formas específicas de subordinação ao capital, quer se trate de pequenos produtores mais abastados ou não; da monetarização dos custos de produção dos pequenos produtores imposta pela concorrência, cuja contraparti-

(1) R. Carneiro, "Transformações Recentes da Agricultura do Nordeste", EIAP/FGV, mimeo, 1978, pp. 12-16.

(2) Note-se que, neste caso, a vinculação mercantil seria fruto de uma decisão de produtores independentes e não da subordinação ao capital, como sugeri-
do anteriormente para o Centro-Sul.

da necessária é a sua orientação mercantil⁽¹⁾. Nas duas últimas hipóteses, a vinculação mercantil aparece como imposição, de um capital particular ou do mercado em geral, não se associando necessariamente a um processo de capitalização de pequenos produtores em melhor situação econômica.

Embora em alguns casos esta integração possa, de fato, corresponder a um processo de diferenciação da pequena produção no sentido da constituição de "farmers", este não parece ser o processo básico em curso: as fortes restrições econômicas a que estão submetidos os pequenos produtores (seja pelas reduzidas dimensões dos estabelecimentos em que operam, pela precariedade da posse da terra - no caso de posseiros, parceiros e arrendatários - ou pela apropriação do excedente pelo capital), fazem com que a unidade familiar tipo farmer seja marginal na agricultura brasileira. Assim, na perspectiva aqui assumida, a orientação mercantil é, sobretudo, imposta ao pequeno produtor pela subordinação direta ao capital (seja ao capital comercial/ /grande proprietário fundiário, seja às agroindústrias e cooperativas capitalistas⁽²⁾) e/ou pelo mercado via concorrência.

(1) Já que dificilmente (é a hipótese implícita no raciocínio desenvolvido) uma unidade familiar com precária situação econômica e independência para decidir o que e como produzir orientaria a sua atividade produtiva exclusivamente para o mercado. Preferiria, ao contrário, garantir a sua subsistência via produção para auto-consumo e/ou através do cultivo de produtos com utilização alternativa entre mercado e auto-consumo, pelas razões expostas no item I.2.1.2. A passagem da "agricultura de subsistência" para a "pequena produção mercantil" reflete, assim, uma mudança qualitativa no comportamento do pequeno produtor que deve resultar de alguma das hipóteses acima mencionadas.

(2) Conforme a tipologia de formas de subordinação ao capital sugerida por P. Deskow, Agricultura e Capitalismo no Brasil, CPDA/EMAP/FGV, mimeo, 1979.

Estas considerações abrem a possibilidade de se pensar que mesmo a pequena produção submetida a formas tradicionais de subordinação ao capital, como no caso da subordinação ao capital comercial e ao proprietário fundiário, pode apresentar-se, sob certas circunstâncias, bastante integrada ao mercado, e, neste sentido, a vinculação mercantil não pode ser tomada como indicador de um novo tipo de pequeno produtor. De fato, mesmo na subordinação ao capital comercial/usurário, a concessão de crédito ao pequeno produtor com a exigência, em contrapartida, da venda antecipada, pode implicar em que um volume significativo da produção seja orientado para o mercado. Do mesmo modo, entre parceiros e arrendatários não capitalistas submetidos ao grande proprietário, este possui, muitas vezes, como coloca Graziano, participação direta importante no processo produtivo, principalmente através da exigência do cultivo de determinados produtos e da cessão de alguns meios de produção⁽¹⁾, e pode determinar que a produção daqueles se dirija fundamentalmente para o mercado.

Mas é principalmente a pequena produção subordinada às agroindústrias e às cooperativas capitalistas que se integra ao mercado e pode ser considerada como uma pequena produção mercantil, afastando-se bastante da "agricultura de subsistência". Neste caso, inclusive, parece correto relacionar integração mercantil com um novo tipo de pequena produção, já que, efetivamente, a vinculação mercantil corresponde a uma nova forma de subordinação ao capital. Trata-se de uma situação onde o capital subordina a pequena produção "através do financiamento de insumos e da 'assis

(1) J.F. Graziano da Silva, Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, pp. 116-140.

tência técnica', que cria uma dependência do pequeno proprietário e o força a adotar novo padrão técnico; e através da venda num mercado monopsônico da matéria prima por ele produzida" (1), o que significa, concretamente, a ausência de autonomia do pequeno produtor. Como coloca o trabalho da EIAP/FGV, comentando este tipo de pequena produção: "(...) na aparência mantêm o meio de produção crucial, que é a terra, contudo o que ela produz é mercadoria, ademais totalmente redefinida de fora para dentro pelos desígnios do capital. Nem patrão, nem futuro proprietário, o pequeno produtor pode assim perpetuar-se por longo período, consubstanciando uma relação possível e necessária para o empreendimento capitalista" (2). Deste modo, a penetração do capital na agricultura pode, ao menos em parte, preservar a pequena produção (embora redefinindo-a).

Uma consequência importante do fato de uma parcela significativa de pequenos produtores ser integrada ao mercado é que eles não se ligam mais necessariamente, como observa Graziano, "à produção de gêneros de subsistência, dedicando-se, muitas vezes, à produção de culturas comerciais, sejam matérias primas industriais, sejam produtos de exportação" (3). Isto é, na medida em que sua produção passa a se orientar fundamentalmente para o mercado, deixa de ficar restrita às chamadas "culturas de pobre".

(1) P. Beskow, Agricultura e Capitalismo no Brasil, CPDA/EIAP/FGV, mimeo, 1979.

(2) "A Questão da Pequena Produção"; EIAP/FGV, op. cit., p. 75.

(3) J.F. Graziano da Silva, A Pequena Produção e as Transformações na Agricultura Brasileira, p. 139.

Finalizando, pode-se considerar que está em curso no país um processo de crescente vinculação mercantil e modernização da pequena produção com papel relevante na oferta agrícola associado, sobretudo, ao surgimento de novos tipos de pequenos produtores. Nestas condições, a "agricultura de subsistência" tende a ficar cada vez mais restrita a um segmento de pequenos produtores marginalizados que não conseguem se adequar aos novos patamares técnicos que são exigidos para a sua reprodução⁽¹⁾. Este segmento funciona mais como refúgio de mão-de-obra excedente e, em virtude de suas precárias condições de existência, recorre muitas vezes a rendas complementares à exploração rural para subsistir.

(1) No limite, a exigência de modernização da pequena produção pode levar à proletarianização dos pequenos produtores que não conseguem se beneficiar como sugere B. Sorj e J. Wilkinson, op. cit.

I.2.2. A composição da renda familiar dos pequenos produtores

A análise da composição da renda familiar dos pequenos produtores permite identificar as formas pelas quais estes garantem o seu sustento e, assim, dimensionar mais adequadamente a importância da pequena produção no sustento da população rural. Isto porque a reprodução das unidades familiares de pequenos produtores não depende necessariamente apenas da pequena exploração rural: como poderá verificar-se no Capítulo II, a complementação da renda familiar de pequenos produtores com receitas obtidas com o assalariamento rural ou ocupações urbanas é uma prática bastante difundida.

Em princípio, a recorrência a rendas complementares pode resultar da impossibilidade da exploração rural por si só garantir a subsistência familiar ou ser simplesmente uma forma de elevação da renda da família. A hipótese aqui adotada, e que se mostrará consistente com os dados do ENDEF para Nordeste e São Paulo, é que para uma parcela expressiva das famílias de pequenos produtores a própria viabilidade da pequena exploração rural depende da presença de rendimentos complementares, sem os quais os estabelecimentos agrícolas não poderiam ser mantidos por serem incapazes de assegurar sozinhos a reprodução familiar. Em particular, quando se trata da combinação no âmbito familiar de atividades como pequeno produtor e assalariado rural, esta hipótese traz algumas implicações teóricas, sobre as quais vale a pena refletir, a respeito do significado dos trabalhos como assalariado e como pequeno produtor para os trabalhadores rurais.

Para as famílias de pequenos produtores com assalariados rurais, a hipótese assumida é consistente com a idéia de que a "decisão (do assalariamento) só é tomada em último recurso, isto é, quando devido à precariedade das condições autônomas de produção, relativamente às necessidades de subsistência da família, somente este trabalho pode viabilizar o objetivo maior sob ameaça, a reprodução da condição social do pequeno produtor"⁽¹⁾. Ou seja, para esta linha de interpretação "o trabalho assalariado sazonal não é efetivamente uma 'estratégia' ou um 'recurso', mas na verdade ele se impõe, isto é, independe da vontade do pequeno produtor. Ao tornar-se um pressuposto necessário da pequena produção, o assalariamento 'eventual' ou 'temporário' faz com que a existência social como pequeno produtor só seja possível na medida em que simultaneamente se dê a existência social como assalariado"⁽²⁾.

Note-se que esta perspectiva é bastante diferente daquela presente em formulações de corte neo-clássico, onde o assalariamento aparece "como a expressão objetiva de uma escolha racional por parte dos pequenos produtores"⁽³⁾ para elevar a renda familiar. A diferença crucial reside no fato de que o trabalho assalariado não é uma "escolha", mas possui um "caráter de compulsão": as atividades como pequeno produtor e como trabalhador assalariado não podem ser homogeneizadas segundo um objetivo único, o aumento da renda familiar.

(1) Garvásio C. Rezende, *op.cit.*, p.97.

(2) *Idem.*

(3) *Ibidem.*

A utilização de rendas derivadas do trabalho assalariado rural ou de ocupações urbanas como pressuposto necessário da pequena produção tem um duplo significado: de um lado, evidencia o grau de expropriação a que estão submetidos os pequenos produtores, incapazes de sobreviverem apenas com os meios de produção à sua disposição; de outro lado, assegura a existência social do pequeno produtor enquanto tal, apesar da precariedade da sua situação econômica. De qualquer forma, a identificação de rendas complementares representa uma informação básica para uma avaliação mais adequada da contribuição da pequena produção no sustento da população rural. Os dados censitários sobre pessoal ocupado, ao apontarem a grande importância da pequena produção na absorção da força-de-trabalho rural no país, podem induzir a uma superestimativa dessa contribuição, que só pode ser avaliada corretamente através de dados a nível da família, já que esta é a unidade relevante para a reprodução da força-de-trabalho. Este é o sentido das informações sobre a composição da renda familiar apresentadas no Capítulo II: examinar como as unidades familiares se reproduzem, se têm na exploração rural a sua ocupação exclusiva ou se dependem, e em que medida, de ocupações auxiliares.

I.2.3. O Interrelacionamento Pequena Produção/Trabalho Assalariado

Aqui a preocupação maior é com a caracterização do tipo de proletário rural presente na agricultura brasileira. Em particular, trata-se de avaliar a extensão do imbricamento, ainda

existente a nível dos trabalhadores rurais, das atividades desempenhadas como assalariado rural e como pequeno produtor, já que uma parcela significativa dos assalariados rurais, ainda que bastante variável regionalmente, é composta, na verdade, de semi-proletários (assalariados que são também pequenos produtores ou pertencem a famílias de pequenos produtores).

A presença de "semi-proletários" evidencia a função "reservatório de força-de-trabalho" que a pequena produção muitas vezes exerce. A unidade familiar pode ser um reservatório "de fato (como no caso da migração sazonal), ou latente (pela permanente ameaça de proletarização), funcionando, assim, como um autêntico "exército de reserva" (1). Apenas no primeiro sentido, enquanto reservatório de fato, a relação entre o mercado de trabalho rural e a pequena produção será aqui considerada.

Além disso, o imbricamento pequena produção/trabalho assalariado traz implicações para o funcionamento do mercado de trabalho rural que podem ser analisadas segundo três dimensões básicas: a redução dos custos monetários de reprodução da força-de-trabalho através da combinação pequena produção/trabalho assalariado; a pequena produção enquanto forma de viabilizar a utilização do trabalho temporário na agricultura; a pequena produção inserida na grande propriedade como forma de reter mão-de-obra na propriedade.

(1) Cervásio C. Rezende, op. cit., p. 41.

1.2.3.1. A Questão do Rebaixamento do Custo Monetário de Reprodução da Força-de-Trabalho Rural

Trata-se de discutir, como aponta Gervásio Rezende, "uma hipótese levantada por alguns autores de que a pequena produção funcionaria como uma condição ou apêndice necessário ao mercado de trabalho, já que neste o salário seria insuficiente para a reprodução da força de trabalho (no conceito amplo que inclui a família do trabalhador): a produção de subsistência forneceria parte dessas necessidades de reprodução da força de trabalho" (1).

Por esta hipótese, o fato dos assalariados agrícolas serem, muito frequentemente, responsáveis por uma pequena exploração ou pertencerem a famílias de pequenos produtores permitiria que a agricultura capitalista pagasse salários mais baixos, uma vez que uma parte da reprodução da família do trabalhador rural estaria garantida pela pequena produção e o salário não necessitaria cobrir a reprodução integral da força de trabalho.

O rebaixamento dos salários monetários por este mecanismo aponta para um tipo de articulação pequena produção/grande propriedade via oferta de força-de-trabalho que seria característico do funcionamento do chamado complexo latifúndio/minifúndio. Esta articulação pode ocorrer de duas formas:

a) pequena produção inserida na grande propriedade - O proprietário cede um lote de terra para exploração por um pequeno produtor e beneficia-se do assalariamento deste (ou de membros de sua

(1) Gervásio C. Rezende, op. cit., p.41.

família) na sua própria exploração, principalmente nos períodos de plantio e/ou colheita. A terra cedida pode aparecer: diretamente, como uma forma de remuneração não-monetária para o trabalhador rural, que, em contrapartida, encontra-se obrigado a trabalhar para o proprietário a custos monetários mais baixos ou até mesmo nulos, em situações extremas⁽¹⁾; sob regime de parceria, ou, mais raramente, na forma de arrendamento⁽²⁾.

b) pequena produção situada fora da grande propriedade ou na grande propriedade onde inexista a grande exploração - Refere-se aos pequenos produtores (proprietários, posseiros e uma parte dos parceiros e arrendatários) que utilizam de forma combinada, para garantir a sua subsistência, a exploração rural e o trabalho assalariado, em geral temporário, de membros da família.

Embora a hipótese da redução dos salários monetários pela combinação pequena produção/trabalho assalariado seja logicamente consistente, não é fácil avaliar a importância deste mecanismo hoje na determinação dos salários rurais. A dificuldade maior reside na escassez de informações adequadas para um real dimensionamento do contingente semiproletário e proletário puro na agricultura brasileira. Como observa P. Renato, para que ocorra, de fato, um decréscimo dos salários por esta via "é necessário que esta situação seja generalizada em todo o sistema"⁽³⁾; isto é, que os

(1) Neste caso, trata-se de um "trabalhador rural" cuja remuneração é apenas parcialmente monetária, não fazendo parte, pela definição adotada, dos "produtores semi-proletários".

(2) Aqui estariam incluídos os "produtores semi-proletários".

(3) P. Renato Souza, Salário e Mão-de-Obra Excedente, in Revista ANDEC, 1978, p. 470.

"semi-proletários" sejam largamente preponderantes. Caso contrário, se a força-de-trabalho vivendo exclusivamente com o salário não for irrelevante, a combinação pequena produção/trabalho assalariado funcionará apenas como forma de obtenção de uma renda complementar para os trabalhadores com esta possibilidade, sem maiores repercussões sobre a taxa de salário.

Obviamente, caberia ressaltar que este mecanismo, no máximo, é relevante para o mercado de trabalho rural; na economia urbana, ainda que parte dos trabalhadores não-qualificados possam estar conectados, diretamente ou através de sua família, com uma pequena exploração urbana ou rural, esta situação certamente não é generalizada⁽¹⁾. A consequência disso é que a vigência do mecanismo de rebaixamento dos salários, se comprovada, implica na dicotomização dos mercados de trabalho urbano e rural, com a prevalência de taxas salariais distintas⁽²⁾.

I.2.3.2. A Imobilização da força de trabalho na grande propriedade

A cessão de terra na grande propriedade para moradores, agregados, parceiros e até arrendatários possui, muitas vezes, o sentido de reter mão-de-obra para utilização na cultura comercial, refletindo, sob este aspecto, um mercado de trabalho insuficientemente desenvolvido. Embora a cessão da terra com este propósito venha, em geral, acompanhada de redução dos custos monetários com a mão-de-obra, é possível distinguir analiticamente as

(1) Conforme argumenta P. Renato, op. cit., p. 470.

(2) Ver, a propósito, P. Renato, idem.

duas dimensões do problema: a necessidade de imobilizar a força-de-trabalho na grande propriedade por esta via pode se justificar independentemente do seu efeito sobre os salários.

I.2.3.3. Viabilidade do Trabalho Temporário

Outra perspectiva possível de análise consiste em considerar a pequena produção como uma maneira de viabilizar (mesmo sem rebaixar o custo monetário de reprodução da força-de-trabalho) a utilização de trabalho assalariado temporário na agricultura. Esta linha de argumentação pode ser encontrada, por exemplo, no trabalho da EIAP/FGV: "o que permite a sobrevivência do contingente de volantes - cujo emprego coexiste com o desemprego - é a sua outra face, as formas familiares de trabalho (...) o trabalhador rural (mais precisamente o temporário) tem, assim, duas faces - uma assalariada e outra camponesa - e são estas que o permitem manter-se de pé" (1).

I.2.3.4. Hipóteses sobre a vigência destes mecanismos

Caberia agora indicar algumas hipóteses sobre a vigência desses mecanismos hoje na agricultura brasileira com base em sugestões de trabalhos recentes.

Um processo frequentemente sugerido de transformação das relações de trabalho na agricultura brasileira refere-se à cha

(1) EIAP/FGV, op. cit., p.166.

mada "purificação do trabalho assalariado" dentro da grande propriedade, isto é, a transformação de antigos colonos, moradores, agregados, e ainda parceiros e arrendatários semi-proletários, em assalariados puros, principalmente temporários (já que a monetarização das relações de trabalho tem implicado, simultaneamente, na substituição do trabalhador permanente pelo temporário). No caso da agricultura nordestina, principalmente da economia canavieira, diversos estudos referem-se a transformações nesta direção, as quais ter-se-iam iniciado no final da década de 60 para cá, sintetizando-se na passagem do morador assalariado para o trabalhador temporário; já na agricultura paulista, ter-se-ia, principalmente do fim dos anos 60 em diante, uma intensa substituição do colono pelo proletário rural puro.

Sem pretender analisar mais detidamente a complexa configuração de fatores responsáveis pela "purificação" do trabalho assalariado e maior utilização do trabalho temporário, pode-se, de forma indicativa, mencionar aqueles possivelmente mais relevantes.

Num certo sentido, a monetarização das relações de trabalho traduz o avanço das culturas comerciais e a valorização das terras férteis, com o que eleva-se bastante o custo de oportunidade da cessão de lotes de terras de grandes propriedades para pequenos produtores e moradores. De outro lado, a forma de incorporação do progresso técnico característica da agricultura brasileira nos últimos anos acentuou muito a sazonalidade do trabalho

agrícola, constituindo mesmo uma causa básica da expulsão de trabalhadores permanentes e do simultâneo emprego crescente de trabalhadores temporários, submetidos a relações de trabalho inteiramente monetárias. Isto porque, como coloca Graziano da Silva, "a modernização não atingiu todas as fases do ciclo produtivo, especialmente a fase da colheita que é a mais exigente em termos de mão-de-obra" e, além disso, "se incrustou em determinadas áreas de monoculturas específicas, reforçando as oscilações sazonais próprias do calendário agrícola"⁽¹⁾. Adicionalmente, é provável que a extensão da legislação trabalhista ao campo tenha reforçado as tendências para o maior emprego de trabalhadores temporários.

Assim, parecem existir evidências suficientes de que está em curso no país um processo de monetarização das relações de trabalho dentro da grande propriedade. Embora certamente apresente um ritmo desigual relacionado com a diversidade regional da agricultura brasileira ou com peculiaridades técnicas das culturas de cada região, este processo aponta para a supressão das formas não assalariadas de emprego e da utilização da parceria e do arrendamento como reservatório de mão-de-obra na grande propriedade. Ali onde ele for mais vigoroso, as relações não nitidamente capitalistas (distintas do assalariamento puro) desaparecem e a cessão da terra para reter mão-de-obra e/ou reduzir os seus custos monetários deixa de ser utilizada. Caberia, em decorrência, investigar a efetiva extensão deste processo nas várias

(1) J.F.Graziano da Silva, Para Onde Vai a Agricultura?, mimeo, 1979, p.5.

regiões do país. Além disso, é necessário discutir o significado, no presente, para o funcionamento do mercado de trabalho, da pequena produção localizada fora da grande propriedade, ou na grande propriedade onde inexistia a exploração comercial do proprietário.

Enquanto reservatório de mão-de-obra, a pequena produção situada fora da grande propriedade pode tanto cumprir o papel de reduzir os salários monetários dos trabalhadores rurais (principalmente dos temporários), quanto, simplesmente, ser a principal fonte de trabalho temporário e, neste sentido, viabilizar a existência deste tipo de trabalhador.

Começemos pela segunda possibilidade. V.C.Brant sugere que o emprego crescente da força-de-trabalho temporária em substituição aos trabalhadores residentes pressupõe "a existência de um exército de reserva desprovido de ocupações permanentes e de meios de subsistência", já que "não seria possível assentar-se essa organização do trabalho temporário nos excedentes de tempo de trabalho de pequenos produtores, como se fazia anteriormente" (1).

Como o Censo Agropecuário e o Cadastro do INCRA não permitem distinguir o trabalhador temporário que é também pequeno produtor do volante, que vive apenas de sua força de trabalho, parece difícil avaliar com exatidão até que ponto é correto identificar, como fez Brant, o trabalhador temporário com o proletário.

(1) V.C.Brant, População e Força-de-Trabalho no Desenvolvimento da Agricultura Brasileira, CEBRAP, mimeo, 1978, p.80.

rio puro. Pelo menos quando se trata do trabalhador temporário do Centro-Sul (particularmente de São Paulo), onde a generalização do fenômeno do bôia-fria efetivamente aponta para o trabalhador inteiramente despojado de meios próprios de subsistência, a idéia de Brant parece correta. A real extensão deste processo, contudo, permanece sujeita a divergências. O trabalhoda EIAP/FGV, por exemplo, sugere uma outra possibilidade: o trabalhador temporário no Brasil estaria, em geral, articulado ao trabalho familiar numa pequena exploração⁽¹⁾. No Capítulo II discute-se um pouco esta questão, a partir de dados do ENDEF para Nordeste e São Paulo.

Quanto ao rebaixamento dos salários monetários (principalmente dos temporários) por este tipo de pequena produção, implica, como já foi assinalado anteriormente, na diferenciação dos salários rurais e urbanos para trabalhadores de baixa qualificação. Logo, a unificação dos mercados de trabalho rural e urbano representada pela confluência, em algumas regiões do país, dos salários rurais e urbanos constitui uma indicação indireta da perda de efetividade do mecanismo referido. É assim que P. Renato interpreta a aproximação das taxas de salários rurais e urbanos na economia paulista, onde a relação entre o salário-dia na agricultura e o salário-mínimo por dia na capital passa de 51% em 1963 para 96% em 1973⁽²⁾.

De qualquer forma, a intensidade das transformações

(1) EIAP/FGV, op.cit., pp.165, 166,

(2) P. Renato Souza, op.cit., p.471.

das relações de trabalho nas diferentes regiões no sentido da constituição de proletários puros, e o papel ainda exercido pelos semi-proletários no mercado de trabalho rural, não estão suficientemente apreendidos e exigem estudos com uma base empírica mais apropriada.

CAPÍTULO IIA PEQUENA PRODUÇÃO E O PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO RURAL
NO NORDESTE E EM SÃO PAULO; UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DA
DOS DO ENDEF

Este capítulo consiste na exploração de dados do ENDEF sobre famílias rurais do Nordeste e São Paulo, estando subdividido em 3 seções: caracterização geral das famílias rurais e análise da composição da renda familiar, integração das famílias rurais ao mercado e distribuição do pessoal ocupado por grupos sócio-econômicos e pelas ocupações exercidas.

As famílias rurais são definidas não pela residência rural⁽¹⁾, mas por dependerem para seu sustento, em alguma medida, do exercício de ocupações rurais pelos seus membros, seja como produtores, seja como assalariados, aparecendo, em função das ocupações exercidas, segmentadas em grupos sócio-econômicos.

No nível mais agregado, foram definidos quatro grupos, resultantes da combinação intrafamiliar de atividades como produtor rural, assalariado rural, ou de ocupações urbanas de qualquer natureza.⁽²⁾

(1) Critério adotado nas publicações do ENDEF/IBGE, conforme se observa no Anexo I.

(2) Ver no Anexo I como as categorias de produtores e assalariados rurais foram definidas a partir dos dados primários do ENDEF.

Constituíram-se, assim, três grupos de produtores rurais em que pelo menos um membro da família é produtor rural (proprietário, posseiro, parceiro ou arrendatário) e um grupo de "assalariados rurais": "produtores puros", quando a família tem na exploração rural sua única ocupação; "semi-proletários", para as famílias com produtores e assalariados rurais; "produtores com ocupações urbanas", no caso de famílias onde seus membros exercem atividade como produtor rural e ocupações urbanas, mas onde não existem assalariados rurais; "assalariados rurais", para famílias com assalariados e sem produtores rurais, podendo ter ou não entre seus membros quem exerça ocupações urbanas.

Além disso, procurou-se definir, entre os grupos de produtores rurais, as famílias de pequenos produtores. Entende-se como pequena produção neste trabalho as unidades de produção que utilizam exclusivamente, ou quase exclusivamente, mão-de-obra familiar. Em virtude, porém, de ser impossível aplicar diretamente este critério aos dados do ENDEF⁽¹⁾, adotou-se para isolar a pequena produção determinados critérios, na suposição de que constituem uma aproximação (embora imperfeita) do conceito teórico de pequena produção. Foram considerados pequenos produtores: todos os produtores por conta própria dos grupos definidos, já que só utilizam mão-de-obra familiar; os empregadores dos produtores "puros" e "com ocupações urbanas" com despesa corrente familiar per capita inferior a 0,5 salários mínimos⁽²⁾ e todos os empregadores dos "semi-proletários" (admitindo-se, implicitamente, que estes, apesar de contratarem trabalhadores, recorrem fundamentalmen

(1) Ver, a propósito, o Anexo I.

(2) Ver definição de despesa corrente familiar no Anexo I. O salário mínimo considerado é o maior do país à época do ENDEF.

ã mão-de-obra familiar na sua unidade de produção).

II.1. Caracterização Geral das Famílias Rurais e Análise da Composição da Renda Familiar

A segmentação das famílias rurais em grupos sócio-econômicos (Tabela 3) mostra um acentuado contraste entre Nordeste e São Paulo na proporção de famílias de "assalariados rurais", em decorrência, sem dúvida, da maior difusão de relações capitalistas típicas (baseados no assalariamento puro) na agricultura paulista. Enquanto no Nordeste existe uma significativa participação de famílias com acesso à terra na qualidade de produtores rurais (produtores "puros", "semi-proletários" ou "com ocupações urbanas") entre as famílias rurais, que atinge cerca de 80% dessas famílias, em São Paulo a percentagem de "produtores rurais" no total cai para 40%.

Pelos critérios adotados para definir a pequena produção (produção familiar), as famílias de pequenos produtores têm menor peso relativo em São Paulo, onde constituem 35% do total das famílias rurais, do que no Nordeste, cuja percentagem é de 74% (Tabelas 3 e 4).

No Nordeste, a quase totalidade das famílias de produtores rurais (92,5%) é composta de pequenos produtores, que absorvem 90,5% dos "puros" e 93,3% dos "com outras ocupações".

TABELA 3

Distribuição de Frequência (n) e Percentagem (%) das Famílias Rurais do Nordeste e de São Paulo por Grupos Sócio-Econômicos - 1974/75

		Nordeste	São Paulo	
Grupo 1 Produtores Puros	(a)	n	870.516	169.396
		%	25.00	20.23
Grupo 2 Semi-Proletários	(b)	n	1.153.821	101.882
		%	33.14	12.17
Grupo 3 Produtores com Ocup. Urbanas	(c)	n	744.524	85.745
		%	21.38	10.24
Grupo 4 Assalariados Rurais	(d)	n	713.085	480.138
		%	20.48	57.35
TOTAL		n	3.481.946	837.161
		%	100.00	100.00

- (a) Exploração rural é a única ocupação da família;
 (b) Famílias com assalariados e produtores rurais;
 (c) Exploração rural combinada com ocupações urbanas e sem assalariados rurais na família;
 (4) Famílias com assalariados rurais, podendo ter rendimentos distintos do assalariamento rural, mas não provenientes de exploração rural.

OBS.: Nos grupos 1, 2 e 3 existe pelo menos um membro da família que é produtor rural, sendo que todos os proprietários, posseiros, parceiros ou arrendatários foram definidos como produtores rurais.

Por sua vez, os pequenos produtores que operam exclusivamente com mão-de-obra familiar (os "conta própria") chegam a 80,6% do total dos pequenos produtores (82,0% dos "puros" e 80,0% dos "com outras ocupações").

Em São Paulo, os pequenos produtores também representam a maioria das famílias de produtores rurais, embora numa proporção um pouco inferior à observada no Nordeste: 85,5% do total, sendo 77,1% dos "puros" e 87,4% dos "com outras ocupações". Entre as famílias paulistas consideradas de pequenos produtores, 80% utilizam exclusivamente mão-de-obra familiar (74,5% dos "puros" e 81,8% dos "com outras ocupações") (1).

Examinando-se os tipos de famílias classificadas como de produtores rurais (Tabela 3), nota-se uma preponderância clara daquelas que combinam a exploração rural com outras fontes de renda, via emprego de membros da família como assalariados rurais ou em diferentes ocupações urbanas, como assalariados ou autônomos: "os "puros" representam apenas 31,4% das famílias de produtores rurais no Nordeste e 48,4% em São Paulo.

Nas famílias específicas de pequenos produtores nordestinos, 30,8% têm na exploração rural como proprietários, posseiros, parceiros ou arrendatários a única ocupação da família, sendo a maioria, 69,2% de pequenos produtores "com outras ocupações"; em São Paulo a combinação no âmbito familiar da atividade como pequeno produtor com outras ocupações também predomina, 56,0%, mas

(1) Observe-se que estas percentagens de participação de pequenos produtores entre as famílias de produtores rurais, no Nordeste e em São Paulo, são, certamente, bem mais elevadas que as relativas à participação dos estabelecimentos de pequenos produtores no total de estabelecimentos agropecuários: tomando-se os estabelecimentos com menos de 50 ha como aproximação da pequena produção (critério bastante imperfeito, mas suficiente para ilustrar o que foi dito), em 1975, os estabelecimentos de pequenos produtores representam 89% do total dos estabelecimentos no Nordeste e 76% em São Paulo. A principal razão disso é, muito provavelmente, a maior frequência em famílias mais abastadas da exploração de mais de um estabelecimento por uma mesma família, com o que a percentagem de famílias de pequenos produtores no total das famílias rurais fica mais elevada que a de pequenos estabelecimentos no total dos estabelecimentos agrícolas.

a importância relativa dos "puros", os 44.0% restantes, é maior que no Nordeste (Tabela 4). A importância apontada pelo ENDEF na combinação de múltiplas atividades econômicas nestas famílias é uma informação valiosa para o entendimento das formas pelas quais a pequena produção se reproduz (questão retomada mais adiante) e revela uma dimensão da pequena produção necessariamente ausente das fontes usuais de dados (Censo Agropecuário e Cadastro do INCRA), onde a unidade pesquisada é o estabelecimento ou o imóvel rural e não a família⁽¹⁾

Entre os pequenos produtores "com outras ocupações", vale destacar a presença dos "semi-proletários". Estes constituem em um tipo particular de pequeno produtor dependente, em graus variados, do trabalho assalariado rural de membros da família, cuja participação expressiva no total de pequenos produtores nordestinos e paulistas (45.1% e 34.6%, respectivamente) revela um vínculo básico entre a pequena produção e o conjunto da economia: o papel de reservatório efetivo de mão-de-obra que uma parcela apreciável daquela possui⁽²⁾.

Especificamente para o Nordeste, os dados do ENDEF relativos à distribuição dos pequenos produtores podem ser ain-

(1) Note-se que este fenômeno, da polivalência de ocupações a nível familiar, é compatível com sugestões de diversos trabalhos sobre a agricultura nordestina, como menciona G.C.Rezende em "Estrutura Agrária, Produção e Emprego no Nordeste", citando, entre outros, os de M.C.de Andrade, "A Terra e o Homem no Nordeste", M.T.S.M.Soaes, "Cossacos e Corumbas" e A. Garcia "Terra de Trabalho".

(2) Além da possibilidade, mencionada no Capítulo I, da pequena produção constituir um reservatório potencial de mão-de-obra para a produção capitalista.

TABELA 4

Distribuição de Frequência (n) e Percentagem (%) das Famílias Rurais de Pequenos Produtores do Nordeste e de São Paulo por Grupos de Pequenos Produtores - 1974/75

		Nordeste	São Paulo
Grupo 10	(a)		
Pequenos Produtores Puros			
. Empregadores	n	141.944	33.234
. Conta Própria	n	647.118	97.279
	n	789.062	130.513
TOTAL	%	30.82	44.33
Grupo 30	(b)		
Pequenos Produtores com Outras Ocupações Agropecuárias e Não-Agropecuárias			
. Empregadores	n	354.514	29.810
. Conta Própria	n	1.416.498	134.118
	n	1.771.012	163.928
TOTAL	%	69.18	55.67
TOTAL	n	2.560.074	294.441
	%	100.00	100.00

(a) Constituído por todos os "produtores puros" por conta própria e pelos empregadores com despesa corrente per capita abaixo de 0.5 SM.

(b) Constituído por todos os "semi-proletários" e, entre os "produtores com ocupações urbanas", por todos os conta própria e pelos empregadores com despesa corrente per capita abaixo de 0.5 SM.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

da mais desagregados⁽¹⁾, com a subdivisão tanto dos empregadores quanto dos conta própria de cada grupo sócio-econômico em proprietários/posseiros e parceiros/arrendatários⁽²⁾.

Pela Tabela 5, os proprietários/posseiros prevalecem sobre os parceiros/arrendatários, representando, respectivamente, cerca de 67% e 32% das famílias de pequenos produtores nordestinos. O predomínio dos proprietários/posseiros é mais acentuado nos "puros", onde chegam a 78.52% do total, mas, verifica-se, também, entre os "semi-proletários", que têm 58.65% de proprietários/posseiros contra 41.31% de parceiros/arrendatários. Os parceiros/arrendatários, por sua vez, são principalmente "semi-proletários" (58.8% do total de parceiros/arrendatários), distribuindo-se os demais pelos "puros" e pelos "com ocupações urbanas" (20.6 e 21.4% do total, respectivamente).

Percebe-se, assim, que o semi-proletário predominante não é o que tem a pequena produção "intrapropriedade" e executa tarefas assalariadas na grande propriedade onde esta se localiza⁽³⁾, mas aquele que tem seu estabelecimento rural situado fora da grande propriedade. A pequena produção "intrapropriedade" representada pelos parceiros/arrendatários⁽⁴⁾, por outro lado, é composta, na sua maioria, por semi-proletários, o que reflete, provavelmente, a importância do assalariamento como condição pa-

(1) O que não é possível para São Paulo por problemas de representatividade estatística.

(2) O ENDEF reúne num mesmo código de ocupação os proprietários e os posseiros, por um lado, e os parceiros e arrendatários, por outro; daí, a subdivisão por forma de acesso à terra ter ficado limitada a estes subgrupos.

(3) Forma tradicional de articulação latifúndio/minifúndio, quando a presença da pequena produção dentro da grande propriedade resulta de uma estratégia do proprietário para reter mão-de obra na grande propriedade e/ou reduzir os seus custos monetários.

(4) Supondo-se que entre os pequenos produtores parceiros e arrendatários predominem os que se localizam no interior de grandes propriedades.

TABELA 5

Distribuição de Frequência (n) e Percentagem (%) das Famílias Rurais dos Grupos de Pequenos Produtores Nordestinos por Forma de Acesso à Terra e Posição na Ocupação - 1974/75

		Pequenos Produtores Puros	Semi-Proprietários	Pequenos Produtores c/ocupações Urbanas	Total
Proprietários/posseiros empregadores	n	104.526	92.954	95.916	293.396
	%	13.25	8.01	15.54	11.46
Proprietários/posseiros por conta própria	n	514.990	584.192	345.843	1.445.025
	%	65.27	50.63	56.04	56.44
Parceiros/arrendatários empregadores	n	37.418	119.404	46.240	203.062
	%	4.74	10.35	7.49	7.93
Parceiros/arrendatários por conta própria	n	132.128	357.271	129.192	618.591
	%	16.74	30.96	20.93	24.16
TOTAL	n	789.062	1153.821	617.191	2.560.074
	%	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

ra o acesso à terra via parceria ou arrendamento.

Ainda sobre os "semi-proletários" nordestinos, vale a pena destacar que a sua participação expressiva, já assinalada anteriormente, entre os pequenos produtores da região contradiz algumas formulações sobre o desaparecimento da articulação latifúndio/minifúndio via força-de-trabalho ou, pelo menos, o emprego sazonal de pequenos produtores⁽¹⁾, estando mais de acordo com a hipótese levantada no texto Transformações Recentes na Agricultura do Nordeste, acerca da importância do assalariamento de pequenos produtores "que dependem em maior número e cada vez mais do trabalho assalariado nas grandes propriedades, ao mesmo tempo em que o fracionamento das terras lhes veda a possibilidade de viver exclusivamente de seu produto"⁽²⁾.

Outro resultado interessante mostrado na Tabela 3 refere-se ao relativamente elevado contingente de famílias dependentes do trabalho assalariado de membros da família: perto de 55% das famílias rurais nordestinas e de 70% das paulistas. Este resultado, obtido com a soma das famílias de "assalariados rurais" e de "semi-proletários", evidencia que, apesar da grande presença já assinalada de famílias de produtores rurais nas duas regiões, mesmo no Nordeste, a maioria das famílias rurais depende do trabalho assalariado de seus membros para sobreviver.

(1) Como, por exemplo, F.Sá Jr., "O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência", op. cit.

(2) Transformações Recentes na Agricultura, EIAP/FGV, op.cit., p.55.

As diferentes formas de composição da renda familiar no grupo de "assalariados rurais" podem ser visualizadas através da subdivisão destas famílias pela combinação de dois critérios: a importância do autoconsumo na despesa corrente e o tipo de remuneração dos assalariados rurais de cada família (Tabela 6). A participação da despesa de autoconsumo na despesa corrente superior a 10% foi interpretada como indicação de que a família teve, provavelmente, acesso a um sítio de subsistência como forma não-monetária da remuneração, sendo, neste caso, classificada no sub-grupo "não-assalariado puro" e as famílias restantes incluídas no de "assalariados puros". As famílias de assalariados rurais foram ainda segmentadas a partir da maneira como seus membros combinam o assalariamento permanente, temporário e ocupações urbanas diversas na composição da renda familiar (ver critérios na Tabela 6), tendo os assalariados permanentes e temporários sido definidos, por aproximação, a partir do tipo de remuneração recebida: os que recebem por mês, quinzena ou semana foram considerados permanentes e os que recebem por dia ou tarefa, temporários.

Uma primeira constatação da Tabela 6 refere-se à distribuição entre famílias de "assalariados puros" e "não-assalariados puros": no Nordeste, 67.3% fazem parte do primeiro grupo contra 32.7% do segundo, enquanto em São Paulo a percentagem do primeiro grupo se eleva para 84.1%, ficando os 15.9% restantes no segundo.

Detalhando mais o exame das formas de remuneração que

TABELA 6

Distribuição de Frequência (n) e Percentagem (%) das Famílias de Assalariados Rurais do Nordeste e de São Paulo por Forma de Composição da Renda Familiar - 1974/74

Grupo 4 Assalariados Rurais		Não-Assalariados Puros (a)		Assalariados Puros (b)	
		Nordeste	São Paulo	Nordeste	São Paulo
Assalariados Permanentes + outros (c)	n	119.525	58.919	321.628	288.912
	%	51.76	77.68	67.61	71.83
Assalariados Temporários (d)	n	*	*	63.486	32.770
	%	*	*	13.34	8.15
Assalariados Temporários + outros (e)	n	*	*	90.621	80.548
	%	*	*	19.05	20.00
TOTAL	n	230.904	75.946	475.735	402.229
	%	100.00	100.00	100.00	100.00

(a) Famílias com Despesa de Auto-Consumo maior que 10%
Despesa Corrente

(b) Famílias com Despesa de Auto-Consumo menor que 10%
Despesa Corrente

(c) Famílias com assalariados permanentes, sem assalariados temporários, podendo incluir pessoas com ocupações urbanas.

(d) Famílias compostas exclusivamente por assalariados temporários.

(e) Famílias com assalariados temporários e pessoas com outras ocupações (ocupações urbanas e/ou como assalariado permanente).

(*) sem representatividade estatística.

Fonte: ENDEF/IBGE -- tabulação especial.

compõem a renda familiar dos "assalariados rurais", percebe-se nos "assalariados puros" a seguinte situação; tanto no Nordeste quanto em São Paulo predominam as famílias com assalariados permanentes - respectivamente, 67.61% e 71.83% do total nas duas regiões - e sem assalariados temporários; em seguida, vêm as famílias com assalariados temporários mais assalariados permanentes e/ou membros com ocupações urbanas diversas - 19.05% no Nordeste e 20.0% em São Paulo -; por fim, aparecem as famílias compostas exclusivamente por assalariados temporários, que atingem 13.34% do total de assalariados puros" nordestinos e 8.15% do de paulistas. A existência de rendimentos provenientes de trabalho temporário associa-se, em geral, a outras receitas: apenas 23.9% das famílias nordestinas e 25.5% das paulistas com rendimentos obtidos em trabalho por dia ou por tarefa não têm outras fontes de renda familiar (os demais ou são não-assalariados puros ou têm rendas derivadas de ocupações urbanas e/ou de assalariamento rural por mês, quinzena ou semana).

A tabela 7 aponta a participação relativa de três componentes da renda monetária familiar por grupo sócio-econômico: receitas com produção vendida, assalariamento rural e/ou ocupações urbanas e aposentadoria/pensões.

Em todos os grupos, a receita com "aposentadoria e pensão" é bastante baixa em termos relativos, não ultrapassando, em média, 5,0% da receita monetária familiar no Nordeste e 3.0% em São Paulo. A única exceção fica por conta dos pequenos produtores "puros" nordestinos, onde a percentagem atinge 15.2%, o que ainda é pouco relevante diante da participação da produção vendida na receita monetária.

TABELA 7

Composição Percentual Média da Renda Monetária^(a) das Famílias Rurais do Nordeste e de São Paulo em cada Grupo Sócio-Econômico - 1974/75

	Receita c/Pro- dução Vendida	Receita c/Assa- lariamento Ru- ral e/ou Ocup- Urbanas	Receita c/Apo- sentadorias e pensões	TOTAL	
	Receita Mone- tária (% Média)	Receita Mone- tária (% Média)	Receita Mone- tária (% Média)		
Grupo 1 Produtores Puros	84,90	0	14,86	100	NE
	96,54	0	2,57	100	SP
Grupo 2 Semi-Proletários	36,17	59,25	4,58	100	NE
	43,59	55,19	1,21	100	SP
Grupo 3 Produtores com Ocupa- ções Urbanas	40,57	53,68	5,75	100	NE
	44,67	53,54	1,78	100	SP
Grupo 4 Assalariados Rurais	0	94,43	5,49	100	NE
	0	96,92	3,08	100	SP
Grupo 10 (b) Pequenos Produtores Puros	84,60	0	15,20	100	NE
	95,14	0	2,69	100	SP
Grupo 30 (c) Pequenos Produtores c/outras Ocupações	37,71	57,26	5,03	100	NE
	43,98	54,58	1,42	100	SP

(a) Definida, por aproximação, pela soma da receita com produção vendida, assalariamento rural, ocupações urbanas e aposentadoria/pensão.

(b) Constituído pelos pequenos produtores do Grupo 1.

(c) Constituído pelo Grupo 2 e pelos pequenos produtores do Grupo 3.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial

TABELA 8

Porcentagem de Famílias Rurais do Nordeste e de São Paulo com Receita Monetária com Exploração Rural Inferior às Receitas Monetárias com Outras Ocupações Agropecuárias e Não-Agropecuárias nos Grupos de Produtores Rurais com Outras Ocupações - 1974/75

	Nordeste	São Paulo
Grupo 2 Semi-Proletários	65.71	*
Grupo 3 Produtores c/Ocup.Urbanas	57.31	*
Grupo 30 (a) Pequenos Produtores com Outras Ocupações	62.67	55.12

(*) Sem representatividade estatística.

(a) Constituído pelo Grupo 2 e pelos pequenos produtores do Grupo 3

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

As famílias de pequenos produtores que combinam a receita proveniente da exploração rural com receitas obtidas com ocupações urbanas e/ou assalariamento rural⁽¹⁾ conseguem, em média e na sua maioria, maior receita monetária com estas outras ocupações do que com a produção vendida, tanto no Nordeste como em São Paulo (Tabelas 7 e 8). De fato, nos pequenos produtores "com outras ocupações", a receita monetária com produção vendida não ultrapassa, em média, 37,7% no Nordeste e 44% em São Paulo, sendo que apenas 37,3% dos nordestinos e 44,9% dos paulistas têm receita monetária com exploração rural superior às receitas com outras ocupações. Estas são, portanto, em média e para a maioria das famílias que a ela recorrem, uma fonte de renda fundamental e não apenas complementar à obtida com a exploração rural.

Passando agora ao exame dos níveis de despesa dos pequenos produtores (Tabelas 9 e 10), pode-se ter alguma luz sobre o significado da recorrência a rendimentos complementares à exploração rural por pequenos produtores com outras ocupações urbanas e/ou rurais.

A comparação intergrupos das médias e medianas das despesas correntes per capita apresenta resultados análogos para Nordeste e São Paulo, com os pequenos produtores "puros" tendo despesas superiores às do total dos "com outras ocupações (ainda que por pequenas diferenças) ou especificamente às dos "semi-pro-

(1) Tipo predominante de pequeno produtor em São Paulo e principalmente no Nordeste, conforme a Tabela 2.

TABELA 9

Médias das Despesas Correntes per Capita, Despesas Monetárias per Capita e Despesas de Auto-Consumo per Capita (em Salários-Mínimos) (a) das Famílias de Pequenos Produtores do Nordeste e de São Paulo nos Grupos de Pequenos Produtores - 1974/75

	Despesa Corrente per Capita Média		Despesa Monetária per Capita Média		Despesa de Auto-Consumo per Capita Média	
	NE	SP	NE	SP	NE	SP
Grupo 10 Pequenos Produtores Puros	0.36	0.77	0.21	0.46	0.09	0.17
Grupo 30 (b) Pequenos Prod.c/outras Ocupações	0.33	0.76	0.20	0.50	0.07	0.09
Grupo 2 (c) Semi-Proletários	0.28	0.61	0.16	0.37	0.07	0.11

(a) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

(b) Constituído pelos "semi-proletários" e pelos pequenos produtores "com ocupações urbanas".

(c) Subconjunto dos pequenos produtores "com outras ocupações".

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 10

Medianas das Despesas Correntes per Capita, Despesas Monetárias per Capita e Despesas de Auto-Consumo per Capita (em Salários-Mínimos^(a)) das Famílias de Pequenos Produtores do Nordeste e de São Paulo nos Grupos de Pequenos Produtores - 1974/75

	Despesa Corrente per Capita Mediana		Despesa Monetária per Capita Mediana		Despesa de Auto-Consumo per Capita Mediana	
	NE	SP	NE	SP	NE	SP
Grupo 10 Pequenos Produtores Puros	0.29	0.62	0.15	0.33	0.08	0.18
Grupo 30 (b) Pequenos Prod.c/Outras Ocupações	0.27	0.59	0.15	0.36	0.05	0.07
Grupo 2 (c) Semi-Proletários	0.24	0.50	0.12	0.28	0.05	0.11

(a) Maior Salário-Mínimo do país à época do ENDEF.

(b) Constituído pelos "semi-proletários" e pelos pequenos produtores "com ocupações urbanas".

(c) Subconjunto dos pequenos produtores "com outras ocupações".

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

letários" (neste caso, com diferenças mais acentuadas). Por estes indicadores, a utilização de rendas complementares à exploração rural não posiciona os "semi-proletários", ou mesmo o conjunto dos pequenos produtores "com outras ocupações", em situação mais favorável que a dos "puros", o que significa uma receita com exploração rural (monetária e não-monetária) menor naqueles grupos do que neste.

Embora não tenha sido possível obter as receitas médias e medianas com exploração rural nestes grupos, é bastante provável que a superioridade dos pequenos produtores "puros" sobre os demais seja, por estes indicadores, elevada. Por um lado, a produção vendida dos "puros" deve ser significativamente menor: apesar de nos "com outras ocupações" a renda obtida com a venda da produção agropecuária representar apenas uma parcela da receita monetária (em geral menor que a obtida com estas outras ocupações, conforme mostram as Tabelas 7 e 8), as receitas monetárias (estimadas pelas despesas monetárias) médias e medianas dos "com outras ocupações" são muito próximas às dos "puros", o que indicaria uma receita com produção vendida neste grupo bem inferior à dos "puros". Por outro lado, a produção para auto-consumo (estimada pelas despesas de auto-consumo) média e mediana dos "puros" é, em São Paulo e no Nordeste, superior à dos "com outras ocupações". Assim, os dois componentes da receita com exploração rural, a produção vendida e a produção para auto-consumo, apontam na mesma direção: a superioridade das receitas com exploração rural dos "puros" sobre os "com outras ocupações" no Nordeste e em São Paulo.

Apesar da precariedade destes dados, pode-se admitir que eles apontam uma tendência que vale a pena destacar: a utilização de rendas complementares à exploração rural não constituiria apenas uma maneira de elevar a renda familiar, mas seria um mecanismo acionado numa situação em que a renda (monetária e não-monetária) com a exploração rural é inferior à conseguida pelos pequenos produtores "puros". Mais ainda, nos pequenos produtores "com outras ocupações", e nestes sobretudo nos "semi-proletários", os baixos níveis da despesa corrente média e mediana revelam que, mesmo com rendas distintas da obtida com a exploração rural, as famílias destes grupos sobrevivem precariamente. Neste caso, a própria viabilidade do estabelecimento agrícola parece depender de rendimentos complementares na família, sem os quais os estabelecimentos agrícolas talvez não pudessem ser mantidos em virtude de serem incapazes de assegurar sozinhos a reprodução familiar.

No Nordeste, as despesas correntes médias e medianas per capita dos "semi-proletários" e do total dos "com outras ocupações" ficam bem abaixo de 0,5 SM, o que, levando em conta que correspondem a uma renda obtida via exploração rural mais outras receitas, dá uma boa idéia da precariedade econômica dos estabelecimentos agrícolas dos pequenos produtores nordestinos ⁽¹⁾.

(1) O que confirma colocações como a de D. Goodman para quem "nas atuais condições ecológicas e técnicas da agricultura do Nordeste, estabelecimentos desse tamanho (pequenos estabelecimentos) não proporcionam sustento adequado à família(...). É provável, por isso mesmo, que minifundiários ingressem no mercado do trabalho a fim de obter renda suplementar (...)" (D. Goodman, op. cit., p.502). A respeito ainda da debilidade econômica dos pequenos estabelecimentos agrícolas nordestinos, trabalhos apoiados nos censos agropecuários indicam que estes estabelecimentos têm crescido bastante em número nas últimas décadas, mas, principalmente, à custa de sua subdivisão, com os pequenos estabelecimentos adicionais incorporando apenas uma fração insignificante da área recenseada (conforme, por exemplo, Iony Sampaio e José Ferreira, Emprego e Pobreza Rural, Recife, CME/PIMES, 1977, p. 163).

Já em São Paulo, as despesas médias e medianas destes grupos de pequenos produtores estão acima de 0,5 SM (média de 0,61 SM para os "semi-proletários" e 0,76 SM para os "com outras ocupações" e medianas de 0,50 SM e 0,59 SM, respectivamente), mas, ainda assim, parece correto admitir que a subsistência familiar apenas com rendimentos de exploração rural é quase impossível para um número apreciável de pequenos produtores paulistas.

A recorrência a rendas complementares como forma de garantir a subsistência familiar parece constituir, neste sentido, uma indicação indireta do grau de expropriação dos pequenos produtores, incapazes de subsistir apenas com o estabelecimento agrícola. Entendendo-se o processo de proletarização em sentido mais amplo, não apenas como expropriação completa dos meios de produção do pequeno produtor, mas, também, como elevação de suas ocupações auxiliares⁽¹⁾, pode-se considerar que a percentagem relativamente pequena de pequenos produtores "puros" no total das famílias rurais de São Paulo e do Nordeste (15.6 e 22.7, respectivamente) é a contrapartida da permanência da pequena produção nas duas regiões, nas condições atuais de avanço do processo de proletarização rural e de subordinação da agricultura ao movimento mais geral de acumulação de capital no conjunto da economia⁽²⁾.

(1) Ver, a propósito, as observações de J.F.Graziano da Silva, A Pequena Produção e as Transformações da Agricultura Brasileira, op.cit., p.132.

(2) O que não quer dizer que o avanço do processo de proletarização se traduza necessariamente na expropriação, mesmo parcial, do pequeno produtor. Na perspectiva adotada neste trabalho, o processo de proletarização tem a ver com um movimento mais amplo de subordinação do trabalho ao capital, que pode levar, em determinadas situações, não à expropriação, mas à recriação da pequena produção enquanto forma de produção subordinada ao capital. Ver, igualmente, J.F.Graziano da Silva, op.cit., p.134/5.

Retomando-se as observações feitas no início deste item, pode-se agora concluí-lo, sublinhando algumas características básicas do processo de proletarização rural nas duas regiões. Em ambas, o avanço deste processo faz com que seja pequena a percentagem de pequenos produtores "puros" no total das famílias rurais e predominem, entre os pequenos produtores, os "com outras ocupações". Existem, porém, diferenças regionais importantes a serem assinaladas: enquanto os "com outras ocupações" chegam a ser, inclusive, maioria nas famílias rurais nordestinas, em São Paulo, predominam as famílias de "assalariados rurais"; a participação relativa dos "puros" no total de pequenos produtores é mais elevada em São Paulo, refletindo, possivelmente, a maior solidez da pequena produção que subsiste em São Paulo.

II.2. Integração Mercantil das Famílias Rurais

Nesta seção, pretende-se caracterizar o grau de vinculação mercantil das famílias rurais nordestinas e paulistas pelo lado da despesa⁽¹⁾. Os dados apresentados permitem chegar a algumas conclusões relevantes: qualificam o papel das despesas monetárias, do auto-consumo e das demais despesas não-monetárias⁽²⁾ na reprodução das famílias rurais dos diferentes grupos sócio-econômicos e por classe de despesa, e num grupo, o dos "produtores puros", permitem inferir o destino da produção, com as proporções em que ela se orienta para o mercado e para o auto-consumo⁽³⁾.

No caso específico dos grupos de pequenos produtores, tenta-se avaliar, na medida do possível com os dados do ENDEF, até que ponto a pequena produção prevalecente na agricultura nordestina e paulista corresponde ou se afasta do paradigma da agricultura de subsistência (atividade produtiva voltada basicamente para o auto-consumo com a comercialização apenas do excedente) suposto em muitas análises sobre a agricultura brasileira, conforme exposto no Capítulo I.

(1) As informações disponíveis do ENDEF permitem caracterizar o nível de integração das famílias rurais ao mercado apenas pelo lado da despesa (conforme explicitado no Anexo I). Como os dados de renda não foram deflacionados, os rendimentos com produção vendida, assalariamento rural ou ocupações urbanas diversas não puderam ser agregados para grupos de famílias, e só foram utilizados para comparar em cada família a participação relativa dos diversos tipos de rendimento (como foi feito na Tabela 7).

(2) A despesa não-monetária inclui, além da despesa de auto-consumo, estimativas monetárias de itens como aluguel (quando a família mora em casa própria ou cedida), doações, trocas, recebimento em bens, etc. Ver, a propósito, o Anexo I.

(3) Neste grupo, pode-se admitir, grosso modo, que a contrapartida da despesa monetária é a renda monetária obtida com a venda da produção agropecuária, enquanto a contrapartida da despesa de auto-consumo é a produção própria. Assim, a proporção entre despesa monetária e despesa de auto-consumo fornece uma indicação indireta do destino da produção (produção para mercado e para auto-consumo), podendo ser tomada como referência para se ter uma idéia do grau de vinculação mercantil, pelo lado da produção, dos produtores rurais.

Para a caracterização proposta, as despesas correntes médias são decompostas em despesas monetárias médias, despesas de auto-consumo médias e outras despesas não-monetárias médias (Tabelas 11 e 14). Pelo interesse em evidenciar o papel da produção própria (contrapartida da despesa de auto-consumo) na reprodução das famílias rurais, confronta-se, de duas maneiras, a renda imputada ao auto-consumo (estimada pela despesa de auto-consumo) com a renda monetária obtida com a produção vendida e outras receitas monetárias (estimada pela despesa monetária corrente): 1) pela comparação das despesas de auto-consumo médias com as despesas monetárias médias de cada grupo; 2) por indicadores relativos à razão $\frac{\text{despesa de auto-consumo}}{\text{desp. de auto-consumo} + \text{desp. monetária corrente}}$ (médias e medianas da $\frac{\text{DAC}}{\text{DAC} + \text{DMC}}$ e percentagem de famílias de cada grupo com despesa monetária superior à despesa de auto-consumo), os quais são obtidos a partir da contraposição em cada família (e não no grupo como um todo) da despesa de auto-consumo com a despesa monetária (Tabelas 12 e 15).

A Tabela 11 mostra que, em todos os grupos sócio-econômicos, a despesa monetária é o principal componente da despesa corrente das famílias rurais nordestinas e paulistas, cuja reprodução se realiza, assim, sobretudo via mercado (as participações relativas das despesas monetárias médias nas despesas correntes médias oscilam entre 60% e 70%).

Apesar dos percentuais devidos às despesas monetárias serem, em cada grupo, mais elevados em São Paulo, a diferença não é muito pronunciada, não chegando a caracterizar um contraste muito significativo nos graus de vinculação mercantil entre as duas regiões. A composição da despesa não-monetária é, no entanto, bem diferente:

TABELA 11

Decomposição (em %) da Despesa Corrente per Capita Média das Famílias Rurais de cada Grupo Sócio-Econômica e Classe de Despesa segundo Componentes da Despesa Corrente (Nordeste e São Paulo, 1974/75)

		DESPESA CORRENTE PER CAPITA				DESPESA CORRENTE PER CAPITA				TOTAL			
		Até 0,5 SM (a)				Acima de 0,5 SM (a)							
		Desp. Corrente	Desp. Monetária	Desp. Auto-Consumo	Desp. Não Monet. Outras	Desp. Corrente	Desp. Monetária	Desp. Auto-Consumo	Desp. Não Monet. Outras	Desp. Corrente	Desp. Monetária	Desp. Auto-Consumo	Desp. Não Monet. Outras
Média	Média	Média	Média (b)	Média	Média	Média	Média (b)	Média	Média	Média	Média (b)		
Grupo 1 Produtores Puros	NE	100	55.6	29.6	14.8	100	71.7	14.2	14.1	100	61.9	21.4	16.7
	SP	100	*	*	*	100	69.4	14.0	16.6	100	68.2	14.7	17.1
Grupo 2 Semi-Proletários	NE	100	54.2	25.0	20.8	100	62.0	16.9	71.1	100	57.1	25.0	17.9
	SP	100	*	*	*	100	*	*	*	100	60.7	18.0	21.3
Grupo 3 Produtores c/Ocupações Urbanas	NE	100	58.6	20.7	20.7	100	72.3	9.3	18.4	100	66.7	13.7	19.6
	SP	100	*	*	*	100	74.2	3.6	22.2	100	73.6	4.1	22.3
Grupo 4 Assalariados Puros	NE	100	70.8	8.3	20.9	100	74.7	5.3	20.0	100	70.0	6.7	23.3
	SP	100	76.5	5.9	17.6	100	72.3	4.8	22.9	100	72.9	5.1	22.0

(a) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

(b) Despesas não-monetárias distintas do auto-consumo: estimativas monetárias de itens como aluguel (quando a família mora em casa própria ou cedida), doações, trocas, recebimento em bens, etc.

(*) Sem representatividade estatística

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

em São Paulo, o auto-consumo tem menor participação nela, que resulta, mais do que no Nordeste, de estimativas monetárias de itens como aluguel (quando a família mora em casa própria ou cedida), doações, trocas, recebimento em bens, etc. Assim, tomando-se a despesa monetária em relação apenas à despesa de auto-consumo (para se comparar a participação da despesa/renda monetária e da produção própria na despesa corrente familiar), a diferença no nível de vinculação mercantil já é mais elevada, sendo este maior em São Paulo.

Pelos indicadores da Tabela 12, o confronto da despesa de auto-consumo com a despesa monetária sugere a preponderância acentuada do mercado sobre a produção própria para a subsistência familiar em todos os grupos das duas regiões, sendo que as famílias rurais paulistas têm níveis de integração mercantil mais elevados em cada um e, sobretudo, nos "produtores com ocupações urbanas" e nos "assalariados". Mesmo no item alimentação (Tabela 13), em nenhum grupo a produção própria é a principal fonte de abastecimento familiar, com as maiores diferenças regionais recaindo novamente nos "produtores com ocupações urbanas" e nos "assalariados" (dependência mercantil mais elevada em São Paulo).

Entre os grupos específicos de pequenos produtores, os "puros" e os "com outras ocupações", a despesa monetária também aparece como a principal componente da despesa corrente das famílias rurais do Nordeste e de São Paulo (Tabela 14), com percentuais na despesa corrente em torno de 60% (o mais elevado é o dos pequenos produtores "com outras ocupações" de São Paulo, igual a 65.8%). Nos dois grupos, a participação relativa da despesa monetária é apenas ligeiramente superior em São Paulo, enquanto a do auto-consumo é

TABELA 12

Medidas Diversas para Comparação da Despesa de Auto-Consumo (DAC) com a Despesa Monetária Corrente (DMC) por Grupo Sócio-Econômico de Famílias Rurais (Nordeste e São Paulo, 1974/75)

	DAC Média DAC Med.+ DMC Med. (em %)		Média da DAC DAC + DMC (em %)		Mediana da DAC DAC + DMC (em %)		DAC DAC + DMC < 50 (em %)	
	NE	SP	NE	SP	NE	SP	NE	SP
Grupo 1 Produtores Puros	25.7	17.7	33.8	28,6	33,0	27.0	76.3	85.3
Grupo 2 Semi-Proletários	30.5	22.9	30.6	25,6	28.0	25.0	79.4	88.6
Grupo 3 Produtores c/Ocupações Urbanas	17.0	5.3	23.0	9.7	17.0	6.0	88.2	99.2
Grupo 4 Assalariados Rurais	8.7	6.5	12.6	6,6	5.0	1.0	95.5	98.9

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 13

Medidas Diversas para Comparação da Despesa de Auto-Consumo (DAC) com a Despesa Total com Alimentação (DTA) por Grupo Sócio-Econômico de Famílias Rurais (Nordeste e São Paulo, 1974/75)

	Média da $\frac{DAC}{DTA}$ (em %)		Mediana da $\frac{DAC}{DTA}$ (em %)		$\frac{DAC}{DTA} < 50$ (em %)	
	NE	SP	NE	SP	NE	SP
Grupo 1 Produtores Puros	42.1	43.3	43.0	46.0	61.6	57.1
Grupo 2 Semi-Proletários	35.6	35.0	33.0	35.0	69.6	69.2
Grupo 3 Produtores com Ocupações Urbanas	29.7	17.6	24.0	11.0	77.7	92.1
Grupo 4 Assalariados Rurais	14.0	8.4	6.0	2.0	94.2	97.9

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 14

Decomposição (em %) da Despesa Corrente per Capita Média dos Grupos de Pequenos Produtores segundo componentes da Despesa Corrente (Nordeste e São Paulo, 1974/75)

		Despesa Corrente Média	Despesa Monetária Média	Desp. Auto-Consumo Média	Desp. Não Monetária Outras (a) Média
Grupo 10 Pequenos Produtores Puros	NE	100	58.3	25.0	16.7
	SP	100	59.7	22.1	18.2
Grupo 30 Pequenos Produtores c/Outras Ocupações	NE	100	60.6	21.2	18.2
	SP	100	65.8	11.8	22.4

(a) Despesas não-monetárias distintas de auto-consumo: estimativas monetárias de itens como aluguel (quando a família mora em casa própria ou cedida), doações, trocas, recebimento em bens, etc.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

muito próxima nos "puros" e somente nos "com outras ocupações" apresenta uma diferença maior (mais elevada entre os nordestinos).

A comparação da despesa monetária com a despesa de auto-consumo (Tabela 15) revela a superioridade nítida da despesa monetária sobre o auto-consumo em todos os grupos das duas regiões, e, sobretudo nos "com outras ocupações", a maior vinculação mercantil dos pequenos produtores paulistas (nos "puros", as diferenças entre Nordeste e São Paulo não são muito significativas). A despesa de auto-consumo média representa não mais que 30% no Nordeste e 27% em São Paulo da média da despesa de auto-consumo mais despesa monetária corrente nos pequenos produtores "puros", percentagens que ainda caem para 25.9% e 15.2%, respectivamente, nos "com outras ocupações". Por outro lado, mesmo nas famílias de pequenos produtores "puros", a expressiva maioria, 75.6% no Nordeste e 80.9% em São Paulo, possui a despesa monetária acima da despesa de auto-consumo, percentagem que se eleva nos "com outras ocupações", para 82.6% e 92.5%, respectivamente. Da mesma forma, as médias e medianas da $\frac{DAC}{DAC + DMC}$ apontam a predominância do mercado sobre a produção própria nos dois grupos de pequenos produtores, e principalmente nos "com outras ocupações". O auto-consumo não é a fonte principal de sustento das famílias de pequenos produtores sequer no item alimentação, conforme os indicadores relativos à razão despesa de auto-consumo/despesa com alimentação apontam (Tabela 16).

Qual o significado disso?

Em primeiro lugar, os indicadores selecionados revelam que, entre as famílias de pequenos produtores nordestinos e paulis-

TABELA 15

Medidas Diversas para Comparação da Despesa de Auto-Consumo (DAC) com a Despesa Monetária Corrente (DMC) por Grupo de Pequenos Produtores (Nordeste e São Paulo, 1974/75)

	DAC média DAC med.+DMC med. (em %)		Média da DAC DAC + DMC (em %)		Mediana da DAC DAC + DMC (em %)		DAC DAC + DMC < 50 (em %)	
	NE	SP	NE	SP	NE	SP	NE	SP
Grupo 10 Pequenos Produto- res Puros	30.0	27.0	34.5	33.0	33.0	33.0	75.6	80.9
Grupo 30 Pequenos Produto- res com Outras Ocupações	25.9	15.2	28.0	20.2	25.0	16.0	82.6	92.5

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 16

Medidas Diversas para Comparação da Despesa de Auto-Consumo (DAC) com a Despesa Total com Alimentação (DAT) por Grupo de Pequenos Produtores (Nordeste e São Paulo, 1974/75)

	Média da $\frac{DAC}{DTA}$ (em %)		Mediana da $\frac{DAC}{DTA}$ (em %)		$\frac{DAC}{DTA} < 50$ (em %)	
	NE	SP	NE	SP	NE	SP
Grupo 10 Pequenos Produtores Puros	42.6	45.9	43.0	50.0	60.9	52.3
Grupo 30 Pequenos Produtores com Outras Ocupações	33.6	28.7	30.0	26.0	72.5	77.7

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

tas, o auto-consumo é menos importante para o sustento familiar que os rendimentos monetários conseguidos com a produção vendida e ocupações agropecuárias e não-agropecuárias diversas. Isto precisa melhorar o papel da chamada agricultura de subsistência na reprodução das famílias rurais. Independentemente do grau de vinculação mercantil da produção agrícola (se mais voltada para o auto-consumo ou para o mercado), os dados apresentados são suficientes para afirmar que as famílias rurais com acesso à terra como pequenos produtores não retiram, predominantemente, de uma agricultura de subsistência, centrada na produção para auto-consumo, a base do seu sustento.

Em segundo lugar, pelo menos entre os "produtores puros", a dependência do mercado para a aquisição de bens de consumo deve ser a contrapartida de uma produção agrícola mais voltada para o mercado, com a produção vendida superando a produção para auto-consumo como fonte de renda para a despesa corrente familiar. A integração mercantil via produção dos pequenos produtores deste grupo sócio-econômico não autoriza a usual dicotomia entre pequena produção e produção capitalista como oposição entre agricultura de subsistência e agricultura comercial. Neste grupo, onde a dependência do mercado pelo lado da despesa traduz, aproximadamente, o destino da produção (se agricultura comercial ou para auto-consumo) parece claro que a pequena produção afasta-se bastante do paradigma da agricultura de subsistência: a vinculação mercantil dos pequenos produtores não corresponde à idéia de uma produção para auto-consumo e que comercializa apenas um excedente.

Finalmente, nos pequenos produtores "com outras ocupações", a integração mercantil via despesa mostra que tampouco é a

despesa de auto-consumo/produção para auto-consumo a fonte do sustento destas famílias. Neste grupo, contudo, a receita monetária não é obtida apenas com produção vendida, de modo que os dados de despesa são insuficientes para uma inferência mais rigorosa sobre o grau de vinculação mercantil na produção. No entanto, pelo fato da participação da receita com produção vendida na renda monetária ser relativamente reduzida⁽¹⁾, pode-se supor que, principalmente no Nordeste, ainda tem presença expressiva entre os "com outras ocupações" aqueles cuja produção se destina basicamente ao auto-consumo. Já em São Paulo, onde a participação do auto-consumo na renda/despesa familiar é inferior, a orientação mercantil da produção deve prevalecer inclusive neste grupo, embora em menor proporção que nos "puros".

Apesar das diferenças entre as duas regiões nos níveis de integração mercantil, não parece correto opor, como sugerido em alguns estudos⁽²⁾, a pequena produção nordestina à pequena produção paulista por este critério (agricultura de subsistência x pequena produção mercantil). Isto porque, pelo menos entre os pequenos produtores puros⁽³⁾, a pequena produção no Nordeste também é integrada ao mercado e as diferenças na vinculação mercantil não são muito pronunciadas, o que parece apoiar as observações do Capítulo I a respeito da incorreção de se considerar o grau de vinculação mercantil em si como indicador de um novo tipo de pequeno produtor. De fato, as diferenças entre os pequenos pro

- (1) Pelos indicadores das Tabelas 7 e 8, a receita monetária com produção vendida é inferior à soma das outras receitas monetárias em São Paulo e, sobretudo, no Nordeste.
- (2) Ver, por exemplo, J.R. Brandão Lopes, Do Latifúndio à Empresa, Brasiliense, 1976.
- (3) Que representam 30.8% dos pequenos produtores nordestinos e 44.0% dos paulistas (Tabela 4).

dutores nordestinos e paulistas são melhor caracterizadas pelo tipo de capital ao qual se subordinam do que por níveis de integração mercantil. É principalmente porque a subordinação as formas mais "tradicionais" de capital (capital usurário/comercial, grande proprietário/comerciante oligopsonista) ainda tem alguma importância no Nordeste, ao contrário de São Paulo, que a pequena produção nordestina pode ser mais considerada mais "atrasada" que a paulista, onde é crescente a articulação dos pequenos produtores com o capital industrial e cooperativas capitalistas.

A Tabela 17 revela ainda uma outra característica importante da integração mercantil das famílias de pequenos produtores: a predominância do mercado sobre a produção própria como fonte para o abastecimento familiar não se restringe àqueles com melhor situação econômica, atingindo também aos pequenos produtores mais pobres, com despesa corrente familiar per capita inferior a 0.5 SM. De fato, tanto os pequenos produtores "puros", quanto os "com outras ocupações", com despesa per capita inferior a 0,5 SM tem a $\frac{DAC}{DAC + DMC}$ médias iguais a 36.7% e 37.4% (nos "puros") e 29.7% e 26.7% (nos "com outras ocupações"), para o Nordeste e São Paulo, respectivamente, o que significa, em média, uma clara superioridade da despesa monetária corrente sobre a despesa de auto-consumo. Isto, por sua vez, expressa a maior importância da renda monetária (derivada da produção vendida, assalariamento rural, ocupações urbanas diversas, etc.) sobre a renda imputada ao auto-consumo: a agricultura de subsistência (enquanto centrada na produção para auto-consumo) não é a fonte principal do sustento familiar mesmo entre os pequenos produtores mais pobres.

TABELA 17

Média (em %) da $\frac{\text{Despesa de Auto-Consumo}}{\text{Despesa de Auto-Consumo} + \text{Despesa Monetária Corrente}}$ das Famílias Rurais com Despesa Corrente per Capita abaixo e acima de 0.5 SM por Grupo Sócio-Econômico (Nordeste e São Paulo, 1974/75)

	Despesa Corrente per Capita até 0.5 SM (c)		Despesa Corrente per Capita acima de 0.5 SM (c)	
	Nordeste	São Paulo	Nordeste	São Paulo
Grupo 1 Produtores Puros	36.7	37.4	22.0	25.9
Grupo 2 Semi-Proletários	31.4	28.4	21.6	22.8
Grupo 3 Produtores c/Ocupações Urbanas	26.4	18.7	14.6	8.3
Grupo 4 Assalariados Rurais	13.4	6.6	6.2	6.5
Grupo 10 Pequenos Produtores Puros (a)	36.7	37.4	23.9	31.1
Grupo 30 Pequenos Produtores com Outras Ocupações (b)	29.7	26.7	17.6	16.2

(a) Constituído pelos pequenos produtores do Grupo 1.

(b) Constituído pelos pequenos produtores dos Grupos 2 e 3

(c) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

Além disso, especificamente entre os pequenos produtores "puros", estes dados evidenciam que a maior importância da produção para mercado não se restringe ao contingente de pequenos produtores mais abastados, como algumas vezes é sugerido⁽¹⁾. Aliás, no Nordeste, a precária situação econômica dos pequenos produtores "puros" não permite caracterizá-los como uma camada de pequenos produtores com melhor nível econômico ("farmers") por oposição aos pequenos produtores mais pobres que tenderiam à proletarização completa (semi-proletários), tal como sugeriria o processo clássico de diferenciação camponesa: as despesas correntes per capita média e mediana deste grupo são de apenas 0.36 SM e 0.49 SM (Tabelas 9 e 10). Já em São Paulo, os "puros" parecem efetivamente corresponder a uma camada de pequenos produtores um pouco mais bem situados economicamente, onde as despesas correntes per capita média e mediana são de 0.77 SM e 0.62 SM (Tabelas 9 e 10).

Apesar da elevada integração mercantil dos pequenos produtores "puros" e "com outras ocupações" das duas regiões com despesa per capita abaixo de 0.5 SM, cabe notar o decréscimo da participação relativa do auto-consumo vis-à-vis a despesa monetária corrente quando se passa dos pequenos produtores desta classe de despesa para os da classe de despesa acima de 0.5 SM, evidenciando o maior vínculo mercantil destes (Tabela 17).

Finalmente, a Tabela 18 mostra que, pelo menos em média, o auto-consumo não é responsável sequer pela maior parte da alimentação das famílias de pequenos produtores mais pobres (despesa corrente per capita inferior a 0.5 SM).

(1) Por exemplo, conforme exposto no Capítulo I, alguns autores (S. Forman/J.F. Reigelhaugt, A. Castro, R. Carneiro) analisando a agricultura nordestina, relacionam explicitamente a crescente vinculação mercantil dos pequenos produtores ao processo de diferenciação camponesa que estaria em curso na região com a constituição de uma camada do campesinato em melhor situação econômica produzindo fundamentalmente para mercado.

TABELA 18

Média (em %) da $\frac{\text{Despesa de Auto-Consumo}}{\text{Despesa Total com Alimentação}}$ das Famílias Rurais com Despesa Corrente per Capita abaixo e acima de 0,5 SM por Grupo Sócio-Econômico (Nordeste e São Paulo, 1974/75)

	Despesa Corrente per Capita até 0,5 SM (c)		Despesa Corrente per Capita acima de 0,5 CM (c)	
	Nordeste	São Paulo	Nordeste	São Paulo
Grupo 1 Produtores Puros	44.0	44.8	34.2	42.9
Grupo 2 Semi-Proletários	36.3	36.0	28.2	34.1
Grupo 3 Produtores com Ocupações Urbanas	32.3	22.8	23.1	16.7
Grupo 4 Assalariados Rurais	14.7	7.4	8.5	9.4
Grupo 10 Pequenos Produtores Puros (a)	44.0	44.8	35.8	46.3
Grupo 30 Pequenos Produtores com Outras Ocupações (b)	34.9	33.6	25.6	25.7

(a) Constituído pelos pequenos produtores do Grupo 1.

(b) Constituído pelos pequenos produtores dos Grupos 2 e 3.

(c) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

II.3. Distribuição do Pessoal Ocupado pelas Ocupações Exercidas e por Grupo Sócio-Econômico

Tomando o Censo Agropecuário como base empírica, conclui-se pela importância decisiva da pequena produção (produção familiar) na absorção da força-de-trabalho rural no Nordeste e mesmo em São Paulo. Segundo o Censo de 75, os "responsáveis e membros não-remunerados da família" constituíam 85,06% e 55,15% do total do pessoal ocupado nas agriculturas do Nordeste e de São Paulo, respectivamente. Mesmo devidamente corrigidos (composição média da força de trabalho no ano em equivalentes-homem)⁽¹⁾, os dados do censo continuam a apontar uma elevada percentagem de mão de obra familiar na força de trabalho rural⁽²⁾. Como a mão-de-obra familiar é, por sua vez, absorvida, em boa medida, em unidades de produção onde ela predomina largamente, isto é, em diferentes formas de pequena produção, os dados citados apontam indiretamente a expressiva presença da pequena produção na absorção da mão-de-obra rural nordestina e paulista. Trata-se de um aspecto frequentemente destacado quando se pretende ressaltar a relevância ainda grande da pequena produção nestas regiões e na agricultura brasileira de um modo geral.

A presença significativa da mão-de-obra familiar

- (1) Como já observado na Introdução, os dados do censo não podem ser aceitos acriticamente, já que o número de pessoas ocupadas atribuído a cada categoria ocupacional e a quantidade de trabalho realizada por categoria não são expressos adequadamente pelos critérios do censo de classificação do pessoal ocupado.
- (2) Em São Paulo, 45,4% da força de trabalho total seria composta por mão-de-obra familiar, de acordo com cálculo efetuado por J. Graziano da Silva e A. Kageyama, op.cit., a partir de dados do censo agropecuário de 75. Para o Nordeste, os autores não chegaram a calcular a composição da força de trabalho em equivalentes-homem, mas a mão-de-obra familiar é, sem dúvida, amplamente majoritária.

no pessoal ocupado não significa, porém, necessariamente, que a subsistência da força de trabalho rural dependa, em igual medida, de diferentes tipos de produção familiar: o exame desta questão, referente às formas de reprodução da força de trabalho rural, deve ser feito no âmbito da família, já que é aí (e não individualmente) que a reprodução se processa. Do ponto de vista da unidade familiar, abre-se a possibilidade, frequente como já apontado para o Nordeste e São Paulo, do exercício simultâneo ou alternado de diferentes tipos de atividade econômica, de modo que a subsistência de assalariados e de pequenos produtores/mão-de-obra familiar pode depender, ao mesmo tempo, do trabalho assalariado e da exploração de pequenos estabelecimentos agrícolas.

O fato da unidade pesquisada no ENDEF ser a família e existirem referências às ocupações dos seus membros no período de um ano permite utilizar os seus dados para analisar a reprodução da força de trabalho rural. Os resultados fornecidos pelas Tabelas 19, 20 e 21 revelam, assim, dimensões desta questão que não podem ser inferidas dos dados do censo e vale a pena explorar.

Em primeiro lugar, a Tabela 19, que classifica o pessoal ocupado pelas ocupações exercidas ao longo do ano (e não num único ponto do tempo como o Censo) mostra que os produtores rurais e/ou mão-de-obra familiar (o equivalente ao item "responsáveis e membros não-remunerados da família" do Censo) sem atividade como assalariado rural não são mais do que 62% da

TABELA 19

Distribuição de Frequência (n) e Percentagem (%) do Pessoal Ocupado na Agricultura^(a) do Nordeste e de São Paulo, segundo Ocupações Exercidas ao longo do Ano -
- 1974/75

		NORDESTE	SÃO PAULO
(b)	1	n	1.354.251
		%	18.52
	2	n	3.761.320
		%	51.44
	3	n	1.139.273
		%	15.58
	4	n	786.247
		%	10.75
	5	n	270.914
		%	3.71
TOTAL	n	7.312.005	
	%	100.00	

(a) Exclui-se as pessoas de famílias rurais que exercem apenas ocupações urbanas.

- (b) 1. apenas assalariado rural.
 2. apenas produtor rural e/ou mão-de-obra familiar não remunerada
 3. produtor rural e/ou mão-de-obra familiar e assalariado rural
 4. produtor rural e/ou mão-de-obra familiar com ocupações urbanas, desde que não tenha atividade como assalariado rural
 5. assalariado rural com ocupações urbanas, desde que não seja produtor rural e/ou mão-de-obra familiar.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 20

Distribuição de Frequência (n) e Percentagem (%) do Pessoal Ocupado na
Agricultura (*) do Nordeste e de São Paulo por Grupos Sócio-Econômicos
- 1970/75

		Nordeste	São Paulo
Grupo 1 Produtores Puros	n	1.802.684	414.478
	%	24.65	23.63
Grupo 2 Semi-Proletários	n	2.908.689	284.840
	%	39.78	16.23
Grupo 3 Produtores c/ocupações Urbanas	n	1.511.120	156.348
	%	20,67	8.91
Grupo 4 Assalariados Rurais	n	1.089.512	898.427
	%	14.90	51.22
TOTAL	n	7.312.005	1.753.993
	%	100.00	100.00

(*) Exclui-se as pessoas de famílias rurais que exercem apenas ocupações urbanas.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 21

Distribuição de Frequência (n) e Percentagem (%) do Pessoal Ocupado das Famílias de Pequenos Produtores^(*) do Nordeste e de São Paulo por Grupos de Pequenos Produtores - 1974-75

		NORDESTE	SÃO PAULO
Grupo 10 Pequenos Produtores Puros	n	1.772.753	332.116
	%	28.88	44.98
Grupo 30 Pequenos Produtores com Outras Ocupações	n	4.365.883	406.222
	%	71.12	55.02
TOTAL	n	6.138.636	738.338
	%	100.00	100.00

(*) Excluindo destas famílias as pessoas que exercem apenas ocupações urbanas.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

mão-de-obra rural no Nordeste e 39% em São Paulo,⁽¹⁾ sendo todo o restante constituído por pessoas que, pelo menos em algum período do ano, são assalariados rurais⁽²⁾.

Em segundo lugar, a distribuição do pessoal ocupado nas famílias de cada grupo sócio-econômico (Tabelas 20 e 21) fornece uma informação valiosa para o entendimento da participação da pequena produção na reprodução da força-de-trabalho rural: um cálculo efetuado a partir das Tabelas 20 e 21 indica que a percentagem de pessoas ocupadas na agricultura pertencentes a famílias de pequenos produtores "puros" é de apenas 24.24% no Nordeste e 18.93% em São Paulo, estando o contingente que sobra distribuído entre famílias de "pequenos produtores com outras ocupações", de "assalariados rurais", ou ainda de "produtores capitalistas".

Assim, no Nordeste e em São Paulo, tanto a parcela de mão-de-obra rural que ao longo do ano é apenas produtor rural e/ou mão-de-obra não-remunerada é bem inferior à sugerida pelo Censo com base num único ponto do tempo, como a percentagem de pessoal ocupado na agricultura que depende exclusivamente da pequena produção para a sua sobrevivência não é muito elevada, mesmo que as unidades de produção familiares (pequena produção) absorvam a maior parte destas pessoas. São aspectos do papel da pequena produção na absorção e reprodução da força-de-trabalho ru

(1) Obtido pela soma das categorias 2 e 4 da Tabela 19.

(2) Valores distantes dos 85% e 55% que o Censo Agropecuário de 75 aponta para o Nordeste e São Paulo, respectivamente, no item "responsáveis a membros não-remunerados da família".

ral que, em certo sentido, relativizam a importância atribuída à pequena produção por análises baseadas nos dados do Censo Agropecuário sobre pessoal ocupado ⁽¹⁾.

Outro ponto a explorar nas informações do ENDEF sobre pessoal ocupado refere-se especificamente a inserção dos assalariados rurais nos grupos sócio-econômicos onde, pela segmentação adotada, eles podem aparecer; nos "semi-proletários" e nos "assalariados rurais" (Tabela 22). Estas informações, juntamente com os dados apresentados nas Tabelas 19, 20 e 21 permitem situar, grosso modo, a extensão do processo de proletarização rural no Nordeste e em São Paulo, além de fornecerem "pistas" para a discussão de uma importante questão: o impacto para o funcionamento do mercado de trabalho rural da presença entre os assalariados rurais daqueles que são também pequenos produtores ou fazem parte de famílias de pequenos produtores, isto é, de semi-proletários. Sobre este último ponto, trata-se de investigar, com os dados do ENDEF para Nordeste e São Paulo, a vigência de duas possibilidades sugeridas no Capítulo I: o rebaixamento dos salários rurais pela presença de semi-proletários no mercado de trabalho rural; a pequena produção como forma de viabilizar a oferta de trabalho temporário na agricultura.

(1) Como já foi assinalado, a percentagem de pequenos produtores (e de mão-obra familiar não-remunerada) no pessoal ocupado é um dos critérios utilizados mais frequentemente para caracterizar a importância da pequena produção na agricultura brasileira. Baseado nele, alguns autores sugerem, inclusive, que, entre os anos sessenta e setenta, teria havido um fortalecimento da pequena produção nas agriculturas nordestina e paulista — é o caso, por exemplo, de Francisco Sá Júnior, op. cit., e de J.R. Brandão Lopes, "Empresas e Pequenos Produtores (...)", op. cit.

TABELA 22

Distribuição Percentual dos Assalariados Permanentes e Temporários do Nordeste e de São Paulo por Grupos Sócio-Econômicos - 1974/75

		GRUPO 2 Semi-Proletários	GRUPO 4 Assalariados Rurais (c)		TOTAL
			Não-Assalariados Puros	Assalariados Puros	
Assalariados Permanentes (a)	NE	40.75	16.91	42.34	100
	SP	11.52	13.74	74.74	100
Assalariados Temporários (b)	NE	76.72	10.16	13.13	100
	SP	30.76	11.15	58.09	100
Diaristas	NE	77.08	10.17	12.75	100
	SP	*	*	*	100
Por Tarefa	NE	74.57	*	*	100
	SP	*	*	*	100
TOTAL	NE	61.71	12.97	25.31	100
	SP	16.87	13.02	70.11	100

(a) Definidos, por aproximação, pelos assalariados que recebem por mês, quinzena e semana.

(b) Definidos, por aproximação, pelos diaristas e por tarefa.

(c) As famílias de "assalariados rurais" com despesa de auto-consumo superior a 10% foram consideradas como de "não-assalariados puros", sendo interpretado como indicação de que a família teve, provavelmente, acesso a um sítio de subsistência como forma não-monetária de remuneração. As famílias restantes foram incluídas nos "assalariados puros".

(*) Sem representatividade estatística.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

Considerando o total de assalariados rurais nordestinos, tem-se pela Tabela 22 que os "assalariados puros" somam 25.31%, os "não-assalariados puros" são 12.97%, e todo o restante, 61.71%, seria composto por assalariados pertencentes a famílias de pequenos produtores. Já em São Paulo, a situação é bastante diferente, com o nítido predomínio dos "assalariados puros" 70.11% dos "assalariados rurais" paulistas, sendo apenas de 16.87% a percentagem de "semi-proletários" e de 13.02% a de "não-assalariados puros".

Decompondo-se os assalariados rurais pelo tipo de remuneração, observa-se que o conjunto dos que recebem por mês, quinzena ou semana distribui-se da seguinte forma: no Nordeste, 42.34% são "assalariados puros", 16.91% "não-assalariados puros" e 40.75% "semi-proletários"; em São Paulo, os "assalariados puros" chegam a 74.74%, os "não-assalariados puros" são 13.74% e os "semi-proletários" apenas 11.52%. Quando se passa, contudo, para os diaristas e para os que recebem por tarefa, formas de remuneração típicas de assalariados temporários, nota-se que tanto no Nordeste quanto em São Paulo a participação relativa dos "assalariados puros" é significativamente menor: no Nordeste, não ultrapassa 13.13% contra 10.16% de "não-assalariados puros" e 76.72% daqueles que são também pequenos produtores; em São Paulo, apesar dos "assalariados puros" ainda prevalecerem com 58.09% do total, existe um contingente expressivo de assalariados que são também pequenos produtores, representado por 30.76% de "semi-proletários", sendo os demais "não-assalariados puros".

No caso dos assalariados temporários, a distribuição nos grupos mencionados (Tabela 22) e o detalhamento da distribuição no interior do grupo de assalariados rurais (Tabela 23) revela alguma coisa sobre a forma pela qual estes trabalhadores, que provavelmente alternam períodos de emprego e desemprego, garantem a sua subsistência ao longo do ano. Em particular, permite avaliar até que ponto a viabilidade do trabalho assalariado temporário está sendo garantida pela pequena produção, conforme possibilidade levantada no Capítulo I.

No Nordeste, os assalariados temporários que são pequenos produtores ou pertencem a famílias de pequenos produtores são largamente majoritários, de modo que, concretamente, a pequena produção aparece como a contraface do assalariamento temporário: 76.7% dos temporários dependem da existência de uma pequena exploração rural por trás do trabalho assalariado para a sua sobrevivência. Outro contingente, 10.16%, faz parte de famílias "não-assalariadas puras", restando, por fim, 13.13% de assalariados temporários "proletários puros", os "bóias-frias" do Centro-Sul (o trabalhador inteiramente despojado dos meios de produção), que, como se observa, constituem um grupo ainda bastante pequeno entre os assalariados temporários nordestinos. Este contingente pertence, na sua maioria, a unidades familiares onde seus membros exercem ocupações urbanas variadas e mesmo trabalho assalariado no campo de maneira mais permanente, e, assim, provavelmente, conseguem obter um rendimento mais estável ao longo do ano, contornando a sazonalidade característica do emprego dos dia

TABELA 23

Distribuição Percentual dos Assalariados Rurais Permanentes e Temporários do Nordeste e de São Paulo por Subgrupos de Assalariados Puros - 1974/75

	Permanente/Ocup. Urbana (a)	Temporário (b)	Temporário/Per- manente/Ocup.Ur bana (c)	TOTAL	
Assalariados Permanentes	96.3	0	3.7	100	NE
	91.4	0	8.6	100	SP
Assalariados Temporários	0	41.8	58.2	100	NE
	0	33.5	66.5	100	SP
TOTAL	67.5	12.5	20.0	100	NE
	70.4	7.7	21.9	100	SP

- (a) Famílias de "assalariados puros" com assalariados permanentes, sem assalariados temporários, podendo incluir pessoas com ocupações urbanas.
- (b) Famílias de "assalariados puros" compostas exclusivamente por assalariados temporários.
- (c) Famílias de "assalariados puros" com assalariados temporários e pessoas com outras ocupações (urbanas e/ou como assalariado permanente).

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

ristas e por tarefa (Tabela 23). Por conseguinte, no total de assalariados temporários, apenas 5.5% pertence a famílias de assalariados puros compostos exclusivamente por trabalhadores rurais diaristas e por tarefa⁽¹⁾, justamente, como seria de se esperar, o contingente de famílias em estado mais crítico de pobreza entre os subgrupos de assalariados puros, com despesa corrente per capita média de apenas 0.25 SM (Tabela 24).

Em São Paulo, a situação é diversa. Embora o acesso à terra como pequeno produtor também possa ser considerado um dos expedientes básicos através do qual os diaristas e por tarefa garantem um rendimento mais estável ao longo do ano (30.76% destes trabalhadores recorrem a este mecanismo), esta possibilidade não existe para a maioria, os 58.09% dos diaristas e por tarefa "assalariados puros", que seriam os "volantes", trabalhadores temporários sem acesso à terra. Destes, 66.5% combinam, no âmbito familiar, o assalariamento temporário com remunerações mais típicas de assalariamento permanente e/ou rendas provenientes de ocupações urbanas e os 33.5% restantes pertencem a famílias compostas exclusivamente por diaristas e por tarefa (obtido da Tabela 23). Assim, apesar de mais da metade dos diaristas e por tarefa serem "assalariados puros", apenas 19.5% localizam-se em famílias com renda obtida exclusivamente por estas formas de remuneração⁽²⁾ que também constituem as famílias

(1) Cálculo efetuado a partir das Tabelas 22 e 23.

(2) Idem.

TABELA 24

Despesa Corrente Per Capita Média (em Salários-Mínimos)^(a) das Famílias Rurais do Nordeste e de São Paulo nos Subgrupos de "Assalariados Rurais" - 1974/75

	Despesa Corrente Per Capita Média	
	Nordeste	São Paulo
Permanente/Ocupação Urbana ^(b)	0,35	0,61
Temporário ^(c)	0,25	0,50
Temporário/Permanente/Ocup. Urbana ^(d)	0,27	0,56

(a) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF

(b) Famílias de "assalariados puros" com assalariados permanentes, sem assalariados temporários, podendo incluir pessoas com ocupações urbanas.

(c) Famílias de "assalariados puros" compostas exclusivamente por assalariados temporários.

(d) Famílias de "assalariados puros" com assalariados temporários e pessoas com outras ocupações (ocupações urbanas e/ou como assalariado permanente).

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

com menor despesa corrente per capita média entre os assalariados puros (igual a 0,5 SM) (Tabela 24).

O outro aspecto mencionado refere-se ao efeito sobre os salários rurais da presença de semi-proletários entre os assalariados rurais. Conforme desenvolvido no Capítulo I, para diferentes autores a pequena produção seria parte integrante do mercado de trabalho rural: o fato dos assalariados serem também, frequentemente, pequenos produtores implicaria no rebaixamento dos salários, com a dicotimização dos mercados de trabalho urbano e rural e a prevalência de taxas salariais distintas, sendo os salários rurais inferiores aos urbanos de trabalhadores não-qualificados. A possibilidade da redução dos salários por esta via supõe, no entanto, que a combinação pequena produção/trabalho assalariado seja generalizada, a ponto dos semi-proletários serem francamente majoritários entre os assalariados rurais. No Nordeste, a expressiva percentagem de semi-proletários entre os assalariados rurais, principalmente entre os temporários, pode efetivamente implicar na dicotimização dos mercados de trabalho urbano e rural e na vigência de salários de base diferentes; já em São Paulo, mesmo considerando apenas os temporários (onde a participação de semi-proletários é maior), a percentagem de "assalariados puros" predomina e o contingente de "semi-proletários" não parece suficiente para exercer qualquer pressão baixista sobre os salários.

Finalizando a apresentação dos dados do ENDEF so-

bre pessoal ocupado, tem-se na Tabela 25 a percentagem das pessoas ocupadas de famílias rurais que exercem ocupações urbanas (exclusivamente ou combinadas com a atividade de produtor rural e/ou mão-de-obra familiar não remunerada ou como assalariado rural). A percentagem de pessoas com ocupações urbanas entre as pessoas ocupadas de cada grupo sócio-econômico é, no Nordeste e em São Paulo, respectivamente, de 11.9 e 12.7 nos "semi-proletários", 32.6% e 33.6% nos "assalariados rurais" e atinge 53.8 % e 58.7% nos "produtores com ocupações urbanas", representando 22.3% e 26.6% do total de pessoas ocupadas em famílias dependentes de atividades rurais (aí incluídas as pessoas ocupadas das famílias de "produtores puros").

São, sem dúvida, dados expressivos, pois revelam a combinação, no âmbito familiar, de atividades rurais e urbanas, de modo que, pelo lado da oferta da força-de-trabalho, os dados apontam nas duas regiões - São Paulo e Nordeste - para a unificação do mercado de trabalho urbano e rural⁽¹⁾, embora no NE a participação referida de assalariados "semi-proletários" no total de assalariados rurais provavelmente pressione no sentido da diferenciação dos salários de base dos trabalhadores não-qualificados e, sob este aspecto, segmente os dois mercados de trabalho. Além disso, apesar da ausência aqui de informações so-

(1) Confirmando as sugestões, entre outros, de V.C. Brant, População e Força de Trabalho no Desenvolvimento da Agricultura Brasileira, CEBRAP, 1979, de que uma tendência neste sentido estaria em curso no país, associada, inclusive, por este autor, à desruralização dos trabalhadores da agropecuária, com a inclusão de residentes urbanos entre a população dependente das atividades primárias.

TABELA 25

Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado de Famílias Rurais de cada Grupo
Sócio-Econômico do Nordeste e de São Paulo segundo as Ocupações Rurais e/ou
Urbanas Exercidas ao Longo do Ano - 1974/75

	Pessoal Ocupado do Grupo 2 (Semi-Proletários)		Pessoal Ocupado do Grupo 3 (Produtores c/Ocupações Urbanas)		Pessoal Ocupado do Grupo 4 (Assalariados Rurais)		Total de Pessoal Ocupado de Famílias Rurais (a)	
	NE	SP	NE	SP	NE	SP	NE	SP
Apenas Ocupações Urbanas	5,7	*	18,6	*	16,7	19,8	9,1	15,0
Ocupações Urbanas e Atividade como Produtor Rural ou Mão-de-Obra Familiar Não-Remunerada	4,1	*	35,3	*	0	0	9,8	3,8
Ocupações Urbanas e Trabalho Assalariado Rural	2,1	*	0	0	15,9	13,8	3,4	7,8
Total de Pessoas com Ocupações Urbanas	11,9	12,7	53,8	58,7	32,6	33,6	22,3	26,6
Apenas Ocupações Rurais	88,1	87,3	46,2	41,3	67,4	66,4	77,7	73,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) Sem representatividade estatística.

(a) Inclui as pessoas ocupadas das famílias dos Grupos 2, 3 e 4 e mais as do Grupo 1 (produtores puros).

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

bre a participação da renda obtida com ocupações urbanas na ren da familiar total, a percentagem de pessoas com ocupações urbanas nas famílias dependentes de atividades primárias parece indicar uma já destacada participação de atividades urbanas no sustento de famílias rurais, sugerindo, sob este aspecto, a dependência (provavelmente crescente) do campo relativamente à ci dade.

CAPÍTULO III

CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS RURAIS SEGUNDO O ENDEF: ANÁLISE DOS NÍVEIS DE DESPESA E ESTADO NUTRICIONAL NO NORDESTE E EM SÃO PAULO

Neste capítulo, pretende-se analisar as condições de vida das famílias rurais de São Paulo e do Nordeste, a partir de indicadores dos níveis de despesa monetária e não-monetária destas famílias (Seção III.1) e, sobretudo, do seu estado nutricional (Seção III.2), aqui considerado como um indicador privilegiado de condições de vida.

A análise é feita para o conjunto das famílias rurais, por classe de despesa corrente familiar per capita e por grupo sócio-econômico. Neste caso, há um interesse especial em segmentar as famílias de trabalhadores rurais pelo acesso à terra, distinguindo as famílias de pequenos produtores das de assalariados: conforme observações reiteradas em diferentes trabalhos, a constituição de relações capitalistas típicas na agricultura brasileira - o trabalhador assalariado inteiramente despojado dos meios de produção - representaria, via de regra, uma piora das condições de vida destes trabalhadores que perdem o acesso à terra como pequeno produtor (pequeno proprietário, arrendatário, parceiro ou posseiro) ou como empregado com direito a

cultivos de subsistência como forma não-monetária de remuneração⁽¹⁾; por outro lado, argumenta-se que a situação em que se encontram os pequenos produtores - exploração de áreas reduzidas e/ou pouco férteis, necessidade de compra de meios de produção para tornar competitiva a sua produção, subordinação ao capital (industrial ou comercial) que lhes retira a autonomia e se apropria do excedente - faria com que o acesso à terra pouco signifique no sentido de elevação do padrão de vida do trabalhador rural. Assim, torna-se interessante avaliar até que ponto o acesso à terra se constitui em elemento de diferenciação das condições de vida dos trabalhadores rurais e permite um nível de vida mais favorável nas condições atuais de existência da pequena produção nas duas regiões em estudo.

III.1. Análise dos Níveis de Despesa

A situação econômica das famílias dos grupos sócio-econômicos definidos através de indicadores de despesas pode ser avaliada pelas Tabelas 26, 27 e 28, onde aparecem as médias das despesas correntes per capita, das despesas de auto-consumo per capita e das despesas monetárias per capita por classe de despesa corrente per capita, e pela Tabela 29, que

(1) Aspecto destacado inclusive em análises clássicas sobre o capitalismo brasileiro (como, por exemplo, C.Prado Jr., A Revolução Brasileira, Brasileira, 1977, p. 98; C.Furtado - Análise do Modelo Brasileiro, Civilização Brasileira, 1972, pp.117, 118), onde este fato, as condições de vida mais desfavoráveis do trabalhador assalariado vis-à-vis as de outros trabalhadores rurais, é utilizado como argumento adicional na crítica às teses que identificam a presença na agricultura de relações de trabalho distintas do assalariamento puro como relações atrasadas, opostas ao desenvolvimento do capitalismo.

TABELA 26

Despesa Corrente per Capita Média das Famílias Rurais do Nordeste e de São Paulo por Classe de Despesa Corrente per Capita e Grupo Sócio-Econômico (em Salários Mínimos) (a) - 1974/75

	Despesa Corrente per Capita até 0,5 SM		Despesa Corrente per Capita acima de 0,5 SM		TOTAL	
	NE	SP	NE	SP	NE	SP
Grupo 1 Produtores Puros	0.27	*	1.06	1.57	0.42	1.29
Grupo 2 Semi-Proletários	0.24	*	0.71	*	0.28	0.61
Grupo 3 Produtores com Ocupações Urbanas	0.29	*	1.07	2.21	0.51	1.97
Grupos 1+2+3	0.26	0.37	0.99	1.61	0.39	1.26
Grupo 4 Assalariados Rurais	0.24	0.34	0.75	0.83	0.30	0.59
Grupo 10 Pequenos Produtores Puros					0.36	0.77
Grupo 30 (b) Pequenos Produtores com Outras Ocupações					0.33	0.76

(*) sem representatividade estatística.

(a) maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

(b) constituído pelos "semi-proletários" e pelos pequenos produtores "com ocupações urbanas".

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 27

Despesa de Auto-Consumo per Capita Média das Famílias Rurais do Nordeste e de São Paulo por Classe de Despesa Corrente per Capita e Grupo Sócio-Econômico (em Salários Mínimos) (a) - 1974/75

	Despesa Corrente per Capita até 0.5 SM		Despesa Corrente per Capita acima de 0.5 SM		TOTAL	
	NE	SP	NE	SP	NE	SP
Grupo 1 Produtores Puros	0.08	*	0.15	0.22	0.09	0.19
Grupo 2 Semi-Proletários	0.06	*	0.12	*	0.07	0.11
Grupo 3 Produtores com Ocupações Urbanas	0.06	*	0.10	0.08	0.07	0.08
Grupos 1+2+3	0.07	0.09	0.12	0.16	0.08	0.14
Grupo 4 Assalariados Rurais	0.02	0.02	0.04	0.04	0.02	0.03
Grupo 10 Pequenos Produtores Puros					0.09	0.17
Grupo 30 (b) Pequenos Produtores com Outras Ocupações					0.07	0.09

(*) sem representatividade estatística.

(a) maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

(b) constituído pelos "semi-proletários" e pelos pequenos produtores "com ocupações urbanas".

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 28

Despesa Monetária per Capita Média das Famílias Rurais do Nordeste e de São Paulo por Classe de Despesa Corrente per Capita e Grupo Sócio-Econômico (em Salários Mínimos) (a) - 1974/75

	Despesa Corrente per Capita até 0.5 SM		Despesa Corrente per Capita acima de 0.5 SM		TOTAL	
	NE	SP	NE	SP	NE	SP
Grupo 1 Produtores Puros	0.15	*	0.76	1.09	0.26	0.88
Grupo 2 Semi-Proletários	0.13	*	0.44	*	0.16	0.37
Grupo 3 Produtores com Ocupações Urbanas	0.17	*	0.78	1.64	0.34	1.45
Grupos 1+2+3	0.15	0.21	0.70	1.13	0.24	0.87
Grupo 4 Assalariados Rurais	0.17	0.26	0.56	0.60	0.21	0.43
Grupo 10 Pequenos Produtores Puros					0.21	0.46
Grupo 30 (b) Pequenos Produtores com Outras Ocupações					0.20	0.50

(*) sem representatividade estatística.

(a) maior salário mínimo do país à época do ENDEF.

(b) constituído pelos "semi-proletários" e pelos pequenos produtores "com ocupações urbanas".

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 29

Medianas das Despesas Correntes per Capita, Despesas Monetárias e Despesas de Auto-Consumo per Capita das Famílias Rurais do Nordeste e de São Paulo por Classe de Despesa Corrente per Capita e Grupo Sócio-Econômico (em Salários Mínimos) ^(a) - 1974/75

	Despesa Corrente per Capita Mediana		Despesa Monetária per Capita Mediana		Despesa de Auto-Consumo per Capita Mediana	
	NE	SP	NE	SP	NE	SP
Grupo 1 Produtores Puros	0.30	0.73	0.16	0.42	0.08	0.18
Grupo 2 Semi-Proletários	0.24	0.50	0.12	0.28	0.05	0.11
Grupo 3 Produtores com Ocupações Urbanas	0.35	1.00	0.21	0.74	0.05	0.05
Grupo 4 Assalariados Rurais	0.25	0.51	0.17	0.37	0.01	0.01
Grupo 10 Pequenos Produtores Puros	0.29	0.62	0.15	0.33	0.08	0.18
Grupo 30 (b) Pequenos Produtores com Outras Ocupações	0.27	0.59	0.15	0.36	0.05	0.07

(a) maior salário-mínimo do país à época do ENDEF

(b) constituído pelos "semi-proletários" e pelos pequenos produtores "com outras ocupações urbanas".

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

apresenta as medianas destas mesmas variáveis para o total das famílias de cada grupo sócio-econômico.

Estas tabelas revelam a pobreza dos trabalhadores rurais nordestinos e paulistas: as despesas correntes per capita (incluindo, portanto, as despesas não-monetárias estimadas) médias e medianas das famílias de pequenos produtores e assalariados são bastante reduzidas nas duas regiões, ficando abaixo de 0,5 SM per capita no Nordeste e de 1 SM per capita em São Paulo; já as despesas monetárias per capita médias e medianas não ultrapassam 0,21 SM no Nordeste e 0,50 SM em São Paulo.

Comparando a situação econômica dos pequenos produtores e dos assalariados pelos indicadores de despesa corrente apresentados, os grupos de pequenos produtores aparecem um pouco melhores nas duas regiões, sendo a única exceção os "semi-proletários", cujas despesas correntes per capita médias e medianas são muito próximas das dos assalariados em cada região, não chegando a caracterizar, por este indicador, uma condição de vida mais favorável (1). De qualquer forma, os dados de despesas evidenciam a precariedade do acesso à terra das famílias de pequenos produtores que subsistem em condições bastante difíceis, chegando a ter, inclusive, despesas monetárias medianas inferiores às dos assalariados nas duas regiões.

A natureza das diferenças observadas nas despesas

(1) Embora, como será visto na Seção III.2, os "semi-proletários" estejam melhores do ponto de vista nutricional do que os assalariados rurais, seja em São Paulo ou no Nordeste.

correntes per capita médias entre pequenos produtores e assalariados é esclarecida pelo exame das despesas monetárias e de auto-consumo per capita médias nestes grupos. As diferenças resultam, no Nordeste, integralmente do maior acesso ao auto-consumo por pequenos produtores "puros" e "com outras ocupações", sendo que nestes a despesa monetária per capita média chega a ser inferior a dos assalariados rurais; os semi-proletários, por sua vez, possuem uma despesa corrente per capita média abaixo da dos assalariados rurais, apesar de terem um maior acesso ao auto-consumo. Em São Paulo, o auto-consumo responde, em boa medida, pela maior despesa corrente dos "puros" face aos "assalariados rurais", mas pesa menos na diferença entre as despesas dos "com outras ocupações" e dos "assalariados rurais", que, de qualquer modo, tem mais a ver com diferenças nas despesas não-monetárias como um todo (incluindo as despesas não-monetárias distintas do auto-consumo) do que nas despesas (rendas) monetárias destes grupos (1).

Considerando especificamente os níveis de despesa dos pequenos produtores, a comparação intergrupos das médias e medianas das despesas correntes per capita aponta a superioridade dos "puros" sobre o total dos "com outras ocupações" (por pequena diferença) ou sobre os "semi-proletários" (por diferenças maiores), no Nordeste e em São Paulo (2). Como mesmo os pequenos produtores "puros" têm médias e medianas das despesas correntes per capita bastante reduzidas, estes dados eviden-

(1) Considerações feitas através da decomposição das diferenças nas despesas correntes per capita médias entre os dois grupos em diferenças no auto-consumo, nas despesas monetárias e nas despesas não-monetárias distintas do auto-consumo.

(2) Comparação já efetuada anteriormente na Seção II.1 do Capítulo II.

denciam a precariedade da situação econômica dos estabelecimentos de pequenos produtores "com outras ocupações", que apesar de utilizarem rendas complementares à exploração rural ficam a baixo dos níveis de despesa atingidos pelos "puros".

Finalmente, a comparação interregional da despesa corrente das famílias de pequenos produtores e de assalariados rurais aponta a melhor situação econômica das famílias rurais paulistas: as despesas per capita médias e medianas dos pequenos produtores "puros" e "com outras ocupações" e dos "assalariados rurais" de São Paulo superam significativamente as correspondentes no Nordeste; mesmo os assalariados rurais paulistas têm despesas correntes médias e medianas superiores às dos pequenos produtores nordestinos.

III.2. Análise do Estado Nutricional

III.2.1. Caracterização Geral

A caracterização da situação nutricional das famílias rurais nordestinas e paulistas, pelos níveis de ingestão e coeficientes médios de adequação calórica e proteica e percentagem de famílias com insuficiência de ingestão calórica e/ou proteica, pode ser percebida pelas Tabelas 30 a 35.

As Tabelas 32 e 33 mostram que a deficiência de ingestão é principalmente calórica, com o coeficiente médio de adequação calórica do total das famílias rurais situando-se abaixo de 100% no Nordeste e em São Paulo. A subdivisão das famílias em duas classes de despesa per capita (acima e abaixo de 0,5 SM) esclarece que o déficit de ingestão calórica localiza-se sobretudo nas famílias da classe de despesa inferior, onde o coeficiente médio de adequação calórica é de 88,4% no Nordeste e de 85,3% em São Paulo (nas famílias com despesa acima de 0,5 SM, o coeficiente é igual a 116,3% no Nordeste e 104,6% em São Paulo). Nas duas regiões, o coeficiente médio de adequação proteica está acima de 100% mesmo nas famílias com despesa inferior a 0,5 SM.

Os coeficientes de adequação a nível de famí-

lia foram utilizados para calcular, por dois métodos⁽¹⁾, as percentagens de famílias com déficit de ingestão calórica e/ou proteica, conforme consta das Tabelas 34 e 35⁽²⁾.

Apesar da diferença relativamente importante nos resultados obtidos com cada método, os dois apontam um contingente apreciável de famílias rurais do Nordeste e de São Paulo com déficit de ingestão calórica e/ou proteica: pelo "método tradicional", 45.3% das famílias rurais no Nordeste e 40.7% em São Paulo; pelo "método Sukhatme", 31.5% e 27.1%, respectivamente. Pelos dois métodos (principalmente pelo Sukhatme), a grande maioria das famílias da classe de despesa per capita acima de 0.5 SM tem ingestão suficiente. Já na classe de despesa per capita inferior a 0.5 SM, as famílias com ingestão calórica

(1) Métodos "tradicional" e "Sukhatme". O "método tradicional" baseia-se na comparação em cada família das ingestões calórica e proteica com as necessidades respectivas. O "método Sukhatme" compara as ingestões com um determinado nível de necessidades (igual para todas as famílias), correspondente a dois desvios-padrão abaixo da média das necessidades do conjunto de famílias considerado para o caso das proteínas, e três desvios-padrão para as calorias. Ver, a propósito, o Anexo I. Para mais detalhes, ver Francisco Viacava, Célia M. Poppe de Figueiredo e Walmir Oliveira - A Desnutrição no Brasil, Vozes, 1983, que corresponde ao volume I do relatório final da pesquisa "Ciências Sociais em Nutrição" (FINEP, mimeo, 1980).

(2) O déficit de ingestão evidenciado nestas tabelas não pode ser considerado, contudo, como sinônimo de desnutrição, em virtude das dificuldades para uma estimativa mais correta das necessidades calóricas e proteicas e da impossibilidade de se garantir que a ingestão da família se mantenha, a longo-prazo, dentro dos padrões observados. Além disso, é importante ter-se presente o conceito de necessidade nutricional adotado para o cálculo dos coeficientes de adequação: este reflete apenas as quantidades de energia e nutrientes que deverão ser consumidos diariamente para compensar os gastos orgânicos realizados com as diferentes funções fisiológicas e atividades efetuadas. Não se trata, portanto, do necessário para a população alcançar melhores níveis nutricionais ou para recuperação de pessoas mal nutridas: a suficiência de ingestão calórica e proteica não assegura ausência de má nutrição ou níveis ótimos para promoção do melhor estado nutricional. Para mais detalhes, ver F. Viacava et alii, op.cit., Capítulos I (item 2) e II (itens 3 e 4). Ver, também, o Anexo I.

e/ou proteica deficiente tem um peso considerável (pelo método tradicional, chegam a predominar nesta classe).

Além da gravidade da situação nutricional das famílias rurais nordestinas e paulistas, os indicadores apresentados mostram uma relativa e surpreendente proximidade entre Nordeste e São Paulo quanto aos coeficientes médios de adequação calórica e proteica e a percentagem de famílias com ingestão calórica e/ou proteica suficiente (pelos dois métodos), que vale a pena investigar mais a fundo.

Os coeficientes de adequação (médios e a nível de família) resultam de comparação da ingestão com necessidades. Examinando-se as tabelas relativas à ingestão calórica e proteica (Tabelas 30 e 31), percebe-se que a semelhança encontrada nos coeficientes de adequação não decorre da proximidade dos níveis de ingestão (que, de resto, seria pouco provável, dadas as diferenças nas despesas alimentares e correntes per capita médias entre as duas regiões⁽¹⁾), mas da maior necessidade calórica e proteica das famílias rurais paulistas. Esta, por sua vez, resulta, principalmente, de diferenças no tipo de atividade exercida (no caso das necessidades calóricas) e no peso corporal das pessoas maiores de 12 anos (necessidades calóricas e proteicas), conforme as diferenças entre Nordeste e São Paulo nas necessidades calóricas e proteicas por adulto-consumo evi-

(1) Ver Tabelas 26 e 37.

TABELA 30

Ingestão Calórica Semanal per Capita (em Cal.) das Famílias Rurais por Classe de Despesa Corrente per Capita e por Grupo Sócio-Econômico (Nordeste e São Paulo, 1974/75)

	Despesa Corrente per Capita abaixo de 0,5 SM (a)		Despesa Corrente per Capita acima de 0,5 SM (a)		TOTAL	
	NE	SP	NE	SP	NE	SP
Grupo 1 Produtores Puros	13.913,01	*	23.974,35	24.620,19	15.153,93	23.681,01
Grupo 2 Semi-Proletários	13.176,59	*	22.869,53	*	13.622,87	18.526,53
Grupo 3 Produtores com Ocupações Urbanas	13.086,24	*	19.981,48	21.679,58	14.695,13	21.504,62
Grupos 1+2+3	13.360,70	14.623,27	21.590,40	23.486,25	14.364,63	22.417,08
Grupo 4 Assalariados Rurais	10.698,07	13.091,72	*	19.542,89	11.172,24	17.160,90
TOTAL	12.826,36	13.551,92	21.382,72	21.459,51	13.767,22	19.501,22

(a) maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

(*) sem representatividade estatística.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 31

Ingestão Proteica Semanal per Capita (em g.de proteína^(a)) das Famílias Rurais por Classe de Despesa Corrente per Capita e por Grupo Sócio-Econômico (Nordeste e São Paulo, 1974/75).

	Despesa Corrente per Capita abaixo de 0,5 SM ^(a) (b)		Despesa Corrente per Capita acima de 0,5 SM ^(a) (b)		TOTAL	
	NE	SP	NE	SP	NE	SP
Grupo 1 Produtores Puros	251,07	*	497,35	442,44	281,41	411,83
Grupo 2 Semi-Proletários	237,61	*	468,89	*	248,26	280,40
Grupo 3 Produtores com Ocupações Urbanas	249,02	*	418,52	420,36	288,55	402,34
Grupos 1+2+3	244,28	212,90	449,22	422,42	269,27	381,04
Grupo 4 Assalariados Rurais	194,29	184,85	*	330,81	206,15	266,28
TOTAL	234,25	193,41	445,72	376,18	257,45	316,45

(a) considerando-se uma eficiência em utilização de 80% para as proteínas de origem animal e de 50% para as de origem vegetal.

(b) maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

(*) sem representatividade estatística.

Fonte: ENDEF/IEGE - tabulação especial.

TABELA 32

Coeficientes Médios de Adequação Calórica^(a) (em %) das Famílias Rurais por Classe de Despesa Corrente per Capita e Grupo Sócio-Econômico (Nordeste e São Paulo, 1974/75)

	Despesa Corrente per Capita abaixo de 0,5 SM ^(b)		Despesa Corrente per Capita acima de 0,5 SM ^(b)		TOTAL	
	NE	SP	NE	SP	NE	SP
Grupo 1 Produtores Puros	94.11	*	122.55	111.0	98.56	105.1
Grupo 2 Semi-Proletários	89.48	*	117.08	*	91,13	96.3
Grupo 3 Produtores com Ocupações Urbanas	90.55	*	113.99	*	96.85	97.5
Grupos 1+2+3	91.07	88.8	117.12	106,4	94.94	100.6
Grupo 4 Assalariados Rurais	77.26	83.6	*	102.3	79.4	92.0
TOTAL	88.43	85.3	116.32	104.6	92.17	95.9

(a) O coeficiente médio de adequação calórica de um conjunto de famílias é dado pelo $\frac{\Sigma \text{ ingestões calóricas}}{\Sigma \text{ necessidades calóricas}}$.

(b) maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

(*) sem representatividade estatística.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 33

Coefficientes Médios de Adequação Proteica^(a) (em %) das Famílias Rurais por Classe de Despesa Corrente per Capita e Grupo Sócio-Econômico (Nordeste e São Paulo, 1974/7

	Despesa Corrente per Capita abaixo de 0,5 SM (b)		Despesa Corrente per Capita acima de 0,5 SM (b)		TOTAL	
	NE	SP	NE	SP	NE	SP
Grupo 1 Produtores Puros	140.25	*	194.37	163.95	149.26	152.9
Grupo 2 Semi-Proletários	137.73	*	195.97	*	141.37	126.95
Grupo 3 Produtores com Ocupações Urbanas	141.16	*	184.30	150.4	153.27	144.5
Grupos 1+2+3	139.33	112.85	189.30	156.8	147.23	143.0
Grupo 4 Assalariados Rurais	116.64	100.6	*	144.5	122.02	120.4
TOTAL	134.96	104.6	189.92	151.4	142.76	130.8

(a) O coeficiente médio de adequação proteica de um conjunto de família é dado pelo $\frac{\sum \text{ingestões proteicas}}{\sum \text{necessidades proteicas}}$.

(b) maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

(*) sem representatividade estatística.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 34

Percentagem de Famílias Rurais com Deficiência de Ingestão Calórica e/ou Proteica segundo a Metodologia Tradicional (a) por Classe de Despesa Corrente per Capita e Grupo Sócio-Econômico (Nordeste e São Paulo, 1974/75)

	Despesa Corrente per Capita abaixo de 0,5 SM (b)		Despesa Corrente per Capita acima de 0,5 SM (b)		TOTAL	
	NE	SP	NE	SP	NE	SP
Grupo 1 Produtores Puros	42.4	*	12.4	17.9	36.6	24.7
Grupo 2 Semi-Proletários	49.5	*	11.4	*	46.4	*
Grupo 3 Produtores com Ocupações Urbanas	46.9	*	12.8	*	37.2	*
Grupos 1+2+3	46.7	*	12.4	20.9	40.9	31.0
Grupo 4 Assalariados Rurais	67.2	67.6	*	28.3	62.6	47.9
TOTAL	51.2	64.2	13.9	24.5	45.3	40.7

(a) Famílias com $\frac{\text{Ingestão Calórica}}{\text{Necessidade Calórica}} < 90\%$ e/ou $\frac{\text{Ingestão Proteica}}{\text{Necessidade Proteica}} < 100\%$.

(b) maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

(*) sem representatividade estatística.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 35

Percentagem de Famílias Rurais com Deficiência de Ingestão Calórica e/ou Proteica segundo a Metodologia de Sukhatme^(a) por Classe de Despesa Corrente per Capita e Grupo Sócio-Econômico (Nordeste e São Paulo, 1974/75)

	Despesa Corrente per Capita abaixo de 0,5 SM ^(b)		Despesa Corrente per Capita acima de 0,5 SM ^(b)		TOTAL	
	NE	SP	NE	SP	NE	SP
Grupo 1 Produtores Puros	31.2	*	3.3	8.8	25.8	12.8
Grupo 2 Semi-Proletários	34.5	*	1.7	*	31.8	23.2
Grupo 3 Produtores com Ocupações Urbanas	30.9	*	2.5	*	22.9	18.4
Grupos 1+2+3	32.7	*	2.6	9.3	27.6	17.1
Grupo 4 Assalariados Rurais	51.9	53.3	3.9	15.9	46.8	34.5
TOTAL	36.8	48.3	2.8	12.5	31.5	27.1

(a) Ingestões calórica e proteica de cada família comparadas com um nível de necessidades igual a dois desvios-padrão abaixo da média das necessidades do conjunto de famílias considerado, no caso das proteínas e três desvios-padrão para as calor

(b) Maior salário-mínimo à época do ENDEF.

(*) Sem representatividade estatística.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 36

Necessidades Calóricas (em Cal.) e Proteicas (em Grama Proteica-Referência) por Adulto-Consumo nas Famílias Rurais do Nordeste e de São Paulo - 1974/75

	NECESSIDADES CALÓRICAS	NECESSIDADES PROTEICAS
NE	2891	34.9
SP	3104	36.7

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial para a pesquisa "Ciências Sociais em Nutrição", dados apresentados por F.Viacava, C.M.Poppe de Figueiredo e W.A.Oliveira, "A Desnutrição no Brasil", Vozes, 1983.

OBS.: O estrato rural nesta tabela foi definido pelo critério residência rural das famílias a ele pertencentes e não pela presença na unidade familiar de membros com ocupações rurais, que é o critério adotado no presente trabalho. Os dados apresentados são, no entanto, suficientes para os propósitos pretendidos: apontar as diferenças existentes entre São Paulo e Nordeste nas necessidades calóricas e proteicas independentemente da estrutura de sexo e idade das famílias.

TABELA 37

Despesa Alimentar per Capita das Famílias Rurais do Nordeste e de São Paulo por Classe de Despesa Corrente per Capita e Grupo Sócio-Econômico (em Salários Mínimos^(a)) - 1974/75

	Despesa Corrente per Capita abaixo de 0,5 SM		Despesa Corrente per Capita acima de 0,5 SM		TOTAL	
	NE	SP	NE	SP	NE	SP
Grupo 1 Produtores Puros	0.18	*	0.44	0.50	0.23	0.44
Grupo 2 Semi-Proletários	0.16	*	0.41	*	0.18	0.32
Grupo 3 Produtores com Ocupações Urbanas	0.18	*	0.41	0.52	0.25	0.49
Grupos 1+2+3	0.17	0.24	0.42	0.45	0.22	0.42
Grupo 4 Assalariados Rurais	0.16	0.21	0.41	0.40	0.19	0.31

(*) sem representatividade estatística.

(a) maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

denciam (Tabela 36) (2).

III.2.2. Determinantes da Ingestão Calórica

Tendo em vista que a deficiência nutricional das famílias rurais nordestinas e paulistas é sobretudo calórica, pretende-se explorar neste item algumas associações entre ingestão calórica (variável dependente) e despesa corrente, despesa alimentar e auto-consumo como variáveis independentes.

A escolha da variável despesa alimentar prende-se à sua elevada influência sobre a ingestão de calorias e nutrientes (das variáveis em questão, é, como será visto, a mais associada à ingestão). É presumível, no entanto, que, principalmente em famílias mais pobres, variações no dispêndio alimentar resultem de variações na despesa corrente (proxy da renda familiar),

(2) Pela metodologia adotada na pesquisa "Ciências Sociais em Nutrição" (Ver F.Viacava et alli, op.cit.), as necessidades calóricas e proteicas familiares que são comparadas às ingestões respectivas são calculadas levando em conta diversos fatores: um índice de presença dos membros da família às refeições, a estrutura de sexo e idade da família, o peso corporal das pessoas maiores de 12 anos (para aquelas com idade inferior a 13 anos, foi usado, segundo recomendação da FAO/OMS, o peso ideal para permitir um aporte calórico e proteico que possibilitasse, inclusive, caso necessário, a recuperação nutricional das crianças) e o tipo de atividade exercida (classificada nos níveis leve, moderado, pesado e muito pesado) devidamente ponderada pelo número de horas nela despendido, sendo que este fator apenas é considerado no cálculo das necessidades calóricas. A conversão para adulto-consumo (unidade utilizada na Tabela 36) é feita a partir da estrutura de sexo e idade da família (tendo presente os índices de presença de seus membros às refeições), de modo que com este indicador a magnitude das necessidades passa a depender apenas do tipo de atividade exercida (para as necessidades calóricas) e do peso das pessoas maiores de 12 anos (para as necessidades calóricas e proteicas). Estas seriam, portanto, as variáveis que explicariam as diferenças entre Nordeste e São Paulo nas necessidades por adulto-consumo constantes da Tabela 36. Sobre os conceitos de necessidades calóricas e proteicas utilizados, ver F.Viacava et alli, op.cit., Capítulos I (item 2) e II (itens 3 e 4). Ver, também, o Anexo I.

que, neste caso, seria a variável chave para explicar o estado nutricional destas famílias. A investigação do impacto do auto-consumo justifica-se pelo destaque que diversos estudos têm dado a esta variável no caso de famílias rurais, onde a perda do auto-consumo, numa situação de expropriação ou de crescente orientação mercantil da produção agrícola, aparece como elemento diferenciador das condições nutricionais de famílias mais pobres, independentemente, inclusive, da renda⁽¹⁾.

Os resultados apresentados em seguida foram obtidos a partir das matrizes de correlação com estas variáveis para famílias com despesa corrente per capita inferior a 0,5 SM e para todas as famílias rurais (Tabelas 38 a 41).

Despesa Corrente, Despesa Alimentar e Ingestão Calórica

Abstraindo-se a segmentação em grupos sócio-econômicos, tem-se que, nas famílias rurais com despesa inferior a 0,5 SM, a despesa corrente explica 0.60 e a despesa alimentar 0.69 da variância da ingestão calórica no Nordeste contra 0.70 e 0.78 em São Paulo, respectivamente. Já considerando todas as famílias rurais (sem distinguir classes de despesa), o R^2 da despesa corrente contra a ingestão cai bastante, para 0.22 no Nordeste e 0.10 em São Paulo, enquanto o da despesa alimen

(1) Ver, por exemplo, sobre a influência do auto-consumo, Klass Woortman, Hábitos e Ideologias Alimentares em Grupos Sociais de Baixa-Renda. Relatório Final FUnB (mimeo), 1978.

TABELA 38

Matriz de Correlação entre as Variáveis Ingestão Calórica, Despesa com Alimentação, Despesa Corrente e Despesa de Auto-Consumo nas Famílias Rurais com Despesa Corrente per Capita Inferior a 0,5 SM (Nordeste, 1974/75)

	Ingestão Calórica	Despesa com Alimentação	Despesa Corrente	Despesa de Auto-Consumo
Ingestão Calórica	1.000			
Despesa com Alimentação	0.831	1.000		
Despesa Corrente	0.774	0.922	1.000	
Despesa de Auto-Consumo	0.673	0.653	0.561	1.000

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 39

Matriz de Correlação entre as Variáveis Ingestão Calórica, Despesa com Alimentação, Despesa Corrente e Despesa de Auto-Consumo nas Famílias Rurais (Nordeste, 1974/75)

	Ingestão Calórica	Despesa com Alimentação	Despesa Corrente	Despesa de Auto-Consumo
Ingestão Calórica	1.000			
Despesa com Alimentação	0.775	1.000		
Despesa Corrente	0.468	0.738	1.000	
Despesa de Auto-Consumo	0.664	0.600	0.307	1.000

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 40

Matriz de Correlação entre as Variáveis Ingestão Calórica, Despesa com Alimentação, Despesa Corrente e Despesa de Auto-Consumo nas Famílias Rurais com Despesa Corrente per Capita Inferior a 0,5 SM (São Paulo, 1974/75)

	Ingestão Calórica	Despesa com Alimentação	Despesa Corrente	Despesa de Auto-Consumo
Ingestão Calórica	1.000			
Despesa com Alimentação	0.884	1.000		
Despesa Corrente	0.836	0.921	1.000	
Despesa de Auto-Consumo	0.480	0.522	0.425	1.000

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 41

Matriz de Correlação entre as Variáveis Ingestão Calórica, Despesa com Alimentação, Despesa Corrente e Despesa de Auto-Consumo nas Famílias Rurais (São Paulo, 1974/75)

	Ingestão Calórica	Despesa com Alimentação	Despesa Corrente	Despesa de Auto-Consumo
Ingestão Calórica	1.000			
Despesa com Alimentação	0.799	1.000		
Despesa Corrente	0.323	0.614	1.000	
Despesa de Auto-Consumo	0.563	0.615	0.322	1.000

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

tar ainda se mantém elevado, em 0.60 e 0.64, respectivamente. A modificação do peso da despesa corrente quando se reúnem todas as famílias rurais reflete, provavelmente, a perda de importância da despesa corrente a partir de um certo nível, quando incrementos na despesas não são mais acompanhados de elevação expressiva na ingestão calórica; no caso de despesa alimentar, qualquer variação, independentemente da classe de despesa considerada, acaba tendo uma repercussão mais direta na ingestão.

O elevado peso da despesa alimentar na explicação da ingestão calórica, tanto nas famílias com despesa abaixo de 0,5 SM, quanto para o total de famílias rurais, significa que, em boa medida, a variância da ingestão calórica depende estritamente da magnitude da despesa alimentar e não do tipo de gasto com alimentação (pode-se considerar que quanto mais forte for a associação entre despesa alimentar e ingestão, menor a possibilidade de que alterações na dieta tenham, para um mesmo gasto com alimentação, algum efeito importante sobre a ingestão calórica).

Em particular nas famílias com despesa per capita inferior a 0,5 SM, a despesa alimentar associa-se expressivamente à despesa corrente: 0 R2 da despesa corrente contra a alimentar é igual a 0.85 em São Paulo e no Nordeste⁽¹⁾. Além disso, nesta classe, seria muito difícil ocorrer um aumento no

(1) Para o total das famílias, a associação é menos forte, com a despesa corrente respondendo por 0.54 da despesa alimentar no Nordeste e 0.38 em São Paulo.

dispêndio com alimentação sem uma elevação prévia da renda (considerando a despesa corrente como proxy da renda), uma vez que, em média, boa parte desta renda já está comprometida com a alimentação: a $\frac{\text{despesa alimentar média}}{\text{despesa corrente média}}$ situa-se acima de 60% nos diferentes grupos de famílias rurais nordestinos e paulistas - (obtido nas Tabelas 26 e 37).

Assim, não apenas a magnitude da despesa alimentar influi muito mais que o tipo de gasto efetuado na determinação da ingestão calórica, como aumentos nos gastos com alimentação dependem, sobretudo nas famílias mais pobres, essencialmente de incrementos na despesa corrente como um todo, logo na renda familiar.

Retomando o exame da influência da despesa corrente sobre a ingestão, investiga-se, agora, a forma pela qual esta influência se exerce, através de uma regressão múltipla da corrente e da despesa alimentar contra a ingestão⁽¹⁾.

A regressão mostra que o impacto da despesa corrente sobre a ingestão não é relevante se considerado isoladamente, isto é, a influência desta variável sobre a ingestão passa essencialmente pela despesa alimentar (é por permitir uma maior despesa alimentar que a despesa corrente mais elevada pro

(1) Cálculos efetuados a partir de matrizes de correlação (Tabelas 38 a 41).

porciona maior ingestão calórica) ⁽¹⁾, De certo modo, este resultado evidencia que o melhor estado nutricional das famílias mais ricas do ponto de vista calórico decorre de maior gasto com alimentação e não simplesmente de uma composição mais eficiente da dieta.

Auto-Consumo e Ingestão Calórica

A relevância do nível de auto-consumo como variável determinante da ingestão calórica fica evidente pelo R² do auto-consumo/ingestão calórica: igual, no Nordeste, a 0.44 para as famílias na classe de despesa per capita até 0,5 SM e 0.45 para o total das famílias rurais, enquanto em São Paulo estes valores são de 0.23 e 0.32, respectivamente.

Embora o R² do auto-consumo/ingestão calórica confirme a importância do auto-consumo, a regressão múltipla do auto-consumo e da despesa alimentar contra a ingestão calórica revela que o auto-consumo praticamente nada acrescenta à despesa alimentar como explicação da ingestão, isto é, a participação do auto-consumo na determinação da ingestão é, em boa medida, me-

(1) Nas famílias com despesa per capita abaixo de 0,5 SM, a despesa corrente nada acrescenta à despesa alimentar enquanto "explicação" da variância da ingestão calórica. Quando se considera o total das famílias rurais de São Paulo e no Nordeste, o R² da despesa corrente e da despesa alimentar contra a ingestão calórica é mais elevado que o da despesa alimentar sozinha, mas, ainda assim, numa proporção pequena.

diada pela sua associação com a despesa alimentar⁽¹⁾. A correlação razoavelmente expressiva entre auto-consumo e ingestão calórica deriva, assim, do fato do auto-consumo ser uma das variáveis básicas na determinação da despesa alimentar (como mencionado, a variável mais fortemente associada à ingestão calórica).

Passando agora ao exame da importância do auto-consumo face à despesa corrente, cabe distinguir duas formas de relação entre auto-consumo e despesa alimentar/ingestão calórica:

- 1) quando os níveis mais elevados de auto-consumo implicam em maior despesa alimentar e ingestão calórica para famílias com o mesmo nível de despesa corrente.
- 2) quando o papel do auto-consumo se encontra "embutido" na despesa corrente, com o maior acesso ao auto-consumo exercendo o papel de elevar simultaneamente a despesa corrente familiar e a despesa alimentar/ingestão calórica.

A análise das regressões despesa corrente e auto-consumo contra despesa alimentar e despesa corrente e auto-consumo contra ingestão calórica evidencia que: nas famílias

(1) Com a possível exceção do total de famílias rurais nordestinas, cujo percentual explicado da variância da ingestão sobe de 60% para 66% com a introdução do auto-consumo ao lado da despesa alimentar. Neste caso, mesmo com a despesa alimentar semelhante, a simples forma de acesso ao alimento (a participação relativa do auto-consumo da despesa alimentar) influi sobre a ingestão, de modo que o nível de auto-consumo e de ingestão calórica variam no mesmo sentido.

com despesa per capita inferior a 0,5 SM em São Paulo e no Nordeste, o papel do auto-consumo influencia a nutrição quase exclusivamente via despesa corrente (2a. hipótese acima sugerida) (1); já quando se considera o total das famílias rurais nordestinas e paulistas, o efeito do auto-consumo sobre a despesa alimentar e a ingestão calórica como variável independente da renda familiar também é relevante (isto é, o auto-consumo influi sobre a nutrição pelas duas formas acima citadas) (2).

III.2.3. Posição Relativa dos Grupos Sócio-Econômicos

III.2.3.1. Estado Nutricional das Famílias de Produtores e Assalariados Rurais

Pela segmentação das famílias rurais de São Paulo e do Nordeste em grupos sócio-econômicos, fica evidente o contraste entre a situação nutricional das famílias com

(1) Nestas famílias, o fato do auto-consumo estar "embutido" na despesa corrente pode ser percebido, também pela participação razoavelmente expressiva do auto-consumo na explicação da variância da despesa corrente no Nordeste (igual a 0.31), e, embora pequena, não desprezível em São Paulo (igual a 0.18).

(2) Nas famílias com despesa corrente per capita abaixo de 0,5 SM, o R2 da despesa corrente e do auto-consumo contra a ingestão calórica, situa-se muito pouco acima do R2 da despesa corrente sozinha no Nordeste (0.68 contra 0.60) e em São Paulo (0.72 contra 0.70). Já para o total das famílias rurais nordestinas e paulistas, o auto-consumo tem um efeito sobre a ingestão calórica, independente da despesa corrente significativo: no Nordeste, a despesa corrente explica, isoladamente, apenas 0.22 da variância da ingestão, enquanto o R2 da despesa corrente e do auto-consumo atinge a 0.52; em São Paulo, estes valores são de 0.10 e 0.34, respectivamente.

e sem acesso à terra. De fato, existe uma acentuada inferioridade das famílias de "assalariados rurais" em comparação com as de "produtores rurais": pelo "método tradicional", a percentagem de famílias de produtores adequadas em termos calóricos e proteicos é de 59.1% no Nordeste e de 69% em São Paulo, enquanto os assalariados rurais adequados não ultrapassam 37.4% e 52,1%, respectivamente; pelo "método Sukhatme", os produtores rurais adequados representam 72.4% no Nordeste e 82.9% em São Paulo, e os assalariados rurais 53.2% e 65.6% (Tabelas 34 e 35).

A melhor situação nutricional das famílias com acesso à terra em São Paulo e no Nordeste associa-se, em boa medida, a uma despesa alimentar per capita média mais elevada nos grupos de produtores rurais relativamente aos assalariados rurais, o que, por sua vez, reflete níveis de despesa /renda per capita superiores nesses grupos (Tabelas 26 e 37). A explicação da inferioridade nutricional dos assalariados rurais via renda parece, contudo, insuficiente, sobretudo no Nordeste. Apesar da proximidade das despesas correntes per capita médias e das despesas alimentares per capita médias dos "semi-proletários" e dos "assalariados rurais" nordestinos, os níveis médios de ingestão e os coeficientes médios de adequação calórica e proteica, assim como a percentagem de famílias com ingestão calórica e proteica suficiente, são bem inferiores nos "assalariados rurais" (Tabelas 30 a 35). Além disso, na classe de despesa mais baixa (despesa corrente per capita menor que 0,5 SM), as despesas correntes médias e as despesas alimentares

médias não distinguem expressivamente os assalariados e produtores rurais, mas os indicadores nutricionais acima citados evidenciam a melhor situação dos produtores rurais. Em São Paulo, os "semi-proletários" e os "assalariados rurais" têm despesas correntes e despesas alimentares praticamente idênticas, mas os primeiros estão melhores do ponto de vista nutricional, embora, neste caso, as diferenças não sejam tão pronunciadas quanto no Nordeste. Já na classe de despesa mais baixa, as diferenças nos níveis de adequação e ingestão entre produtores e assalariados rurais são mais ou menos proporcionais às observadas nas despesas correntes e despesas alimentares desses grupos, com o acesso à terra não tendo aparentemente maior influência sobre a nutrição enquanto fator independente do nível de renda familiar e do dispêndio com alimentação.

Assim, embora os níveis de despesa corrente per capita e de despesa alimentar per capita sejam as variáveis básicas na determinação do estado nutricional das famílias rurais, parece razoável atribuir parte do contraste observado entre produtores⁽¹⁾ e assalariados rurais (principalmente no Nordeste) a outros fatores, que implicam em diferenças nas quantidades consumidas dos alimentos básicos em proporção superior à sugerida pelas diferenças nas despesas correntes e alimentares quando se opõe famílias com e sem acesso à terra.

(1) Sendo que, pelos critérios adotados, os "pequenos produtores" compõem a grande maioria dos "produtores rurais" paulistas e, principalmente, nordestinos. Ver, a propósito, o Capítulo II.

A seguir, examina-se a pauta de consumo alimentar das famílias rurais do Nordeste e de São Paulo, indicando-se as variações existentes nas quantidades consumidas e composição da dieta que explicam as diferenças nutricionais por classe de despesa e acesso à terra assinaladas.

III,2,3,2. Análise Comparativa da Pauta de Consumo Alimentar

Esta seção baseia-se em dados apresentados no trabalho "Padrões de Consumo de Alimentos: São Paulo e Nordeste" ⁽¹⁾. Apesar das famílias rurais nordestinas e paulistas estarem aí subdivididas em classes de despesa distintas do presente trabalho (acima e abaixo de 0,25 SM no Nordeste e de 0,75 SM em São Paulo) e das famílias de produtores rurais paulistas estarem reunidas num único grupo sócio-econômico, os dados apresentados a seguir servem para caracterizar as mudanças no consumo alimentar por classe de despesa e acesso à terra (produtores versus assalariados) responsáveis pelas diferenças nutricionais apontadas na seção anterior.

Inicialmente, aponta-se o contraste no consumo de alguns dos principais alimentos em termos de calorias e/ou proteínas entre famílias de uma mesma classe de despesa corrente per capita com e sem acesso à terra. O fato de se tratar de uma mesma classe de despesa representa uma forma de controlar a variável despesa/renda, já que as despesas com alimentação por comensal, médias ⁽²⁾ (Tabelas 42 e 43) variam pouco entre os grupos em cada classe de despesa.

(1) Caio César L. Prates da Silveira, Célia M. Poppe de Figueiredo, Francisco Viacava e Celso A. Cruz - "Padrões de Consumo de Alimentos: São Paulo e Nordeste", FINEP, mimeo, 1981.

(2) Variável através da qual é de se esperar que a renda familiar influa sobre o consumo de alimentos (despesa com alimentação por comensal é a despesa per capita corrigida por um índice de presença dos membros da família às refeições.

Em seguida, são analisadas as diferenças no consumo entre classes de despesa distintas no interior de um mesmo grupo sócio-econômico, o que permite controlar a variável acesso à terra.

A) Variações no Consumo Alimentar entre Grupos Sócio-Econômicos
(mesma classe de despesa corrente per capita)

A.1. Nordeste

Classe de despesa corrente per capita abaixo de 0,25 SM

A Tabela 44 apresenta as diferenças entre os grupos sócio-econômicos nas quantidades consumidas dos alimentos que são as principais fontes calóricas e/ou proteicas nesta classe de despesa. Estas, por sua vez, aparecem na Tabela 48, onde os alimentos são hierarquizados pela sua contribuição calórica e proteica.

Por estes dados, existem variações expressivas intergrupos nas quantidades consumidas dos principais alimentos da dieta das famílias rurais nordestinas desta classe. Confrontando-se estas informações com os dados sobre nutrição constantes da Tabela 42, percebe-se que, entre os grupos de produtores, as diferenças nas quantidades consumidas não resultam em diferenças importantes na sua situação nutricional, mas, entre as famílias de produtores e assalariados rurais, as diferenças já são significativas, apesar das despesas com alimentação por comensal-dia médias dos diversos grupos serem bastante próximas.

Nesta classe de despesa, o melhor estado nutricional dos produtores (neste caso, pequenos) sobre os assalariados deve-se, principalmente, ao maior consumo de:

- . feijão, cujo consumo das famílias de produtores é, conforme o grupo, de 30 a 60% superior ao dos assalariados, sendo em todos os grupos, destacadamente, a principal fonte proteica e a segunda mais importante de calorias;
- . arroz, que apresenta um contraste bastante acentuado nas quantidades consumidas por comensal-dia das famílias de produtores e assalariados rurais (aquelas consomem em torno do triplo destas) e é uma fonte calórica e proteica importante para as famílias de produtores, embora seja menos relevante para os assalariados;
- . outros alimentos que isoladamente não têm maior participação nas calorias e proteínas ingeridas, mas, em conjunto, têm razoável peso nas variações observadas na ingestão de calorias e proteínas como legumes (frutos) e outras leguminosas e milho.

As variações nas quantidades consumidas dos alimentos principais em termos nutricionais podem resultar de variações nos gastos com alimentos (Tabela 50) e, em decorrência, na composição dos gastos com alimentação⁽¹⁾ (Tabela 54),

(1) dado que o total dos gastos com alimentação não varia muito.

e/ou de variações nos preços pagos por cada alimento (devido a qualidade dos produtos adquiridos e/ou local de aquisição) (Tabela 52) ⁽¹⁾.

Nos itens mais importantes como fonte calórica e/ou proteica entre os que apresentam maiores diferenças nas quantidades consumidos (feijão e arroz), estas variam principalmente por variações nos gastos, embora, no caso do feijão, as variações nos preços pagos (mais baixos para os grupos de produtores) também sejam importantes.

Sobre a composição dos gastos com alimentação, algumas semelhanças importantes entre os grupos podem ser destacadas: a presença entre os principais produtos comuns a todos os grupos (feijão, far./out. derivados de mandioca e café); a presença do arroz nos grupos de produtores e do feijão e da far./out. derivados de mandioca como os dois principais produtos em todos os grupos (nesta ordem, nos grupos de produtores, na ordem inversa entre os assalariados). Entre os alimentos que apresentam maiores variações nas quantidades consumidas e estão, simultaneamente, entre os principais em termos nutricionais, apenas o arroz tem diferença intergrupos acentuadas nas percentagens de gastos de produtores e assalariados, refletindo uma hierarquização diferente desse alimento por estes grupos. Os de-

(1) Para a distribuição percentual dos gastos com alimentação das famílias rurais do Nordeste e de São Paulo segundo o local de aquisição (supermercado, armazém, auto-consumo, etc.) e para cada classe de despesa corrente per capita e grupo sócio-econômico, ver as Tabelas 8 e 9 no Anexo II.

mais produtos com variações expressivas nas quantidades consumidas não se incluem entre os cinco principais em percentagem de gastos de nenhum grupo e isoladamente representam sempre menos de 5% dos gastos e não chegam a caracterizar modificações substanciais na composição dos gastos dos diversos grupos.

Classe de despesa corrente per capita acima de 0,25 SM

Aqui também existem diferenças intergrupos importantes nas quantidades consumidas por comensal-dia dos principais alimentos em termos nutricionais (Tabela 44), que acarretam um contraste apreciável na situação nutricional de produtores e assalariados rurais (Tabela 42).

À semelhança da classe de despesa abaixo de 0,25 SM, o melhor estado nutricional dos produtores relativamente aos assalariados decorre, principalmente, do maior consumo de feijão e arroz: o consumo de feijão nos grupos de produtores é de cerca de 25 a 70% superior ao dos assalariados, sendo este produto a principal fonte proteica em todos os grupos, a segunda fonte calórica nos "semi-proletários" e assalariados e a terceira nos produtores "puros" e "com ocupações urbanas", o consumo de arroz pelos produtores é de cerca de 3,5 vezes o dos assalariados e, principalmente entre os produtores, o arroz é uma importante fonte de calorias e proteínas.

Cabe ainda destacar como determinante da

superioridade do estado nutricional dos produtores (e da mesma forma que na classe de despesa inferior], as diferenças nas quantidades consumidas de outros alimentos que isoladamente não têm maior peso na ingestão calórica e/ou proteica, como legumes (frutos) e outras leguminosas e milho, mas que em conjunto têm razoável importância na determinação das diferenças nutricionais assinaladas na Tabela 42.

As diferenças nas quantidades consumidas de arroz e feijão entre produtores e assalariados decorrem principalmente de variações intergrupos nos gastos com estes alimentos (apenas no caso do feijão e quando se trata dos produtores "com ocupações urbanas" as diferenças nos preços pagos pelos produtores e pelos assalariados revela-se importante).

A composição dos gastos com alimentação em cada grupo (Tabela 54) apresenta semelhanças importantes a nível dos cinco principais produtos, como a presença de arroz, feijão e far. e out. derivados de mandioca e algum tipo de carne (bovina ou carne seca) em todos os grupos, mas, também evidencia contrastes, principalmente entre produtores e assalariados, dignos de nota como no caso do arroz (principalmente), feijão (quando se trata dos produtores "puros" e "semi-proletários" relativamente aos "assalariados"), far./out. derivados de mandioca e carne seca (estes com consumo mais elevado pelos assalariados).

A.2. São Paulo

Classe de despesa corrente per capita abaixo de 0,75 SM

Nesta classe, o melhor estado nutricional das famílias de produtores relativamente aos assalariados resulta, principalmente, do maior consumo de arroz, feijão, gordura animal, leite fresco e açúcar (Tabela 45), que são alimentos com participação importante nas calorias e/ou proteínas ingeridas (Tabela 49), e mais do que compensam o consumo superior pelos assalariados de óleos vegetais, pães, bolos e massas.

Destes alimentos, as variações mais expressivas entre produtores e assalariados são nas quantidades consumidas de gordura animal e leite fresco, sendo que feijão e, sobretudo, açúcar apresentam diferenças no consumo reduzidas. Gordura animal e leite fresco são, contudo, alimentos relativamente menos importante (dentre os básicos) enquanto fontes calóricas e/ou proteicas, de modo que a superioridade nutricional dos produtores rurais resulta mais de diferenças no consumo de alimentos que, grosso modo, podem ser "explicadas" por diferenças nas despesas com alimentação por comensal médias.

Em termos de composição dos gastos com alimentação, as diferenças nas quantidades consumidas referidas não chegam a refletir alterações significativas: os quatro principais produtos pelo critério percentagem do total de gastos com alimentação (responsáveis por perto de 45% dos gastos nos dois grupos) são os mesmos, aparecem na mesma ordem de importância e

têm participação relativa nestes grupos muito próxima,

Classe de despesa corrente per capita acima de 0,75 SM

Nesta classe, os indicadores nutricionais não apontam maiores diferenças entre os grupos de produtores e assalariados (existe, apenas, uma leve superioridade dos produtores), de modo que o acesso à terra também aqui não aparece como variável relevante para o estado nutricional independentemente do nível de dispêndio com alimentação por comensal médio em cada grupo. Apesar disso, algumas diferenças intergrupos nas quantidades consumidas dos principais alimentos em termos calóricos e/ou proteicos superam as que seriam de esperar pelas diferenças nas despesas médias com alimentação e merecem destaque: é o caso do consumo de carne bovina, de gordura animal e, principalmente, de leite fresco, bem superior no grupo de produtores; e de feijão e óleos vegetais, mais elevado no de assalariados.

Estas diferenças resultam de participações relativas dos principais alimentos (pelo critério percentagem de gastos) no total dos gastos com alimentação um pouco distintas, embora também existam semelhanças evidentes na composição dos gastos dos dois grupos, como a presença de arroz e carne bovina em 1ª e 2ª lugar e a inclusão de carne de galinha e feijão entre os cinco alimentos responsáveis por percentagens mais elevadas dos gastos.

B) Variações no Consumo Alimentar por Classes de despesa corren-
tes per capita de cada grupo sócio-econômico

b.1. Nordeste

O melhor estado nutricional das famílias da classe de despesa acima de 0,25 SM (Tabela 42) decorre, em cada grupo, principalmente, do maior consumo: de arroz e açúcar, em todos os grupos; feijão, em todos os grupos, menos nos produtores "com ocupações urbanas" (cujo consumo é praticamente o mesmo nas duas classes de despesa); milho, nos grupos de produtores; farinha e outros derivados de milho, nos "assalariados", legumes (frutos) e outras leguminosas, nos produtores "puros" e "semi-proletários"; pescado salgado, pescado e carne seca nos "assalariados" (1).

Destes alimentos, apenas o arroz, nos produtores "puros" e "semi-proletários", e a carne seca, nos assalariados, apresentam diferenças nas quantidades por comensal médias entre as classes de despesa acima e abaixo de 0,25 SM em proporção superior às diferenças nas despesas com alimentação por comensal médias destas classes. As quantidades consumidas dos demais variam em proporção igual ou, na maioria das vezes, inferior a das variações nas despesas com alimentação médias, sendo

(1) Alimentos que estão, em cada grupo, entre as principais fontes calóricas e/ou proteicas na classe de despesa acima de 0,25 SM e, simultaneamente, apresentam consumo mais elevado nesta classe de despesa (Tabela 48 e 46).

que no caso do feijão as diferenças nas quantidades consumidas são bem pequenas.

Como os preços pagos pelos alimentos não variam muito por classe de despesa em cada grupo (Tabela 52), as diferenças nas quantidades consumidas refletem aproximadamente as diferenças nos gastos com cada alimento.

Assim, com exceção do arroz e da carne seca, o consumo mais elevado destes alimentos na classe de despesa corrente per capita acima de 0,25 SM não resulta de maior participação na estrutura de gastos em cada classe, mas tão somente do maior dispêndio alimentar por comensal médio na classe de despesa superior. O nível mais elevado de despesa alimentar proporciona maior consumo nesta classe, apesar da maioria dos alimentos ter menor participação relativa no total dos gastos com alimentação em cada classe, em decorrência da maior diversificação da pauta de consumo alimentar das famílias mais ricas. Isto significa que não é a forma de compor a dieta (a composição dos gastos) que explica o melhor estado nutricional das famílias da classe de despesa superior em cada grupo, mas o seu nível superior de gastos com alimentação.

B.a. São Paulo

Nesta região, a superioridade nutricional das famílias de produtores e assalariados na classe de despesa acima de 0,75 SM resulta do maior consumo de: carne bovina, car

ne de galinha, óleos vegetais e açúcar, nos dois grupos; arroz, feijão, gordura animal e pães/bolos, nos assalariados; leite fresco, nos produtores (Tabela 47).

Da mesma forma que no Nordeste, o maior consumo destes alimentos na classe de despesa superior pode ser atribuído às diferenças nas despesas com alimentação médias entre as duas classes, com as variações nas quantidades consumidas para a maioria dos alimentos não chegando a ultrapassar as diferenças nas despesas com alimentação. As únicas exceções são as carnes bovina e de galinha, nos dois grupos, e os óleos vegetais, nos produtores, cujo consumo na classe de despesa acima de 0,75 SM supera o que seria de esperar pela comparação das despesas com alimentação médias nas duas classes de despesa em cada grupo.

Em termos de participação percentual nos gastos com alimentação, com exceção das carnes bovina e de galinha, as famílias das classes de despesa inferior nos produtores e nos assalariados dedicam uma percentagem maior do seu gasto com alimentação ao consumo dos alimentos citados, evidenciando que o consumo inferior destes alimentos na classe de despesa mais baixa não decorre de uma escolha inadequada dos alimentos a consumir, mas de limitação imposta pelos níveis de renda e gasto com alimentação nesta classe, resultado análogo ao observado no Nordeste.

Despesa Alimentar por Comensal-Dia, Adequação Calórica e Proteica (%) e Percentagem de Famílias com Ingestão Calórica e Proteica Suficiente nas Famílias Rurais do Nordeste por Classe de Despesa Corrente per Capita (em Salários Mínimos) ^(a) - 1974/75

	PRODUTORES PUROS		SEMI-PROLETÁRIOS		PRODUTORES C/OCUPAÇÕES URBANAS		ASSALARIADOS RURAIS	
	até 0,25 SM	acima de 0,25 SM	até 0,25 SM	acima de 0,25 SM	até 0,25 SM	acima de 0,25 SM	até 0,25 SM	acima de 0,25 SM
Despesa Alimentar por Comensal-Dia (em Cr\$) (b)	1,54	2,93	1,56	2,84	1,62	3,24	1,45	2,91
Adequação Calórica (%) (c)	81,4	112,1	80,2	107,8	78,8	105,0	70,1	92,6
Adequação Proteica (%) (d)	117,8	173,0	120,8	172,1	119,4	167,9	101,0	157,7
Percentagem de Famílias com Ingestão Calórica e Proteica Suficiente (e)	45,2	91,9	48,5	91,9	43,2	91,0	28,0	79,5

(a) Maior salário-mínimo do país à época do ENEEF.

(b) Despesas com alimentação por comensal são as despesas per capita corrigidas por um índice de presença dos membros da família às refeições.

(c) $\frac{\sum \text{ingestões calóricas}}{\sum \text{necessidades calóricas}}$

(d) $\frac{\sum \text{ingestões proteicas}}{\sum \text{necessidades proteicas}}$

(e) Cálculo segundo a metodologia de Sukhatme: ingestões calórica e proteica de cada família comparadas com um nível de necessidades igual a dois desvio-padrão abaixo da média das necessidades do conjunto de famílias considerado, no caso das proteínas, e três desvio-padrão, para as calorias.

Fonte: ENEEF/IBGE - tabulação especial

Despesa Alimentar por Comensal-Dia, Adequação Calórica e Proteica (%) e Percentagem de Famílias com Ingestão Calórica e Proteica Suficiente nas Famílias Rurais de São Paulo por Classe de Despesa Corrente per Capita (em Salários Mínimos) ^(a) - 1974/75

	PRODUTORES RURAIS		ASSALARIADOS RURAIS	
	até 0,75 SM	acima de 0,75 SM	até 0,75 SM	acima de 0,75 SM
Despesa Alimentar por Comensais-Dia (em Cr\$) (b)	3,47	6,02	3,02	5,43
Adequação Calórica (em %) (c)	95,3	108,3	88,6	106,3
Adequação Proteica (em %) (d)	126,7	164,7	110,7	159,8
Percentagem de Famílias com Ingestão Calórica e Proteica Suficiente (e)	75,2	92,3	58,9	87,5

(a) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

(b) Despesa com alimentação por comensal é a despesa per capita corrigida por um índice de presença dos membros da família às refeições.

(c) $\frac{\sum \text{ingestões calóricas}}{\sum \text{necessidades calóricas}}$

(d) $\frac{\sum \text{ingestões proteicas}}{\sum \text{necessidades proteicas}}$

(e) Cálculo segundo a metodologia de Sukhatme: ingestões calórica e proteica de cada família comparadas com um nível de necessidades igual a dois desvio-padrão abaixo da média das necessidades do conjunto de famílias consideradas, no caso das proteínas, e três desvio-padrão, para as calorias.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 44

Índices para as Quantidades Consumidas por Censal-Dia (a) das Principais Fontes de Calorias e/ou Proteínas (b) nas Famílias Rurais de cada Classe de Despesa Corrente per Capita (em Salários Mínimos) (c) por Grupo Sócio-Econômico - (Nordeste, 1974/75)

	DESPESA CORRENTE PER CAPITA até 0,25 SM			DESPESA CORRENTE PER CAPITA acima de 0,25 SM		
	assalariados rurais	produtores puros	semi-proletários ocup. urbanas	assalariados rurais	produtores puros	semi-proletários ocup. urbanas
arroz	100,0	342,0	263,4	100,0	368,9	357,1
carne bovina	100,0	68,9	68,0	100,0	95,4	67,3
feijão	100,0	143,1	157,7	100,0	151,0	168,5
leite fresco	100,0	130,5	127,6	100,0	160,8	114,2
farinha e outros derivados de mandioca	100,0	91,7	91,5	100,0	79,7	75,2
carne seca	100,0	48,0	49,7	100,0	48,2	42,2
pães e bolos	100,0	35,5	47,1	100,0	54,3	42,9
açúcar	100,0	76,8	87,3	100,0	82,1	81,7
peixe salgado	100,0	49,5	60,5	100,0	52,2	67,6
salirva e outros derivados de milho	100,0	88,4	127,9	100,0	85,0	129,5
peixe	100,0	97,5	66,5	100,0	52,1	48,4
legumes (frutos) e outras leguminosas	100,0	178,8	182,8	100,0	214,9	178,9
milho	100,0	362,0	497,9	100,0	375,0	613,1
despesa c/alimentação (g) por censal	100,0	106,2	107,6	100,0	100,7	97,6

(a) Em cada classe de despesa corrente per capita, assalariados rurais = 100.

Quantidade consumida por censal é a quantidade per capita corrigida por um índice de presença dos membros da família às refeições.

(b) Alimentos que estão entre as cinco principais fontes de calorias ou proteínas de pelo menos um grupo sócio-econômico de famílias rurais (produtores puros, semi-proletários, produtores com ocupações urbanas, assalariados rurais).

(c) Maior salário-mínimo do país à época do ENEF.

(d) Incluída aqui (em número índice) para efeito de comparação entre as variações nas quantidades consumidas por censal e nas despesas com alimentação por censal.

Fonte: ENEF/IBGE - tabulação especial.

Índice para as Quantidades Consumidas por Comensal-Dia^(a) das Principais Fontes de Calorias e/ou Proteínas^(b) nas Famílias Rurais de Cada Classe de Despesa Corrente per Capita (em Salários Mínimos)^(c) por Grupo Sócio-Econômico (São Paulo, 1974/75)

	DESPESA CORRENTE PER CAPITA até 0,75 SM		DESPESA CORRENTE PER CAPITA acima de 0,75 SM	
	assalariados	produtores	assalariados	produtores
arroz	100,0	116,5	100,0	96,3
feijão	100,0	108,7	100,0	81,3
carne bovina	100,0	121,1	100,0	133,3
carne de galinha	100,0	176,7	100,0	118,3
gordura animal	100,0	161,5	100,0	123,7
Óleos vegetais	100,0	70,7	100,0	88,7
leite fresco	100,0	152,6	100,0	227,0
pães/bolos	100,0	62,4	100,0	107,4
massas	100,0	83,4	100,0	75,8
farinha e outros derivados de trigo	100,0	178,1	100,0	100,3
açúcar	100,0	104,7	100,0	92,1
despesa com alimentação por comensal (d)	100,0	114,9	100,0	110,9

(a) Em cada classe de despesa corrente per capita, assalariados rurais = 100.

Quantidade consumida por comensal é a quantidade per capita corrigida por um índice de presença dos membros da família às refeições.

(b) Alimentos que estão entre as cinco principais fontes de calorias ou proteínas de pelo menos um grupo sócio-econômico de famílias rurais (produtores puros, semi-proletários, produtores com ocupações urbanas, assalariados rurais).

(c) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

(d) Incluída aqui (em nº índice) para efeito de comparação entre as variações nas quantidades consumidas por comensal e nas despesas com alimentação por comensal.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 46

Índices para as Quantidades Consumidas por Comensal-Dia ^(a) das Principais Fontes de Calorias e/ou Proteínas ^(b) nas Famílias Rurais de cada Grupo Sócio-Econômico por Classe de Despesa Corrente per Capita (em Salários Mínimos) ^(c) - (Nordeste, 1974/75)

	produtores puros		semi-proletários		produtores c/ocup.urbanas		assalariados rurais	
	até 0,25 SM	acima de 0,25SM	até 0,25 SM	acima de 0,25SM	até 0,25 SM	acima de 0,25SM	até 0,25 SM	acima de 0,25SM
arroz	100	205,4	100	258,1	100	201,3	100	190,4
carne bovina	100	371,1	100	265,1	100	416,4	100	267,9
feijão	100	117,5	100	118,9	100	102,5	100	111,4
leite fresco	100	249,5	100	181,3	100	268,3	100	202,5
farinha e outros derivados de mandioca	100	97,1	100	92,2	100	77,9	100	111,6
carne seca	100	335,0	100	283,1	100	292,1	100	333,8
pães e bolos	100	358,3	100	213,4	100	332,4	100	234,2
açúcar	100	177,5	100	155,4	100	178,5	100	166,1
pescado salgado	100	129,6	100	137,5	100	82,1	100	123,1
farinha e outros derivados de milho	100	162,4	100	171,1	100	216,1	100	169,0
pescado	100	94,9	100	108,4	100	71,1	100	148,9
legumes (frutos) e outros leguminosos	100	147,2	100	119,9	100	147,6	100	122,5
milho	100	128,5	100	152,7	100	115,1	100	124,0
despesa c/alimentação por comensal ^(d)	100	190,3	100	182,1	100	200,0	100	200,7

(a) Em cada grupo sócio-econômico, a classe de despesa corrente per capita abaixo de 0,25 SM = 100.

Quantidade consumida por comensal é a quantidade per capita corrigida por um índice de presença dos membros da família às refeições.

(b) Alimentos que estão entre as cinco principais fontes de calorias ou proteínas de pelo menos um grupo sócio-econômico de famílias rurais (produtores puros, semi-proletários, produtores com ocupações urbanas, assalariados rurais).

(c) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

(d) Incluída aqui (em nº índice) para efeito de comparação entre as variações nas quantidades consumidas por comensal e nas despesas com alimentação por comensal.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

Índices para as Quantidades Consumidas por Comensal-Dia ^(a) das Principais Fontes de Calorias e/ou Proteínas ^(b) nas Famílias Rurais de Cada Grupo Sócio-Econômico por Classe de Despesa Corrente per Capita (em Salários Mínimos) ^(c) - (São Paulo, 1974/75)

	PRODUTORES		ASSALARIADOS	
	até 0,75 SM	acima de 0,75 SM	até 0,75 SM	acima de 0,75 SM
arroz	100	88,7	100	107,3
feijão	100	83,5	100	111,7
carne bovina	100	372,8	100	338,6
carne de galinha	100	216,7	100	323,8
gordura animal	100	99,6	100	130,1
óleos vegetais	100	201,8	100	160,8
leite fresco	100	163,4	100	109,8
pães/bolos	100	282,4	100	164,1
massas	100	123,9	100	136,2
farinha e outros derivados de trigo	100	77,7	100	138,0
açúcar	100	109,2	100	124,1
despesa com alimentação por comensal (d)	100	173,5	100	179,8

(a) Em cada grupo sócio-econômico, a classe de despesa corrente per capita abaixo de 0,75 SM = 100.

(b) Alimentos que estão entre as cinco principais fontes de calorias ou proteínas de pelo menos um grupo sócio-econômico de famílias rurais (produtores puros, semi-proletários, produtores com ocupações urbanas, assalariados rurais).

(c) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

(d) Incluída aqui (em nº índice) para efeito de comparação entre as variações nas quantidades consumidas por comensal e nas despesas com alimentação por comensal.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

Principais Fontes Calóricas e Proteicas das Famílias Rurais em % da Ingestão Calórica e Proteica Total por Classe de Despesa Corrente per Capita (em Salários Mínimos) (a) e Grupo Sócio-Econômico (Nordeste, 1974/75)

Fontes Calóricas Principais (em ordem de importância)	PRODUTORES PUROS			SEMI-PROLETÁRIOS			PRODUTORES COM OCUPAÇÕES URBANAS			ASSALARIADOS RURAIS						
	até 0,25 SM			acima de 0,25 SM			até 0,25 SM			acima de 0,25 SM						
	produto	% no total da ingestão calórica	produto	% no total da ingestão calórica	produto	% no total da ingestão calórica	produto	% no total da ingestão calórica	produto	% no total da ingestão calórica	produto	% no total da ingestão calórica				
1	far./out.de rinvado de mandioca	32%	far./out.de rinvado de mandioca	21,7%	far./out.de rinvado de mandioca	31,9%	far./out.de rinvado de mandioca	20,5%	far./out.de rinvado de mandioca	33,3%	far./out.de rinvado de mandioca	18,4%	far./out.de rinvado de mandioca	41,8%	far./out.de rinvado de mandioca	12%
2	feijão	19,1%	arroz	17,2%	feijão	21,1%	feijão	17,2%	feijão	18,5%	feijão	17,0%	feijão	15,8%	feijão	12,3%
3	arroz	12%	feijão	15,5%	arroz	9,2%	arroz	16,7%	arroz	11,8%	feijão	13,7%	açúcar	9,4%	açúcar	10,9%
4	açúcar	6,5%	açúcar	7,5%	açúcar	6,9%	açúcar	7,4%	açúcar	7,0%	açúcar	8,9%	arroz	4,2%	arroz	5,6%
5	milho	5,7%	milho	4,1%	milho	6,2%	milho	6,7%	milho	3,8%	pães/bolos	4,2%	far./out.der. mandioca	2,9%	carne seca	4,5%
Fontes Proteicas Principais (em ordem de importância)	produto	% no total da ingestão proteica	produto	% no total da ingestão proteica	produto	% no total da ingestão proteica	produto	% no total da ingestão proteica	produto	% no total da ingestão proteica	produto	% no total da ingestão proteica	produto	% no total da ingestão proteica	produto	% no total da ingestão proteica
1	feijão	43,9%	feijão	33,7%	feijão	47,5%	feijão	37,0%	feijão	41,7%	feijão	29,1%	feijão	38,1%	feijão	27,4%
2	arroz	8,7%	arroz	11,7%	legumes (frutos) out. leg	6,6%	arroz	11,3%	arroz	8,4%	arroz	11,3%	pescado salgado	9%	carne seca	14,1%
3	legumes (frutos e outros leguminosos)	7,0%	legumes (frutos e outros leguminosos)	5,9%	arroz	6,5%	milho	5,4%	pescado salgado	5,9%	carne seca	6%	carne seca	6,7%	pescado salgado	6,9%
4	far./out. derivados de mandioca	5,0%	carne seca	5,4%	milho	5,2%	legumes (frutos) outros leguminosos	5,2%	pescado	5,9%	carne bovina	5,6%	far./out.der. mandioca	7%	far./out.der. mandioca	5,1%
5	milho	5,0%	leite fresco	5,4%	far./out.der. mandioca	4,9%	carne seca	4,7%	far./out.der. mandioca	5,0%	pescado	4,9%	pescado	4,7%	carne bovina	4,5%

(a) maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 49

Principais Fontes Calóricas e Proteicas das Famílias Rurais em % da Ingestão Calórica e Proteica por Classe de Despesa Corrente per Capita (em Salários Mínimos) e Grupo Sócio-Econômico (São Paulo, 1974/75)

Fontes Calóricas Principais (em ordem de Importância)	PRODUTORES RURAIS				ASSALARIADOS RURAIS			
	até 0,25 SM		acima de 0,25 SM		até 0,25 SM		acima de 0,25 SM	
	produto	% no total da ingestão calórica	produto	% no total da ingestão calórica	produto	% no total da ingestão calórica	produto	% no total da ingestão calórica
1	arroz	35,9%	arroz	26,9%	arroz	34,9%	arroz	28,2%
2	açúcar	14,7%	açúcar	13,5%	açúcar	15,8%	açúcar	14,8%
3	feijão	10,7%	gordura animal	8,1%	feijão	11,0%	feijão	9,3%
4	gordura animal	9,7%	feijão	7,5%	gordura animal	6,8%	Óleos vegetais	7,8%
5	Óleos vegetais	4,0%	Óleos vegetais	6,9%	Óleos vegetais	6,5%	gordura animal	6,6%
Fontes Proteicas Principais (em ordem de importância)	produto	% no total da ingestão proteica	produto	no total da ingestão proteica	produto	no total da ingestão proteica	produto	no total da ingestão proteica
1	arroz	28,4%	arroz	18,6%	feijão	28,5%	feijão	21,2%
2	feijão	26,8%	feijão	15,6%	arroz	28,0%	arroz	20,0%
3	leite fresco	5,2%	carne bovina	11,6%	pães/bolos	4,8%	carne bovina	8,9%
4	carne de galinha	4,7%	carne de galinha	7,7%	massas	4,8%	carne de galinha	6,8%
5	far/out.derivados de trigo	4,3%	leite fresco	6,3%	leite fresco	4,0%	pães/bolos	5,2%

(a) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF-
Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

Índices para o Gasto por Comensal-Dia^(a) das Famílias Rurais com as Principais Fontes de Calorias e/ou Proteínas^(b) por Classe de Despesa Corrente per Capita (em Salários Mínimos)^(c) e Grupo Sócio-Econômico (Nordeste, 1974/75)

	Despesa Corrente per Capita abaixo de 0,25 SM				Despesa Corrente per Capita acima de 0,25 SM			
	assalariados rurais	produtores puros	semi-proletá- rios	produtores c/ ocup.urbanas	assalariados rurais	produtores puros	semi-proletá- rios	produtores c/ ocup.urbanas
arroz	100	294,6	230,6	293,2	642,6	617,4	619,5	196,2
carne bovina	100	67,3	69,4	92,3	292,5	191,1	462,2	301,2
feijão	100	133,4	138,9	122,8	165,7	176,2	132,4	118,3
leite fresco	100	126,6	128,9	106,7	339,9	244,4	320,5	249,3
farinha e outros deriva- dos de mandioca	100	95,0	91,2	95,8	100,4	96,2	86,1	123,4
carne seca	100	42,4	47,0	53,2	155,8	138,1	166,3	350,0
pães e bolos	100	37,4	46,0	80,2	138,6	104,8	279,6	235,5
açúcar	100	81,2	87,9	89,0	141,3	139,1	152,2	161,2
pescado salgado	100	44,3	52,4	67,9	74,4	80,0	81,0	158,4
farinha e outros deriva- dos de milho	100	86,7	122,9	61,5	142,8	220,8	139,6	183,7
pescado	100	80,6	57,4	132,3	94,6	72,1	111,3	175,3
legumes (frutos) e ou- tros leguminosos	100	180,5	191,4	138,3	284,2	232,8	217,4	124,3
milho	100	369,4	472,9	323,3	464,6	842,9	424,1	136,3

(a) Gasto entre os assalariados rurais na classe de despesa corrente per capita abaixo de 0,25 SM = 100.
Gasto por comensal é o gasto per capita corrigido por um índice de presença dos membros da família às refeições.

(b) Alimentos que estão entre as cinco principais fontes de calorias ou proteínas de pelo menos um grupo sócio-econômico de famílias rurais (produtores puros, semi-proletários, produtores com ocupações urbanas, assalariados rurais).

(c) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

TABELA 51

Índice para o Gasto por Comensal-Dia ^(a) nas Famílias Rurais com as Principais Fontes de Calorias e/ou Proteínas ^(b) por Classe de Despesa Corrente per Capita (em Salários Mínimos) ^(c) e Grupo Sócio-Econômico (São Paulo, 1974/75)

	DESPESA CORRENTE PER CAPITA ABAIXO DE 0,75 SM		DESPESA CORRENTE PER CAPITA ACIMA DE 0,75 SM	
	Assalariados Rurais	Produtores Rurais	Assalariados Rurais	Produtores Rurais
arroz	100,0	119,3	112,7	107,9
feijão	100,0	109,0	114,1	92,5
carne bovina	100,0	116,0	379,2	524,2
carne de galinha	100,0	184,5	334,2	393,5
gordura animal	100,0	162,6	131,6	163,7
Óleos vegetais	100,0	72,1	153,2	138,5
leite fresco	100,0	150,7	123,6	250,9
pães e bolos	100,0	66,9	174,3	195,7
massas	100,0	81,2	146,6	123,5
farinha e outros derivados de trigo	100,0	182,3	142,3	145,4
açúcar	100,0	104,8	123,1	116,3

(a) Gasto entre os assalariados rurais da classe de despesa corrente per capita abaixo de 0,75 SM = 100.

Gasto por comensal é o gasto per capita corrigido por um índice de presença dos membros da família às refeições.

(b) Alimentos que estão entre as cinco principais fontes de calorias ou proteínas de pelo menos um grupo sócio-econômico de famílias rurais (produtores puros, semi-proletários, produtores com ocupações urbanas, assalariados rurais).

(c) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

Fonte: ENDEF/IEGE - tabulação especial.

Índices para o Preço^(a) das Principais Fontes de Calorias e/ou Proteínas^(b) das Famílias Rurais por Classe de Despesa Corrente per Capita (em Salários Mínimos)^(c) e Grupo Sócio-Econômico (Nordeste, 1974/75)

	DESPEZA CORRENTE PER CAPITA abaixo de 0,25 SM				DESPEZA CORRENTE PER CAPITA acima de 0,25 SM			
	assalariados rurais	produtores puros	semi-proletá- rios	produtores c/ ocup.urbanas	assalariados rurais	produtores puros	semi-proletá- rios	produtores c/ ocup.urbanas
arroz	100	86,4	87,8	92,1	91,8	91,0	96,8	103,2
carne bovina	100	97,8	102,0	100,3	114,4	106,0	120,8	112,5
feijão	100	93,0	87,8	91,5	98,5	93,7	96,3	106,3
leite fresco	100	96,9	100,8	102,3	103,9	105,5	114,1	122,7
farinha e outros deriva- dos de mandioca	100	103,5	100,0	106,2	113,3	114,2	122,1	110,6
carne seca	100	88,5	94,3	93,4	96,8	98,1	99,9	104,7
pães e bolos	100	105,1	97,3	97,9	108,7	104,2	102,7	100,3
açúcar	100	106,0	101,0	105,0	103,5	102,5	100,5	97,0
pescado salgado	100	89,2	86,7	85,0	115,9	96,2	123,7	128,8
farinha e outros deriva- dos de milho	100	97,9	96,2	97,5	99,6	100,8	102,1	108,8
pescado	100	82,7	86,4	87,4	102,3	100,2	103,3	117,8
legumes (frutos) e ou- tros leguminosos	100	100,9	104,5	105,0	107,7	106,3	111,8	101,4
milho	100	101,8	95,4	98,2	100,0	110,9	111,8	110,0

(a) Preços pagos pelos assalariados rurais da classe de despesa corrente per capita abaixo de 0,25 SM = 100.

(b) Alimentos que estão entre as cinco principais fontes de calorias ou proteínas de pelo menos um grupo sócio-econômico de famílias rurais (produtores puros, semi-proletários, produtores com ocupações urbanas, assalariados rurais).

(c) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 53

Índices para o Preço ^(a) das Principais Fontes de Calorias e/ou Proteínas ^(b) das Famílias Rurais por Classe de Despesa Corrente per Capita (em Salários Mínimos) ^(c) e Grupo Sócio-Econômico (São Paulo, 1974/75)

	DESPESA CORRENTE PER CAPITA ABAIXO DE 0,75 SM		DESPESA CORRENTE PER CAPITA ACIMA DE 0,75 SM	
	Assalariados Rurais	Produtores Rurais	Assalariados Rurais	Produtores Rurais
arroz	100,0	102,3	105,0	104,7
feijão	100,0	100,2	102,1	101,9
carne bovina	100,0	96,0	112,3	116,6
carne de galinha	100,0	104,5	103,4	103,1
gordura animal	100,0	100,5	100,9	101,4
óleos vegetais	100,0	102,4	95,5	96,9
leite fresco	100,0	99,2	112,7	108,5
pães e bolos	100,0	107,1	106,0	110,8
massas	100,0	97,6	107,8	119,1
farinha e outros derivados de trigo	100,0	102,3	102,7	105,0
açúcar	100,0	100,0	99,3	102,0

(a) Preços pagos pelos assalariados rurais da classe de despesa corrente per capita abaixo de 0,75 SM = 100.

(b) Alimentos que estão entre as cinco principais fontes de calorias ou proteínas de pelo menos um grupo sócio-econômico de famílias rurais (produtores puros, semi-proletários, produtores com ocupações urbanas, assalariados rurais).

(c) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 54

Principais Alimentos em % do Gasto Total com Alimentação nas Famílias Rurais por Classe de Despesa Corrente per Capita (em Salários Mínimos) (a) e Grupo Sócio-Econômico (Nordeste, 1974/75)

PRODUTORES PUROS				SEMI-PROLETÁRIOS				PRODUTORES C/OCUPAÇÕES URBANAS				ASSALARIADOS RURAIS			
abaixo de 0,25 SM		acima de 0,25 SM		abaixo de 0,25 SM		acima de 0,25 SM		abaixo de 0,25 SM		acima de 0,25 SM		abaixo de 0,25 SM		acima de 0,25 SM	
produto	%	produto	%	produto	%	produto	%	produto	%	produto	%	produto	%	produto	%
feijão	16,56	feijão	10,61	feijão	17,75	feijão	12,31	feijão	14,75	arroz	9,50	far/out.der. de mandioca	13,93	carne seca	12,34
far/out.der. mandioca	12,10	arroz	10,42	far/out.der. mandioca	11,97	arroz	10,92	far/out.der. mandioca	11,80	carne bovina	8,41	feijão	13,54	far/out.der. mandioca	8,70
arroz	9,25	far/out.der. mandioca	6,61	arroz	7,47	far/out.der. mandioca	6,61	arroz	8,91	feijão	8,02	carne seca	6,95	feijão	8,14
carne de porco	5,02	leite fresco	6,09	café	4,66	carne seca	4,95	pescado	4,86	leite fresco	5,43	café	5,54	carne bovina	6,22
café	4,88	carne bovina	5,63	leite fresco	4,61	leite fresco	4,77	café	4,46	far/out.der. mandioca	5,35	açúcar	5,12	café	4,80

(a) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

TABELA 55

Principais Alimentos em % do Gasto Total com Alimentação nas Famílias Rurais por Classe de Despesa Corrente per Capita (em Salários Mínimos) ^(a) e Grupo Sócio-Econômico (São Paulo, 1974/75)

PRODUTORES RURAIS				ASSALARIADOS RURAIS			
abaixo de 0,75 SM		acima de 0,75 SM		abaixo de 0,75 SM		acima de 0,75 SM	
produto	%	produto	%	produto	%	produto	%
arroz	21,14	arroz	11,20	arroz	20,78	arroz	13,24
feijão	9,46	carne bovina	10,74	feijão	10,17	carne bovina	8,79
gordura animal	8,73	carne de galinha	5,74	gordura animal	6,30	feijão	6,57
café	5,49	gordura animal	5,15	café	6,15	carne de galinha	5,52
carne de galinha	4,59	feijão	4,70	charque e salsicharia	4,63	charque e salsicharia	5,38

(a) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

RESUMO E CONCLUSÕES

Este trabalho partiu da constatação da grande complexidade das relações de trabalho na agricultura brasileira, onde se observa um lento avanço do assalariamento puro (mesmo nas regiões de agricultura mais desenvolvida como São Paulo) com a preservação e, em alguns casos, a recriação do trabalho familiar (suporte em geral, de formas bastante variadas de pequena produção). A convivência, nas últimas décadas, de relações de trabalho com estas características com uma expressiva (ainda que desigual) modernização da agricultura e um vigoroso crescimento industrial ensejou, a nível teórico, nos anos 70, um processo de revisão crítica das principais interpretações vigentes até então a respeito da dinâmica da agricultura brasileira e das suas relações com o desenvolvimento econômico do país. Sobre a evolução das relações de trabalho, em particular, diversos trabalhos procuraram mostrar como o próprio movimento de acumulação de capital pode, sob certas circunstâncias, reproduzir na agricultura relações de trabalho não assalariadas enfatizando a compatibilidade entre a agricultura assim organizada e o desenvolvimento do capitalismo no conjunto da economia.

O presente estudo também se coloca nesta perspectiva teórica, ainda que algumas qualificações; o processo básico por trás da complexidade das relações de produção na agricultura brasileira seria o da subordinação do trabalho ao capital, is

to é, do avanço da proletarização rural lato sensu ; a reprodução de relações "não-capitalistas" na agricultura seria uma possibilidade neste processo, mas não uma necessidade para a acumulação de capital no conjunto da economia (como muitas vezes é sugerido).

Sua contribuição principal, porém, não pretendeu ser de natureza teórica, mas, sim, a de destacar aspectos da pequena produção e da proletarização rural na agricultura brasileira que foram passíveis de exploração a partir de dados sobre orçamento familiar - no caso, os dados do Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF) do IBGE - e são importantes para uma caracterização adequada do tipo de pequena produção e proletariado rural existente na agricultura brasileira. Entre as regiões definidas pelo ENDEF, escolheu-se São Paulo e Nordeste pelo interesse em comparar as características do processo de proletarização e as condições de vida dos trabalhadores rurais de duas regiões com níveis de desenvolvimento agrícola muito distintos. O trabalho realizado constitui, na verdade, o desenvolvimento da parte referente ao setor rural da pesquisa "Ciências Sociais em Nutrição" feita na FINEP (concluída em 1980) sob convênio com o INAN e o IBGE⁽¹⁾. Pelo convênio com o IBGE, foi

(1) A pesquisa "Ciências Sociais em Nutrição" teve como motivação principal a exploração de dados do ENDEF (colhidos em 74 e 75), com particular interesse para dados sobre alimentação, para os quais o ENDEF se constitui numa fonte de dados extremamente minuciosa, de longe a pesquisa no gênero mais completa já feita no país. Foi estruturada em diversas linhas: análise do estado nutricional, estudos relativos ao setor rural, caracterização da população carente do estado urbano, etc. A referente ao setor rural - Volume II do relatório final da pesquisa - coube ao autor do presente trabalho e constitui a base deste.

possível ter acesso a dados primários do ENDEF e realizar tabulações especiais de acordo com os propósitos da pesquisa, de modo que os dados aqui utilizados são inéditos, não constando das publicações do ENDEF feitas pelo IBGE (2)

Os dados do ENDEF - que tem na família a unidade de pesquisa e apresentam informações sobre as ocupações de seus membros no período de um ano, despesa e renda familiar e consumo alimentar - permitiram destacar aspectos da pequena produção e da proletarização rural ausentes, necessariamente, de estudos baseados nas fontes de dados mais usuais, cuja referência são os imóveis (INCRA) ou estabelecimentos rurais (Censo Agropecuário). Estes aspectos são: a composição da renda familiar de pequenos produtores, com a indicação do nível de dependência dessas famílias de rendimentos provenientes de ocupações distintas da exploração rural (e, neste sentido, do grau de expropriação dos pequenos produtores, incapazes de sobreviverem apenas com os meios de produção à sua disposição); o nível de integração mercantil dessas famílias, de modo a avaliar até que ponto a pequena produção nordestina e paulista pode ser caracterizada como agricultura de subsistência; a proporção de assalariados dependentes para a sua reprodução de pequenas explorações rurais (se

(2) Todas as tabelas montadas tinham, no entanto, que passar, em última instância, pelo crivo do IBGE. Os dados eram, então, liberados ou não de acordo com critérios de representatividade estatística que o IBGE julgava necessários para garantir a confiabilidade das informações divulgadas. Em vista disso, algumas restrições apareceram, sempre associadas à impossibilidade de maior desagregação das famílias rurais: no nível de desagregação por grupo sócio-econômico (as famílias foram segmentadas em grupos de produtores rurais - "produtores puros", "semi-proletários" e "produtores com ocupações urbanas" - e de "assalariados rurais", sendo que entre os produtores ainda foram isolados os pequenos produtores "puros" e "com outras ocupações"), nos indicadores de despesa que foi possível utilizar (em geral, medidas de tendência central, como médias e medianas, já que uma maior desagregação por classes de despesa esbarrava em problemas incontornáveis de representatividade para os dados pedidos).

mi-proletários), assim como a extensão do exercício combinado em unidades familiares de pequenos produtores das atividades como pequeno produtor e assalariado, o que permite caracterizar a extensão do imbricamento pequena produção/trabalho assalariado ainda hoje existente na agricultura brasileira, etc.

De posse destas informações, foi possível evidenciar, no Nordeste e em São Paulo, aspectos importantes da pequena produção que não tem sido muito enfatizados e, de certo modo, minimizam o papel comumente atribuído à ela na absorção do pessoal ocupado na agricultura e no sustento da população rural, assim como ao auto-consumo na subsistência das famílias de pequenos produtores. Também foi possível dimensionar a presença de assalariados puros vis-à-vis os assalariados que são, ao mesmo tempo, pequenos produtores ou pertencem a famílias de pequenos produtores (os "semi-proletários"), informação importante na medida em que permite avaliar a pertinência das teses que ressaltam o papel da pequena produção como reservatório de mão-de-obra rural e a dependência do trabalho assalariado relativamente à pequena produção, que funcionaria como um apêndice do mercado de trabalho rural.

Finalmente, dedicou-se um capítulo à análise das condições de vida das famílias de pequenos produtores e assalariados nas duas regiões, a partir de indicadores dos níveis de despesa monetária e não-monetária destas famílias e, sobretudo, do seu estado nutricional, tomado como indicador privilegiado de condições de vida e para o qual o ENDEF constitui a fonte de da

dos mais completa do país.

A seguir, são resumidos os principais resultados encontrados nos capítulos II e III e , à guisa de conclusão, feitas algumas reflexões sobre eles.

Sobre Aspectos da Pequena Produção e do Processo de Proletarização Rural em São Paulo e no Nordeste (Capítulo II)

1) Em São Paulo e, principalmente, no Nordeste existe um contingente apreciável de famílias rurais de pequenos produtores com acesso à terra como proprietários, posseiros, parceiros ou arrendatários: 35% das famílias rurais paulistas e 74% das nordestinas. As famílias de pequenos produtores "puros" (dependentes exclusivamente da pequena exploração agrícola para a sua sobrevivência) não passam, contudo, de 15.6% em São Paulo e 22.7% no Nordeste. Além disso, 55% das famílias rurais nordestinas e 70% das paulistas depende, em maior ou menor proporção, do trabalho assalariado rural de membros da família.

2) Entre as famílias de pequenos produtores com outras ocupações além da atividade como produtor rural (a maioria das famílias de pequenos produtores das duas regiões, mas, sobretudo, do Nordeste), estas ocupações constituem, na média e para a maioria das famílias, fonte de renda monetária mais importante do que a comercialização da produção agropecuária. Além disso, é possível (os dados são compatíveis com esta hipótese) que a utilização de rendas complementares à pequena exploração rural, além de elevar a renda da família seja indispensável à subsistência familiar: nestes casos, a própria viabilidade da pequena produção dependeria fortemente da presença de outras fontes de renda na família (talvez a maior recorrência a outras receitas pelos pequenos produtores nordestinos se deva precisamente à debilidade da pequena produção no Nordeste e a sua mais

frequente incapacidade de prover a subsistência familiar).

3) Entre os grupos de pequenos produtores, os "puros" e os "com outras ocupações", a despesa monetária aparece como a principal componente da despesa corrente das famílias rurais do Nordeste e de São Paulo, com percentuais na despesa corrente em torno de 60%, cabendo o restante às despesas não-monetárias (auto-consumo e outras).

4) Nos pequenos produtores "puros", os graus de vinculação mercantil sugeridos pelos dados de despesa para Nordeste e São Paulo são semelhantes e expressam a orientação basicamente mercantil da produção agropecuária: trata-se, nas duas regiões, de uma pequena produção mercantil e não de uma agricultura voltada fundamentalmente para o auto-consumo e que comercializa apenas um excedente (a chamada agricultura de subsistência).

Nos pequenos produtores "com outras ocupações", a integração mercantil via despesa mostra que independentemente do destino da produção agropecuária (se mais voltada para mercado ou para auto-consumo), tampouco é a despesa de auto-consumo/produção para auto-consumo a fonte principal do sustento destas famílias. Pela ótica da produção, apesar das limitações dos dados para uma inferência mais rigorosa sobre o grau de vinculação mercantil, os dados disponíveis sugerem que: no Nordeste, ainda tem presença expressiva aqueles cuja produção se destina predominantemente para o auto-consumo; já em São Paulo a parcela da produção destinada ao mercado deve prevalecer, como ocorre nos "puros".

5) Tanto nos pequenos produtores "puros" quanto nos "com outras ocupações" do Nordeste e de São Paulo, a vinculação mercantil pelo lado da despesa predomina inclusive no item alimentação: o auto-consumo não é a fonte principal de sustento das famílias sequer neste item.

6) A predominância do mercado sobre a produção própria como fonte para o abastecimento familiar não se restringe àquelas com melhor situação econômica, atingindo também aos pequenos produtores mais pobres (cuja despesa corrente familiar per capita é inferior a 0,5 SM). Isto, por sua vez, significa que a agricultura de subsistência (enquanto centrada na produção para auto-consumo) não é a fonte principal do sustento familiar mesmo entre os pequenos produtores mais pobres.

7) Apesar dos dados sobre distribuição do pessoal ocupado em atividades agropecuárias apontarem, à semelhança do Censo Agropecuário, um elevado número de pessoas que exercem atividade como produtor rural ou mão-de-obra familiar não-remunerada, igual a 47% das pessoas ocupadas em São Paulo e 78% no Nordeste, o número de pessoas que, ao longo do ano, apenas exercem esse tipo de atividade cai para 39% a 62%, respectivamente. Além disso, apenas 19% em São Paulo e 24% no Nordeste do pessoal ocupado pertence a famílias de pequenos produtores dependentes exclusivamente da exploração rural para a sua sobrevivência, embora as unidades de produção familiares absorvam uma significativa parcela dessas pessoas.

8) Os pequenos produtores dependentes do trabalho assalariado rural de membros da família (os semi-proletários) têm participação expressiva entre os pequenos produtores nordestinos e paulistas, evidenciando uma característica importante da pequena produção nessas regiões: o papel de reservatório efetivo de mão-de-obra que uma parcela apreciável desta possui. Analisando, ao reverso, a proporção de assalariados dependentes para a sua reprodução de pequenas explorações rurais, percebe-se que, no Nordeste, prevalecem, principalmente entre os assalariados temporários, os semi-proletários, ao passo que em São Paulo predominam os assalariados puros, revelando a maior presença de relações capitalistas típicas na agricultura paulista (embora, a perspectiva teórica adotada neste trabalho não reduza o processo de subordinação do trabalho ao capital na agricultura à constituição de proletários puros).

9) A elevada percentagem de pessoas com ocupações urbanas (exclusivamente ou combinadas com a atividade de produtor rural, mão-de-obra familiar não remunerada ou assalariado rural) nas famílias dependentes de atividades rurais - cerca de 22.3 do total de pessoas ocupadas nestas famílias no Nordeste e 26.6 em São Paulo - revela a já expressiva combinação, no âmbito familiar, de atividades rurais e urbanas, apontando para a unificação do mercado de trabalho urbano e rural no Nordeste e em São Paulo, e para a dependência (provavelmente crescente) do campo relativamente à cidade no tocante à participação de atividades urbanas no sustento de famílias rurais.

Sobre as Condições de Vida das Famílias Rurais de São Paulo e do Nordeste (Capítulo III)

1) Os dados de despesa familiar do ENDEF evidenciam a pobreza dos trabalhadores rurais nordestinos e paulistas (famílias de pequenos produtores e assalariados), com as despesas correntes per capita (obtidas pela soma das despesas monetárias e das despesas não-monetárias estimadas) médias e medianas não ultrapassando 0,5 SM per capita no Nordeste e 1 SM per capita em São Paulo, e as despesas monetárias 0,2 SM e 0,5 SM, respectivamente.

2) Apesar da precariedade do seu nível de vida, as famílias de pequenos produtores "puros" e "com outras ocupações" tem as despesas correntes per capita médias acima das dos assalariados. Cabe notar, contudo, que isto se deve basicamente a diferenças nas despesas não-monetárias entre estes grupos, já que as despesas (rendas) monetárias per capita médias são praticamente iguais no Nordeste e apenas levemente superiores entre os pequenos produtores paulistas relativamente aos assalariados (as medianas das despesas monetárias per capita dos assalariados chegam mesmo a superar as dos pequenos produtores nas duas regiões).

3) A comparação interregional da despesa corrente das famílias de pequenos produtores e de assalariados rurais evidencia a melhor situação econômica das famílias rurais paulistas: as despesas per capita médias e medianas dos pequenos produtores "puros"

e "com outras ocupações" e dos "assalariados rurais" superam largamente as correspondentes do Nordeste (mesmo os assalariados rurais paulistas estão, por estes indicadores, em melhor situação que os pequenos produtores nordestinos).

4) Os dados sobre o estado nutricional das famílias rurais de São Paulo e do Nordeste - aqui considerado como um indicador básico de condições de vida - apontam uma elevada percentagem de famílias com deficiência de ingestão calórica e/ou proteica nas duas regiões: pelo "método tradicional", as famílias com ingestão insuficiente são 45,3% do total no Nordeste e 40,7% em São Paulo; pelo "método de Sukhatme", as percentagens são de 31,5% e 27,1%, respectivamente. Isto decorre, principalmente, de uma deficiência de ingestão calórica, com o coeficiente médio de adequação calórica do total das famílias situando-se abaixo de 100% no Nordeste e em São Paulo (isto é, a ingestão calórica é, em média, inferior às necessidades calóricas nas duas regiões).

5) Considerando a despesa alimentar, a despesa corrente e o auto-consumo como variáveis independentes e a ingestão calórica como variável dependente (já que a deficiência nutricional é sobretudo calórica), chega-se, através de correlações lineares e repressões múltiplas, a alguns resultados interessantes.

A despesa alimentar é, das variáveis em questão, a mais associada à ingestão. O seu elevado peso na explicação da ingestão calórica, tanto nas famílias com despesa abaixo de 0,5 SM, quanto para o total de famílias rurais, significa que, em

boa medida, a variância da ingestão calórica depende estritamente da magnitude da despesa alimentar e não do tipo de gasto efetuado com alimentação. Além disso, como nas famílias mais pobres (com despesa per capita inferior a 0,5 SM) a despesa alimentar associa-se expressivamente à despesa corrente, pode-se pensar que, neste caso, por trás de variações na despesa alimentar estão variações na despesa corrente, isto é, aumento nos gastos com alimentação dependem essencialmente, sobretudo nas famílias mais pobres, de incrementos na despesa corrente como um todo, logo na renda familiar.

O impacto da despesa corrente sobre a ingestão não é relevante se considerado isoladamente, passando essencialmente pela despesa alimentar: é por permitir uma maior despesa alimentar que a despesa corrente mais elevada proporciona maior ingestão calórica. Isto, de certo modo, evidencia que o melhor estado nutricional do ponto de vista calórico das famílias mais ricas decorre de maior gasto com alimentação e não simplesmente de uma composição mais eficiente da dieta.

Finalmente, embora o auto-consumo seja uma variável razoavelmente importante como determinante da ingestão calórica, praticamente nada acrescenta à despesa alimentar neste sentido: a sua participação é, em boa medida, mediada pela sua associação com a despesa alimentar. Especialmente nas famílias mais pobres (despesa per capita inferior a 0,5 SM), o auto-consumo também se associa à despesa corrente, de modo que nestas famílias o maior acesso ao auto-consumo tende a vir acompanhado, simultaneamente, de despesa corrente familiar e despesa alimentar/ingestão calórica maiores.

6) A análise da posição relativa das famílias por grupo sócio-econômico e classe de despesa no tocante aos indicadores nutricionais utilizados revela: uma acentuada inferioridade das famílias de "assalariados rurais" em relação às de "produtores rurais" (seja no total das famílias, seja nas famílias mais pobres, com despesas per capita abaixo de 0,5 SM); uma diferença expressiva entre as classes de despesa acima e abaixo de 0,5 SM em cada grupo sócio-econômico. Estes contrastes decorrem, sobretudo, de diferenças nas despesas com alimentação médias entre os grupos e as classes de despesa corrente. No Nordeste, contudo, a magnitude das diferenças nutricionais entre grupos sócio-econômicos (famílias com e sem acesso à terra) sugere que fatores associados ao acesso à terra devam, também, ser levados em conta na determinação do estado nutricional, independentemente dos níveis de renda e despesa com alimentação.

7) O exame da pauta de consumo alimentar das famílias rurais do Nordeste e de São Paulo evidencia as variações existentes nas quantidades consumidas e composição da dieta que explicam as diferenças nutricionais por classe de despesa e acesso à terra assinaladas. Alguns aspectos merecem destaque:

- a) Na análise por grupo sócio-econômico das variações nas quantidades consumidas dos alimentos básicos (fontes de calorias e/ou proteínas principais) e composição dos gastos com alimentação que explicam as diferenças nutricionais entre famílias com e sem acesso à terra pertencentes às mesmas classes de despesa corrente (e com despesas com

alimentação médias bastante próximas), tem-se que:

- a.1) No Nordeste, destacam-se o arroz e o feijão como os alimentos com contribuição calórica e/ou proteína importante, cujo consumo é significativamente superior nas famílias de produtores relativamente as de assalariados de uma mesma classe de despesa corrente per capita;
- a.2) Em São Paulo, apesar de algumas diferenças nas quantidades consumidas e composição dos gastos, nenhum alimento básico (com participação significativa nas calorias e proteínas ingeridas) apresenta diferenças entre produtores e assalariados em proporção superior a que seria de esperar pelas diferenças observadas nas despesas com alimentação.

- b) Na análise por classe de despesa dentro de cada grupo sócio-econômico, observa-se a nível dos alimentos básicos, que, em São Paulo e no Nordeste, as famílias da classe de despesa superior dedicam uma parcela menor dos seus gastos com alimentação ao consumo destes alimentos relativamente às famílias da classe de despesa inferior, em decorrência da maior diversificação da sua pauta de consumo alimentar ⁽¹⁾. Isto evidencia que o menor consumo destes alimentos na classe de despesa mais baixa não resulta de

(1) As únicas exceções são, no Nordeste, o arroz e a carne seca, e, em São Paulo, as carnes bovina e de galinha, que efetivamente têm maior participação na estrutura de gastos das famílias mais ricas.

uma escolha de alimentos menos adequada nesta classe em comparação com as famílias da classe superior, mas de limitação imposta pelo seu nível de renda e gasto com alimentação. Assim, pelo menos entre os alimentos básicos, não é a forma de compor a dieta (a composição dos gastos) que explica o melhor estado nutricional das famílias mais ricas em cada grupo, mas o seu nível mais elevado de gastos com alimentação.

CONCLUSÕES

Estes resultados sugerem, à guisa de conclusão, algumas reflexões sobre as características do processo de proletarização rural em São Paulo e no Nordeste e as condições de vida dos trabalhadores rurais daí resultantes.

Apesar de algumas semelhanças, o processo de proletarização rural nestas regiões apresenta contrastes acentuados em diversos aspectos, como reflexo do caráter "mais capitalista" da agricultura paulista, onde a chamada "industrialização do campo" se encontra em estágio mais avançado.

A percentagem de famílias de pequenos produtores no total das famílias rurais e da mão-de-obra familiar no total das pessoas ocupadas é bem mais elevada no Nordeste, embora também seja expressiva em São Paulo. A importância da pequena produção nas duas regiões é, no entanto, melhor qualificada quando outros aspectos de sua participação no total de famílias rurais e do pessoal ocupado são também observados.

Assim, as percentagens de famílias rurais nordestinas e paulistas dependentes exclusivamente da pequena produção para a sua sobrevivência e da mão-de-obra familiar pertencente a famílias de pequenos produtores "puros" são reduzidas: a maior parte das famílias de pequenos produtores depende também do exercício de outras ocupações por membros da família, e, inclusi

ve, pelos indicadores apresentados, consegue com elas rendimentos monetários superiores ao obtido com a comercialização de sua produção agrícola. Além disso, mesmo no Nordeste, a maioria das famílias rurais depende do trabalho assalariado de seus membros para sobreviver (resultado obtido com a adição das famílias de assalariados, portanto sem acesso à terra como produtor rural, às famílias semi-proletários, que combinam o assalariamento com a atividade como pequeno produtor).

Apesar da maioria das famílias rurais nordestinas ter, entre seus membros, assalariados rurais, estes são minoria no pessoal ocupado e predominantemente pequenos produtores ou pertencentes a famílias de pequenos produtores, isto é, semi-proletários; já em São Paulo, ao contrário, a parcela majoritária do pessoal ocupado é de assalariados e entre estes predominam os "puros". Existe, portanto, uma clara discrepância entre a situação do Nordeste e de São Paulo quanto à difusão do trabalho assalariado e, em particular, do assalariamento puro na agricultura.

Quanto à pequena produção que é conservada/recriada, algumas características e diferenças regionais se destacam: as famílias de pequenos produtores paulistas estão em melhor situação econômica que as nordestinas; nas duas regiões predominam as famílias de pequenos produtores "com outras ocupações", mas a percentagem de "puros" é maior em São Paulo; os "puros" possuem, pelas medidas de tendência central apresentadas, níveis de integração mercantil semelhantes nas duas regiões (tanto pe-

la despesa, quanto pela produção), enquanto nos "com outras ocupações" paulistas a vinculação mercantil pelo lado da despesa (e provavelmente pelo da produção) é um pouco superior à dos nordestinos.

A importância relativa da pequena produção em cada região e os aspectos apontados associam-se intimamente ao nível de desenvolvimento do capitalismo na agricultura de São Paulo e do Nordeste.

Nas duas regiões, mas com maior participação relativa no Nordeste, subsiste um tipo de pequena produção, sem maior relevância econômica, que funciona, sobretudo, como refúgio de mão-de-obra, absorvendo a superpopulação relativa produzida pela dinâmica da acumulação de capital urbana e rural nestas regiões: na ausência de oportunidades de emprego no setor urbano, o excedente de mão-de-obra gerado tende a permanecer na própria produção agrícola, desde que se abram espaços nela para a pequena produção. Trata-se, em geral, de uma pequena produção pauperizada, insuficiente para garantir a subsistência familiar, e que, por isso mesmo, aparece muitas vezes combinada no âmbito familiar com rendimentos de outras fontes como o assalariamento rural ou ocupações urbanas diversas.

Coexistindo com a pequena produção pauperizada, aparece, sobretudo em São Paulo, uma pequena produção tecnificada, subordinada, na sua maioria, às agroindústrias e às coopera

tivas capitalistas, que produz fundamentalmente para mercado e possivelmente correponde com mais frequência aos pequenos produtores "puros". Isto não significa, porém, que os "puros" sejam necessariamente pequenos produtores modernizados, tecnificados, nem que apenas este novo tipo de pequeno produtor tenha uma maior vinculação mercantil: os dados sobre integração ao mercado dos pequenos produtores "puros" apontam valores bastante próximos nas duas regiões, apesar do processo de subordinação da pequena produção ao capital industrial ou a cooperativas capitalistas estar bem menos desenvolvido no Nordeste.

Outro ponto a considerar é que, embora os pequenos produtores "puros" das duas regiões tenham, em geral, níveis de renda com exploração rural mais elevados que os dos demais pequenos produtores, a sua situação econômica, em particular no Nordeste, não permite caracterizá-los como "farmers" por oposição aos pequenos produtores mais pobres. Mesmo quando se trata de pequenos produtores modernizados, a tecnificação tem ocorrido, via de regra, sem capitalização - seja como uma imposição do capital ao qual a pequena produção está diretamente subordinada, seja para garantir a competitividade de sua produção agrícola - de modo que não se trata necessariamente de pequenos produtores abastados.

Quanto aos efeitos do avanço do processo de proletarianização sobre as condições de vida dos trabalhadores rurais, os resultados encontrados sugerem que, de um modo geral, as fa-

mílias de trabalhadores rurais de São Paulo e do Nordeste são bastante pobres (embora as de São Paulo estejam em melhor situação), e o acesso à terra não diferencia significativamente o padrão de vida das famílias de pequenos produtores e de assalariados.

Em cada região, os pequenos produtores "puros" e "com outras ocupações" têm, segundo medidas de tendência central como médias e medianas, níveis de despesa corrente familiar per capita um pouco superiores e de despesa monetária familiar per capita muito próximos ao dos assalariados. A condição de vida mais favorável dos grupos de pequenos produtores sobre o de assalariados expressa pelos níveis de despesa corrente per capita apresentados deve-se, assim, sobretudo às despesas não-monetárias (auto-consumo e outras). A diferença, contudo, não chega a ser acentuada; na situação em que se encontram os pequenos produtores de São Paulo e do Nordeste, submetidos a restrições diversas (ainda que com peso variável regionalmente) - exploração de áreas reduzidas e/ou pouco férteis, necessidade de recorrer a fontes de renda complementares à exploração rural, necessidade de compra de meios de produção para tornar competitiva a sua produção, subordinação ao capital (industrial ou comercial) que lhes retira a autonomia e se apropria do excedente, etc. - o acesso à terra não lhes chega a proporcionar um padrão de vida muito diferente do das famílias de assalariados. Cabe destacar, no entanto, o impacto do acesso à terra sobre o estado nutricional, que faz com que este seja efetivamente melhor

nas famílias de pequenos produtores das duas regiões.

Todos estes aspectos enfocados no presente estudo contribuem para uma melhor caracterização da pequena produção e da extensão do processo de proletarização rural strictu sensu, isto é, como constituição de assalariados rurais, permitindo, em particular, questionar, em certo sentido, a ênfase frequentemente dada ao papel da pequena produção na agricultura brasileira.

As análises que destacam a importância (para alguns autores, inclusive, crescente) da pequena produção, baseiam-se, em geral, na participação dos pequenos estabelecimentos na oferta agrícola e na percentagem do pessoal ocupado absorvida pela produção familiar.

Alguns trabalhos têm procurado apontar as deficiências dos dados censitários de pessoal ocupado para esta finalidade: destacam os problemas de comparabilidade entre os censos e a inadequação dos critérios do censo para uma estimativa mais correta do número de pessoas ocupadas atribuído a cada categoria ocupacional e da quantidade de trabalho realizada por categoria. De qualquer modo, mesmo se admitindo como corretas estas ressalvas, e corrigindo-se os dados do censo para chegar à composição média da força-de-trabalho no ano em equivalentes-homem, o papel de destaque da pequena produção na absorção da mão-de-obra rural parece inquestionável. Quando, porém, a importân

cia atribuída à pequena produção é questionada de outra perspectiva, a da relevância econômica (e não simplesmente numérica) da pequena produção na agricultura brasileira de hoje, esta importância parece bastante discutível, como é comentado a seguir com base nos resultados deste estudo.

O fato da maioria das famílias de pequenos produtores (e das pessoas ocupadas como pequeno produtor ou mão-de-obra familiar não-remunerada) depender para sua subsistência de fontes de renda complementares à exploração rural é a contra face da permanência da pequena produção como absorvedora de mão-de-obra rural indicada pelos dados censitários e, certamente, minimiza o papel da pequena produção no sustento da produção rural que uma análise inadvertida destes dados poderia sugerir. Entendendo-se que o processo de proletarização rural não se traduz apenas na expropriação completa dos meios de produção do pequeno produtor, mas tem como uma de suas características a maior dependência dos pequenos produtores de rendimentos não obtidos com a produção agrícola, pode-se considerar que os pequenos produtores com ocupações auxiliares refletem, em geral, o avanço do processo de proletarização e a incapacidade da pequena produção subsistir sozinha.

Uma parcela apreciável dos pequenos produtores nordestinos e paulistas depende do trabalho assalariado rural de membros da família e, desta forma, exerce o papel de reservatório efetivo de mão-de-obra rural. A recíproca, porém, só é ver

dadeira no Nordeste: os semi-proletários predominam apenas entre os assalariados nordestinos (em São Paulo, os assalariados puros constituem a maioria dos assalariados rurais). Assim, uma das funções com frequência atribuídas à pequena produção na agricultura brasileira - rebaixar os salários monetários rurais - se exerceria, no máximo, no Nordeste, sendo pouco provável a sua ocorrência em São Paulo. No Nordeste, a expressiva presença de semi-proletários entre os assalariados rurais pode implicar na dicotomização dos mercados de trabalho urbano e rural com a vigência de salários de base diferentes; já em São Paulo o contingente de semi-proletários não parece suficiente para exercer qualquer pressão baixista sobre os salários, e haveria, nesta região, uma tendência à unificação do mercado de trabalho urbano e rural. Do mesmo modo, a sugestão de que a pequena produção viabilizava o assalariamento temporário (onde o emprego e o desemprego coexistem) e de que, portanto, o trabalhador rural temporário teria também uma face camponesa, parece ser procedente no Nordeste, mas em São Paulo já não tem validade: o nível de emprego de assalariados temporários em São Paulo impossibilita a utilização de trabalho temporário com base apenas nos excedentes do tempo de trabalho de pequenos produtores.

Finalmente, apesar do papel da pequena produção na oferta de produtos agrícolas não ter sido analisado neste estudo, trabalhos recentes têm reavaliado a importância da pequena produção neste particular. O ponto básico criticado nestes trabalhos refere-se à suposta "função" que a pequena produção exer

ceria de produzir gêneros agrícolas de primeira necessidade a preços mais baixos que a produção capitalista. Diversos argumentos têm sido apresentados, conforme observado no Capítulo I, e parecem questionar convincentemente esta idéia. Em consequência, do ponto de vista da oferta de produtos agrícolas básicos, não seria necessária a permanência/recriação da pequena produção em determinados segmentos da agricultura para potencializar a acumulação de capital no conjunto da economia, como é colocado em muitos estudos.

Admitindo-se como corretos estes argumentos sobre a relevância econômica atual da pequena produção, perde o sentido a idéia de que a sua permanência/recriação seria necessária para a acumulação de capital no conjunto da economia, como muitas vezes é sugerido em trabalhos que enfatizam a compatibilidade entre a "reprodução de relações não-capitalistas" na agricultura e o desenvolvimento do capitalismo. Parece mais adequado considerar que a reprodução de relações de trabalho de tipo familiar na agricultura é apenas uma possibilidade (que pode, inclusive, não ter maior significado econômico), na medida em que, por diversas razões, o próprio movimento de acumulação de capital abra um espaço econômico na agricultura para a pequena produção. Além disso, os resultados aqui apresentados sugerem, num duplo sentido, o avanço do processo de proletarização rural no Nordeste e em São Paulo: *strictu sensu*, isto é, como constituição de assalariados rurais inteiramente despojados de meios de produção (neste caso, sobretudo em São Paulo); pela grande pre-

sença de pequenos produtores com ocupações auxiliares entre as famílias de pequenos produtores, que revela, grosso modo, o grau de expropriação a que está submetida a pequena produção e a sua incapacidade de subsistir sozinha, sem rendimentos complementares à exploração rural na família (nas duas regiões, mas, principalmente, no Nordeste).

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O ENDEFDEFINIÇÕES E CONCEITOS UTILIZADOS NO TRABALHO (1)

O ENDEF - Estudo Nacional da Despesa Familiar - inclui-se na série de pesquisas de orçamentos familiares que o IBGE realiza regularmente, tendo sido realizado entre agosto de 1974 e 1975. Os objetivos prioritários do ENDEF foram definidos no princípio de 1973, quando tiveram início os estudos sobre o seu preparo. O IBGE decidiu, então, dar as informações sobre consumo alimentar uma ênfase maior que a presente nas suas pesquisas sobre orçamentos familiares. Pretendia, com isso, fornecer elementos para estudos sobre condições de nutrição no país.

O interesse do IBGE em obter informações sobre orçamentos familiares em uma ampla pesquisa nacional, na qual se daria maior atenção aos dados sobre consumo alimentar, coincidiu com a orientação dos trabalhos da Divisão de Nutrição da FAO (Food Agricultural Organization - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), que tem uma ampla e já reconhecida experiência em estudos desta natureza. Por sua sugestão, dados mais

(1) Baseado nas publicações do ENDEF/IBGE. Além das definições e conceitos constantes destas publicações e utilizados neste trabalho, são apresentados outros, cujo acesso aos dados primários do Banco de Informações ENDEF possibilitou definir.

precisos sobre consumo alimentar das famílias foram coletados, para posteriormente serem analisados em um contexto de informações sócio-econômicas globais.

O governo brasileiro assinou convênio com a FAO e, a partir de outubro de 1973, especialistas daquela organização passaram a assessorar a direção do IBGE na definição dos objetivos básicos e da orientação geral para a pesquisa. Em trabalho conjunto com o IBGE, esses especialistas elaboraram um anteprojeto para a pesquisa que foi estudado e reexaminado nos meses seguintes. A fase de campo da pesquisa foi iniciada em 18 de agosto de 1974 e durou um ano, terminando em 15 de agosto de 1975.

As informações obtidas através do ENDEF refletem, em seu conjunto, aspectos diversos das condições de vida da população: foram coletados dados sobre o consumo das famílias e sobre a renda familiar (monetária e não monetária) por fontes de renda; além disso, as informações permitem a identificação e caracterização das atividades profissionais dos membros da família. A ênfase especial dada à coleta de informações sobre o consumo alimentar teve como objetivo principal permitir uma avaliação ampla de aspectos quantitativos e qualitativos do estado nutricional das famílias; foram registrados todos os produtos consumidos (quantidade e preço), sua origem (compra, produção própria, doação, troca) e, quando comprados, os locais de aquisição (feira-livre, supermercado, etc.).

O ENDEF utilizou equipes de campo compostas em geral de um supervisor e de três a seis pesquisadores, tendo sido fixado em

sete dias o período de pesquisa para a obtenção de dados sobre o consumo alimentar. A semana de pesquisa permitiu, também, que se obtivessem dados mais completos e com grau de correção bem maior que os obtidos numa única entrevista sobre os demais aspectos levantados no caderno de pesquisa.

O domicílio foi visitado duas ou três vezes por dia. A permanência em cada casa foi limitada ao tempo necessário para a obtenção da informação; cada visita, com pesagem de alimentos⁽¹⁾, durou cerca de 30 a 45 minutos. Durante sete dias sucessivos, o pesquisador pesou os alimentos consumidos pela unidade selecionada, indicando, para cada alimento, seu nome, estado, origem e a refeição na qual foi consumido. Registrou, também, o preço do alimento e lugar de aquisição, caso tivesse sido comprado. Sempre que possível, pesou o resíduo do alimento. Do mesmo modo, registrou o peso dos alimentos que não foram apresentados pela família (por terem sido jogados fora, dados a animais, etc.). Indicou, também, onde cada pessoa fez as refeições principais de cada dia (domicílio, restaurante, escola, etc.).

A origem de todos os outros produtos consumidos pela família (compra, produção própria, doação, troca) também foi identificada, o que possibilitou estimar a despesa monetária e não-monetária (contabilmente igual à receita monetária) familiar.

Na pesquisa, adotaram-se períodos de referência distintos para

(1) O ENDEF utilizou o método de pesagem na pesquisa do consumo de alimentos por ser este, segundo o FAO, o mais aconselhável em pesquisas deste gênero.

os vários itens da despesa, levando-se em consideração a frequência provável de ocorrência e a fim de aumentar a precisão dos dados que dependem da memória dos entrevistados: despesas referentes à semana da pesquisa incluem, entre outras, despesas com alimentação, transporte urbano, leitura informativa, recreação e fumo; despesas no mês anterior à semana da pesquisa compreendem artigos de higiene e cuidados pessoais, medicamentos, artigos de limpeza e comunicações; despesas no trimestre anterior à semana de pesquisa são, predominantemente, despesas com vestuário; despesas no ano são aquelas que, por sua natureza, são facilmente identificadas como, por exemplo, despesas com compra de automóvel e casa, aluguéis e taxas, mobiliário, aparelhos e equipamentos do lar, médicos, etc.

O total das despesas anuais das famílias foi calculado a partir da agregação dos gastos em cada item posteriormente expandidos para o ano. Para tanto, tornou-se importante criar uma metodologia que tornasse consistente aquela agregação. A expansão ao ano dos gastos semanais, mensais ou trimestrais não pode, contudo, ser feita diretamente sem levar em conta a inflação. Estudadas várias alternativas para solucionar esse problema, optou-se por calcular as despesas a preços de agosto de 1974, período central das informações sobre os gastos de referência anual. A metodologia utilizada foi sugerida pelos próprios dados da pesquisa: criaram-se índices de preços para os vários produtos de referência semanal - alimentares e não alimentares - mensal e trimestral de forma a permitir a agregação das despesas.

A seleção dos produtos para a geração dos índices levou em consideração, basicamente, sua importância no total das despesas do período de referência e a frequência de observações. Os preços por produto em cada período e dividiu-se o ano da pesquisa em 12 períodos iguais - foram ponderados pelas respectivas quantidades compradas.

Quanto aos gastos semanais com alimentação, construíram-se índices de preços para 101 produtos, abrangendo 95 por cento do total de observações que correspondem a cerca de 95 por cento do valor real das despesas em alimentação. Para 23 desses produtos, calcularam-se preços médios ponderados por classe de renda e por estrato da amostra; para 21 outros, por estrato ou por classe de renda a nível da região e para os 57 restantes, construíram-se índices regionais. Quanto aos outros gastos semanais, a cobertura dos índices foi de 80 por cento do total destes gastos.

Também para os gastos mensais e trimestrais calcularam-se índices a vários níveis de desagregação (por classe de rendas e/ou por estrato e/ou região). No caso dos gastos mensais, os preços médios ponderados resultaram em uma cobertura de 37 por cento do total destes gastos; quanto aos gastos trimestrais, os índices construídos abrangem produtos que constituem 59 por cento do valor total.

O presente estudo procurou explorar, com base em dados do ENDEF, aspectos sócio-econômicos diversos das famílias rurais de duas

regiões (pelo critério do ENDEF); São Paulo e Nordeste. Apesar deste trabalho ter sido elaborado, como ressaltado na Apresentação, a partir do volume referente ao setor rural da pesquisa "Ciências Sociais em Nutrição", concebida originalmente para analisar os dados sobre alimentação e nutrição do ENDEF, no tocante ao volume sobre o setor rural o objeto de investigação foi praticamente redefinido. Por outro lado, o exame em profundidade do estado nutricional das famílias urbanas e rurais, assim como a análise crítica das metodologias mais empregadas para avaliação da situação nutricional a partir dos dados de consumo alimentar e medidas antropométricas dos pré-escolares, ficou reservado para um volume específico⁽¹⁾. Por outro lado, o acesso a dados primários do ENDEF para realização de tabulações especiais (garantido pelo convênio que presidiu a pesquisa) ensejou a exploração de dados do ENDEF em outra direção: o exame de aspectos diversos da pequena produção e do processo de proletarização rural para os quais dados de orçamento familiar são mais adequados que as fontes usuais como o Censo Agropecuário e o Cadastro do INCRA. Em consequência, este ficou sendo o tema básico do presente trabalho e a caracterização do estado nutricional acabou sendo tratadas apenas num capítulo específico sobre as condições de vida das famílias de pequenos produtores e assalariados rurais, como um indicador privilegiado do nível de vida dessas famílias.

(1) Volume I do Relatório Final da Pesquisa "Ciências Sociais em Nutrição" (FINEP, mimeo, 1980), publicado pela Ed. Vozes em 1983 (F. Viacava, C.M. Poppe de Figueiredo e W.A. Oliveira, A Desnutrição no Brasil)

A amostra do ENDEF inclui, aproximadamente, 55.000 famílias e é representativa ao nível das chamadas "regiões do PNAD": sete regiões, das quais duas são São Paulo e Nordeste, analisadas neste trabalho. A escolha dessas regiões teve como objetivo comparar as características do processo de proletarização e as condições de vida dos trabalhadores rurais de duas regiões com níveis de desenvolvimento agrícola bastante distintos.

DEFINIÇÕES E CONCEITOS UTILIZADOS NESTE TRABALHO

1. Definições e Conceitos Relativos à Família

1.1. Família

É o conjunto de pessoas - ligadas ou não por laços de parentesco - que participam da formação e utilização de um mesmo orçamento, compartilham das refeições e habitam um mesmo domicílio particular. Neste sentido, a família é equivalente à unidade de orçamento.

1.2. Famílias Rurais

As famílias rurais para este trabalho são aquelas em que pelo menos um de seus membros exerce ocupações rurais (como produtor ou assalariado). Note-se que esta definição não corresponde à de estrato rural adotada pelo ENDEF, cujo critério é o de residência rural.

1.3. Segmentação das Famílias Rurais em Grupos Sócio-Econômicos

As famílias rurais foram segmentadas em grupos sócio-econômicos em função das ocupações exercidas pelos seus membros. No nível mais agregado, foram definidos quatro grupos resultantes da combinação intrafamiliar de ocupações como produtor rural (proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários com ou sem empregados⁽¹⁾), assalariado rural (os "trabalhadores rurais" na terminologia do ENDEF, com remuneração mensal, quinzenal, semanal, diária ou por tarefa) e de ocupações urbanas de qualquer natureza. Constituíram-se, assim, os grupos de produtores rurais em que, pelo menos, um membro da família é produtor rural (produtores puros, semi-proletários, produtores com ocupações urbanas) e um grupo de assalariados rurais, definidos do seguinte modo: "produtores puros", quando a exploração rural é a única ocupação da família; "semi-proletários", composto pelas famílias com assalariados e produtores rurais; "produtores com ocupações urbanas", para famílias com produtor rural, sem assalariados rurais e com membros que exercem ocupações urbanas; "assalariados rurais", para famílias com assalariados rurais, eventualmente com rendimentos provenientes de ocupações urbanas, mas não de exploração rural.

(1) Todos os proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários foram definidos como produtores rurais.

1.4. O conceito utilizado de Pequena Produção

Entende-se como "pequena produção", neste trabalho, as unidades de produção que utilizam exclusivamente ou quase exclusivamente mão-de-obra familiar. Ocorre que a classificação dos produtores rurais pelo ENDEF não permite a aplicação desse critério. O ENDEF distingue entre produtor "por conta própria" (o que utiliza apenas mão-de-obra familiar) e produtor "empregador" (quando existe mão-de-obra contratada no estabelecimento agrícola). A dificuldade consiste em identificar nos "empregadores", os pequenos produtores, isto é, aqueles que recorrem fundamentalmente à mão-de-obra familiar, valendo-se secundariamente de mão-de-obra contratada. Em vista disso, adota-se, para isolar a pequena produção, uma combinação de critérios na suposição de que constituem uma aproximação (embora imperfeita) do conceito teórico de pequena produção.

São considerados pequenos produtores:

- os conta própria (são utilizam mão-de-obra familiar);
- os semi-proletários (todos);
- os empregados dos produtores "puros" e dos "com ocupações urbanas" cuja despesa corrente familiar per capita⁽¹⁾ é inferior a 0,5 salários-mínimos⁽²⁾.

(1) Ver definição mais adiante.

(2) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

Admite-se que os "semi-proletários" (empregadores e conta própria) e os empregadores dos "puros" e dos "com ocupações urbanas" com despesa menor que 0,5 salários mínimos utilizam essencialmente mão-de-obra familiar. Foram, portanto, excluídos dos pequenos produtores os empregadores dos "puros" e dos "com ocupações urbanas" com despesa corrente per capita acima de 0,5 SM, não sendo possível avaliar a presença de pequenos produtores empregadores nesta classe de despesa.

Assim, em relação aos grupos sócio-econômicos previamente definidos, o conjunto de famílias de pequenos produtores incluiria todo o grupo dos "semi-proletários" e a parcela amplamente majoritária dos produtores "puros" e dos "com ocupações urbanas". Reunindo os "semi-proletários" e os pequenos produtores "com ocupações urbanas", tem-se os pequenos produtores "com outras ocupações" por oposição aos "puros", os dois grupos de pequenos produtores usualmente referidos ao longo do estudo.

No Nordeste, os subgrupos de pequenos produtores nos produtores "puros", "semi-proletários" e "com ocupações urbanas" puderam ser ainda desagregados pela forma de acesso à terra e posição na ocupação, o que para São Paulo não foi possível por problemas de representatividade estatística⁽¹⁾. Assim, cada um desses subgrupos foi subdividido em proprietários/posseiros empregadores e conta própria, parceiros/arrendatários empregadores e conta própria⁽²⁾.

(1) Ver mais adiante o item "sobre a questão da representatividade estatística".

(2) O ENDEF reúne num mesmo código de ocupação os proprietários e os posseiros, por um lado, e os parceiros e arrendatários, por outro, daí a subdivisão por forma de acesso à terra ter ficado limitada a estes subgrupos.

2. Definições e Conceitos Relativos às Despesas

2.1. Despesas

Todas as despesas, a menos que sejam explicitamente identificadas como monetárias ou não-monetárias, incluem ambas.

2.2. Despesas Monetárias

Referem-se aos gastos em dinheiro.

2.3. Despesas Não-Monetárias

As despesas não-monetárias são iguais, em termos contábeis, às receitas não-monetárias. As receitas não-monetárias correspondem a tudo que houver sido produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio e salários em bens) e que, pelo menos na última transação não tenha passado pelo mercado. Também foi incluída na receita não-monetária a diferença entre o valor de mercado dos objetos feitos em casa e o custo da matéria-prima e serviços necessários à sua confecção. O aluguel atribuído à casa própria ou cedida foi o único serviço considerado na receita não-monetária.

2.4. Despesas de Auto-Consumo

Item das despesas não-monetárias que é a contrapartida da parcela da receita não-monetária correspondente à produção própria. Corresponde, no presente trabalho, apenas à despesa alimentar de au-

to-consumo (estimativa monetária dos alimentos consumidos que provêm da pesca, caça, colheita, apanha ou criação e cultivo próprio), não incluindo as estimativas monetárias de objetos feitos em casa.

2.5. Equivalência Monetária do Consumo Alimentar

No caderno de pesquisa foram registrados, durante a semana da pesquisa, os produtos comprados (peso, valor, lugar de compra, etc.) e os produtos consumidos (peso, origem ou lugar de compra). Decidiu-se que obter a equivalência monetária das quantidades consumidas era uma abordagem bem mais realista da mensuração do consumo alimentar que considerar o valor das compras alimentares, as quais podem ocorrer com frequência irregular e que, portanto, poderiam não refletir os gastos das famílias com alimentação.

Assim, a metodologia adotada foi a seguinte: calculou-se o equivalente monetário das quantidades consumidas com os próprios preços pagos pela família, levando-se em conta o lugar de compra. Para os produtos não comprados (oriundos de produção própria, troca, doação ou retirados do negócio) utilizaram-se preços, quando disponíveis, da área de pesquisa. O equivalente monetário dos produtos consumidos não encontrado nesta etapa foi obtido utilizando-se preços médios calculados para cada produto nos seguintes níveis:

- área de pesquisa e semana da pesquisa
- município e mês da pesquisa

o estrato da amostra e mês da pesquisa

2.6. Expansão ao Ano

Os gastos levantados na semana da pesquisa (alimentação, transporte urbano, etc.) foram expandidos ao ano pelo fator 365 dividido pelo número de dias de pesquisa (nem sempre igual a sete, devido a uma série de razões inerentes a este tipo de pesquisa). A nível da família, isto equivale a supor-se que o cardápio e as quantidades consumidas na semana da pesquisa são constantes ao longo do ano, mas como as famílias são consideradas em grupos, esta hipótese é substituída pela de que cada família representa o consumo (da semana que foi pesquisa) de todas as famílias de características semelhantes.

Os gastos do mês anterior à semana da pesquisa (higiene e cuidados pessoais, etc.) foram multiplicados por 12, enquanto que os trimestrais (artigos de vestuário, cama, mesa e banho, e serviços do vestuário) foram multiplicados por 4.

2.7. Despesas Correntes

Equivalem às despesas familiares de consumo acrescidas dos impostos pagos e das contribuições trabalhistas e de previdência social. Difere da despesa familiar global (não considerada neste trabalho), na medida em que exclui daquela (composta por todas as despesas monetárias e não-monetárias realizadas pela família na aquisição de bens e serviços de qualquer tipo e nature

za), o aumento do ativo ⁽¹⁾ e a diminuição do passivo ⁽²⁾.

2.8. Despesas de Consumo

São todos os gastos realizados pela família com alimentação, vestuário, habitação (aluguéis e taxas, manutenção do lar, mobiliário e artigos do lar, aparelhos e equipamentos, artigos de limpeza), higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, transportes, educação, recreação e cultura, fumo e um grupo residual (transferências, cerimônias religiosas, etc.).

2.9. Despesas com Alimentação

Inclui os gastos com alimentação, geralmente preparadas no domicílio, seja para o consumo caseiro ou no local de trabalho, assim como os gastos com refeições fora do domicílio.

No caso da alimentação preparada no domicílio, os alimentos podem ter sido comprados ou não (produção própria, troca, doação, recebimento em bens ou retiradas do negócio).

No caso da alimentação fora do domicílio, as despesas monetárias, geralmente, referem-se a refeições pagas em restaurantes, bares, etc., e as não-monetárias são principalmente refeições gratuitas no local de trabalho e nas escolas (incluindo as merendas escolares).

-
- (1) Pode ser traduzido pelo aumento do patrimônio familiar (compras de imóveis e veículos) e pelos créditos de que a família dispõe (dinheiro no domicílio, depósitos bancários e outros créditos em mãos de terceiros).
- (2) Pode ser entendida como uma redução do endividamento da família (pagamento de débitos como prestações de empréstimos pessoais - e prestações de financiamentos - compras a crédito).

3. Sobre a Questão da Representatividade Estatística

Apesar do convênio que presidiu esta pesquisa ter possibilitado o acesso a dados primários do ENDEF e a realização de tabulações especiais de acordo com os seus propósitos, todas as tabelas montadas tinham, em última instância, que passar pelo crivo do IBGE. Os dados eram, então, liberados ou não de acordo com critérios de representatividade estatística que o IBGE julgava necessários para garantir a confiabilidade das informações divulgadas. Em vista disso, algumas restrições apareceram, sempre associadas à impossibilidade de maior desagregação das famílias rurais: no nível de desagregação por grupo sócio-econômico⁽¹⁾, nos indicadores de despesa que foi possível utilizar⁽²⁾, etc.

4. Sobre os Dados de Receita

Os dados de receita do ENDEF não foram deflacionados pelo IBGE como os de despesa, o que os tornou quase inutilizáveis neste trabalho. Sua utilização, praticamente, se restringiu a comparações em cada família da participação relativa de fontes de renda diversas (produção vendida, assalariamento rural, ocupações urbanas, aposentadoria e pensões). O não deflacionamento da renda tornou impossível comparar rendimentos de famílias distin

(1) Por exemplo, no Nordeste, os grupos de "produtores rurais" puderam ser desagregados pela forma de acesso à terra (em proprietários/posseiros e parceiros/arrendatários) e posição na ocupação (em empregador e conta própria), enquanto em São Paulo isto não foi possível.

(2) Em geral, medidas de tendência central, como médias e medianas, já que uma maior desagregação por classes de despesa esbarrava em problemas incontornáveis de representatividade para os dados pedidos.

tas - agregando-os em classes de renda, calculando medidas de tendência central para conjuntos de famílias, etc. - como foi feito com os dados de despesa com única exceção dos dados de receita não-monetárias, já que estes são iguais, em termos contáveis, "as despesas não-monetárias".

5. Definições e Conceitos Relativos à Nutrição

5.1. Necessidades Nutricionais

As "necessidades nutricionais" são os critérios de referência utilizados para o cálculo do nível de cobertura alcançado com a ingestão dos alimentos na dieta familiar. Pelo conceito adotado, representam as quantidades de energia e nutrientes que deveriam ser consumidos diariamente, objetivando compensar os gastos orgânicos com as diferentes funções fisiológicas e atividades realizadas. Não se trata, portanto, do necessário para a população alcançar melhores níveis nutricionais ou para recuperação de pessoas mal nutridas. O fato de se encontrar níveis de ingestão alimentar suficientes para cobrir as necessidades não assegura ausência de má nutrição.

O cálculo das necessidades calóricas e proteicas das famílias rurais do Nordeste e de São Paulo seguiu a metodologia desenvolvida na pesquisa "Ciências Sociais em Nutrição" (FINEP, 1980) e explicitada no Volume I do relatório final desta pesquisa⁽¹⁾:

(1) Publicado pela Ed.Vozes em 1983, Francisco Viacava, Célia M.Poppe de Figueiredo e Walmir A.Oliveira, A Desnutrição no Brasil.

baseou-se nas diretrizes sugeridas pela FAO/OMS (1973), adaptando-as de forma a permitir que o cálculo energético e proteico fosse feito individualmente para cada componente das famílias.

Os fatores considerados no cálculo das necessidades individuais são os seguintes: idade, sexo e peso (para as necessidades calóricas e proteicas) e tipo de atividade exercida (apenas para as necessidades calóricas), sendo as necessidades corrigidas ainda por um índice de presença de cada pessoa às refeições.

No caso do peso, a publicação da FAO/OMS de 1973 recomenda o uso do peso real apenas para o cálculo das necessidades dos indivíduos com mais de 12 anos de idade. Para aqueles com idade inferior a 13 anos, o peso ideal e não o real é recomendado, visando permitir um aporte calórico e proteico que possibilite, inclusive, caso necessário, a recuperação nutricional dessas crianças.

No caso do tipo de atividade exercida (o que somente é considerado para as pessoas maiores de 12 anos), as necessidades calóricas foram calculadas levando-se em consideração as ocupações atuais e as horas de trabalho nelas dispendidas. AS ocupações foram classificadas em quatro níveis de atividade (leve, moderada, pesada e muito pesada), sendo esta classificação feita com base em dados coletados por Pasmore e Durnin⁽¹⁾ e o Cadastro Brasileiro de Ocupações⁽²⁾. Além das necessidades para atividade são estimadas necessidades calóricas para o sono e para la-

(1) R.Pasmore e J.V.Durnin - Human Energy Expenditure, *Physiol Rev.*, 1955, citado por F.Viacava et alli, op. cit.

(2) Ministério do Trabalho e Previdência Social - Cadastro Brasileiro de Ocupações, 1971, citado por F.Viacava et alli, op.cit.

zer e os tipos de atividade desenvolvidos nesse tempo.

Considerando-se que os dados de ingestão são obtidos ao longo de uma semana, tornou-se necessário expandir as necessidades calóricas e proteicas diárias de cada membro da família para a semana, corrigindo-se essas necessidades pelo índice de presença semanal de cada pessoa às refeições. As necessidades calóricas e proteicas semanais de cada família foram obtidas a partir da soma das necessidades semanais de cada um de seus membros.

5.2. Comparação da Ingestão com Necessidades

A partir do cálculo das necessidades nutricionais de cada família, pode-se obter o nível de cobertura alcançado com a ingestão dos alimentos na dieta familiar. A comparação entre coeficientes de ingestão e necessidades (adequação nutricional) foi feita para um conjunto de famílias, ou individualmente para cada família ($n=1$) segundo a expressão: $A = \frac{\sum_{i=1}^n I_i}{\sum_{i=1}^n N_i}$, onde I =ingestão da família i e N =necessidades da família i .

Através do cálculo da adequação família a família chegou-se a uma estimativa da população com déficit de ingestão calórica e/ou proteica, que foi feita não só pelo "método tradicional" como também aplicando-se o "método de Sukhatme". O déficit de ingestão não pode ser considerado, contudo, como sinônimo de desnutrição: além do aspecto conceitual mencionado anteriormente (o conceito adotado de necessidades refere-se apenas aos gastos orgânicos com as diferentes funções fisiológicas e atividades rea

lizadas), existem grandes dificuldades para se estimar mais corretamente as necessidades calóricas e proteicas e é impossível garantir que a ingestão da família se mantenha, a longo prazo, dentro dos padrões observados.

O "método tradicional" baseia-se na comparação em cada família das ingestões calórica e proteica com as necessidades respectivas. Devido às limitações a que estão sujeitos os coeficientes de adequação calórica a nível familiar, decidiu-se fixar em 90% o limite para definir a suficiência calórica. Para a adequação proteica o limite foi fixado em 100% já que as necessidades proteicas imputadas de acordo com as recomendações da FAO/OMS podem estar subestimadas ⁽¹⁾.

Considerando-se as dificuldades para se estimar as necessidades nutricionais e as limitações do "método tradicional" daí decorrentes, procurou-se, também, calcular o déficit de ingestão por outro método, o de Sukhatme. Por este método compara-se a ingestão calórica e proteica de cada família com um determinado nível de necessidades calóricas e proteicas igual para todas as famílias ⁽²⁾. Este nível é calculado a partir da média das necessidades de um conjunto de famílias e do seu desvio-padrão: pa

(1) A opção pelas recomendações da FAO/OMS (1973) para necessidades proteicas deve-se ao fato de serem essas as mais utilizadas em pesquisa de consumo alimentar. As doses recomendadas estão, contudo, subestimadas, segundo muitos pesquisadores (ver F.Viacava et alli, op. cit., p. 37).

(2) No caso do ENDEF, como as necessidades e o tamanho da família variam com as classes de despesa preferiu-se determinar os limites de suficiência de ingestão calórica e proteica dentro de cada classe para cada região. Assim, para as classes de despesa corrente familiar per capita abaixo e acima de 0,5 SM, tanto no Nordeste quanto em São Paulo, foram calculados níveis de necessidades calóricas e proteicas abaixo dos quais as ingestões respectivas foram consideradas insuficientes.

ra as calorias, Sukhatme estima como limite de suficiência da ingestão o valor correspondente a três desvios-padrão abaixo da média das necessidades; para as proteínas essa estimativa é de dois desvios-padrão.

Segundo Sukhatme, famílias com ingestão abaixo dos limites acima apontados têm grande probabilidade de encontrarem-se em déficit de ingestão. Assim, esse método daria uma estimativa bastante rigorosa da percentagem de famílias onde certamente ocorre um déficit de ingestão, podendo-se entretanto supor que o número de famílias nessa situação seja até superior.

TABELAS NÃO ANALISADAS NO TEXTO

1a. tabela

Percentis da Despesa Corrente (em Salários Mínimos) ^(a) das Famílias Rurais do Nordeste segundo Grupos Sócio-Econômicos - 1974/75

Percentis	1 Produtores Puros	2 Semi-Proletários	3 Produtores com Ocup. Urbanas	4 Assalariados Rurais
5	0.4	0.5	0.1	0.4
15	0.6	0.7	1.0	0.6
25	0.8	0.8	1.2	0.7
35	1.0	1.0	1.5	0.8
50	1.3	1.2	1.9	1.1
65	1.6	1.5	2.5	1.3
75	2.0	1.7	3.0	1.5
85	2.6	2.1	4.0	1.9
90	3.1	2.5	5.0	2.2
99	8.4	4.1	16.3	4.1

(a) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial

2a. tabela

Medidas Diversas para Comparação da Despesa de Auto-Consumo (DAC) com a Despesa Monetária Corrente (DMC) por Grupo Sócio-Econômico de Famílias - de Produtores Rurais - Nordeste, 1974/75

		Média da $\frac{DAC}{DAC + DMC}$ (em %)	Média da $\frac{DAC}{DAC + DMC}$ (em %)	$\frac{DAC}{DAC + DMC} < 50$ (em %)
Grupo 1 Produtores Puros	proprietários/posseiros	33,6	32,0	76,6
	parceiros/arrendatários	32,7	32,0	76,3
Grupo 2 Semi-Proprietários	proprietários/posseiros	30,3	27,0	80,0
	parceiros/arrendatários	30,7	28,0	78,6
Grupo 3 Produtores c/Ocupações Urbanas	proprietários/posseiros	22,8	17,0	89,0
	parceiros/arrendatários	22,8	16,0	86,3

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

3a. tabela

Medidas Diversas para Comparação da Despesa de Auto-Consumo (DAC) com a Despesa Total com Alimentação (DTA) por Grupo Sócio-Econômico de Famílias de Produtores Rurais - Nordeste, 1974/75

		Média da $\frac{DAC}{DTA}$ (em %)	Média da $\frac{DAC}{DTA}$ (em %)	$\frac{DAC}{DTA}$ (em %)	50
Grupo 1 Produtores Puros	proprietários/posseiros	42,3	42,0	61,8	
	parceiros/arrendatários	41,3	42,0	60,6	
Grupo 2 Semi-Proletários	proprietários/posseiros	35,9	33,0	70,5	
	parceiros/arrendatários	35,1	32,0	68,5	
Grupo 3 Produtores com Ocupações Urbanas	proprietários/posseiros	30,0	24,0	77,6	
	parceiros/arrendatários	28,7	23,0	78,0	

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

4a. tabela

Número de Meses Trabalhados em Média pelos Assalariados Rurais dos Grupos de Semi-Proletários e de Assalariados Rurais segundo o tipo de Remuneração - Nordeste e São Paulo, 1974/75

		ASSALARIADOS RURAIS PERTENCENTES AO GRUPO DE SEMI-PROLETÁRIOS				ASSALARIADOS RURAIS PERTENCENTES AO GRUPO DE ASSALARIADOS RURAIS			
		entre jan/abr	entre mai/ago	entre set/dez	total	entre jan/abr	entre mai/ago	entre set/dez	total
Como assalariados que recebem por mês, quinzena ou semana	NE	3.0	3.0	3.3	9.3	3.4	3.4	3.4	10.2
	SP	3.0	2.9	2.8	8.7	3.2	3.2	3.2	9.6
Como assalariados que recebem por dia ou tarefa	NE	2.5	2.5	2.5	7.5	2.9	3.0	2.8	8.7
	SP	1.8	2.1	1.7	5.6	2.9	2.8	2.8	8.5

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

5a. tabela

Número de Horas Trabalhadas por Semana em Média pelos Assalariados Rurais dos Grupos de Semi-Proletários e de Assalariados Rurais segundo o Tipo de Remuneração - Nordeste e São Paulo, 1974/75

		ASSALARIADOS RURAIS PERTENCENTES AO GRU PO DE SEMI-PROLETÁ- RIOS	ASSALARIADOS RURAIS PERTENCENTES AO GRU PO DE ASSALARIADOS RURAIS
Como assalariados que rece- bem por mês, quinzena ou se- mana	NE	44.79	49.69
	SP	50.0	52.2
Como assalariados que rece- bem por dia ou tarefa	NE	38.98	44.58
	SP	46.9	51.1

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

5a. tabela

Distribuição percentual da Despesa Alimentar, do Consumo em Calorias e do Consumo em Proteínas das Famílias Rurais de Cada Grupo Sócio-Econômico e Classes de Despesa Familiar Corrente per Capita (em Salários Mínimos) (a) segundo o Grau de Processamento dos Alimentos (In Natura, Semi-Elaborados e Industrializados) - Nordeste, 1974/75

VARIÁVEL	PRODUTORES PUROS		SEMI-PROLETÁRIOS		PRODUTORES COM OCUPAÇÕES URBANAS		ASSALARIADOS RURAIS	
	DESESA CORRENTE PER CAPITA ATÉ 0,25 SM	DESESA CORRENTE PER CAPITA ACIMA DE 0,25 SM	DESESA CORRENTE PER CAPITA ATÉ 0,25 SM	DESESA CORRENTE PER CAPITA ACIMA DE 0,25 SM	DESESA CORRENTE PER CAPITA ATÉ 0,25 SM	DESESA CORRENTE PER CAPITA ACIMA DE 0,25 SM	DESESA CORRENTE PER CAPITA ATÉ 0,25 SM	DESESA CORRENTE PER CAPITA ACIMA DE 0,25 SM
% gasto em alimentos	39.3	26.02	41.20	36.70	37.84	31.95	34.52	30.17
% consumo em calorias	34.30	21.77	36.75	34.83	31.52	28.82	27.01	25.11
% consumo em proteínas	66.20	56.37	68.72	59.13	62.73	49.83	56.83	45.50
% gasto em alimentos	47.86	44.45	45.02	44.36	46.87	44.56	45.84	40.23
% consumo em calorias	57.55	55.46	55.25	53.44	58.94	54.07	62.83	57.51
% consumo em proteínas	27.99	31.35	23.17	30.46	29.13	33.59	29.56	29.59
% gasto em alimentos	12.84	19.55	13.78	18.89	15.27	23.48	19.60	29.61
% consumo em calorias	8.10	12.77	7.93	11.72	9.53	17.10	10.16	17.40
% consumo em proteínas	5.77	12.28	6.08	10.40	8.15	16.40	13.61	24.91
T O T A L	100	100	100	100	100	100	100	100

(a) Valor salário-mínimo do país à época do INDEF.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

7a. tabela

Distribuição Percentual da Despesa Alimentar, do Consumo em Calorias e do Consumo em Proteínas das Famílias Rurais de cada Grupo Sócio-Econômico e Classe de Despesa Familiar Corrente per Capita (em Salários Mínimos) ^(a) segundo o Grau de Processamento dos Alimentos (In Natura, Semi-Elaborados e Industrializados) - São Paulo, 1974/75

		PRODUTORES RURAIS		ASSALARIADOS RURAIS	
		DESPEZA CORRENTE PER CAPITA ABAIXO DE 0,75 SM	DESPEZA CORRENTE PER CAPITA ACIMA DE 0,75 SM	DESPEZA CORRENTE PER CAPITA ABAIXO DE 0,75 SM	DESPEZA CORRENTE PER CAPITA ACIMA DE 0,75 SM
IN NATURA	% gasto em alimentos	29,50	28,61	26,38	25,39
	% consumo em calorias	18,78	19,29	16,86	16,80
	% consumo em proteínas	40,83	34,86	39,70	34,61
SEMI-ELABORADOS	% gasto em alimentos	54,57	46,11	51,08	48,44
	% consumo em calorias	69,80	59,02	65,73	60,41
	% consumo em proteínas	48,02	47,37	44,48	45,89
INDUSTRIALIZADOS	% gasto em alimentos	15,94	25,31	22,53	26,18
	% consumo em calorias	11,41	21,71	17,31	22,78
	% consumo em proteínas	11,12	17,79	15,80	19,47
TOTAL		100	100	100	100

(a) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

8a. tabela

Distribuição Percentual dos Gastos com Alimentação das Famílias Rurais de Cada Grupo Sócio-Econômico e Classe de Despesa Familiar Corrente per Capita (em Salários Mínimos) ^(a) segundo o Local de Aquisição dos Alimentos - Nordeste, 1974/75

LOCAL DE AQUISIÇÃO	PRODUTORES PUROS		SEMI-PROLETÁRIOS		PRODUTORES C/OCUPAÇÕES URBANAS		ASSALARIADOS RURAIS	
	DESPESA CORRENTE PER CAPITA ATÉ 0,25 SM	DESPESA CORRENTE PER CAPITA ACIMA DE 0,25 SM	DESPESA CORRENTE PER CAPITA ATÉ 0,25 SM	DESPESA CORRENTE PER CAPITA ACIMA DE 0,25 SM	DESPESA CORRENTE PER CAPITA ATÉ 0,25 SM	DESPESA CORRENTE PER CAPITA ACIMA DE 0,25 SM	DESPESA CORRENTE PER CAPITA ATÉ 0,25 SM	DESPESA CORRENTE PER CAPITA ACIMA DE 0,25 SM
Supermercado	0.38	2.70	0.34	0.49	0.58	4.77	1.37	3.57
Feira	13.98	16.76	14.32	14.05	16.07	16.66	26.78	25.37
Armazém	21.83	20.01	26.42	24.84	27.21	19.86	34.22	33.95
Vendedor ambulante	2.67	2.27	2.48	2.28	2.29	3.68	2.31	1.84
Estabelecimento Especializado	3.27	6.34	3.90	5.06	4.22	10.69	4.59	6.56
Auto-Consumo	48.36	44.51	40.51	39.38	36.83	29.44	18.52	13.81
Troca	*	*	*	*	*	*	*	*
Doação	7.45	5.52	9.47	9.15	6.85	5.00	10.10	9.51
Retirado Negócios	1.98	1.79	2.44	4.61	5.72	9.85	2.05	5.29
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

(a) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial.

9a. tabela

Distribuição Percentual dos Gastos com Alimentação das Famílias Rurais de cada Grupo Sócio-Econômico e Classe de Despesa Familiar Corrente per Capita (em Salários Mínimos) (a) segundo o Local de Aquisição dos Alimentos - São Paulo, 1974/75

LOCAL DE AQUISIÇÃO	PRODUTORES RURAIS		ASSALARIADOS RURAIS	
	DESPEZA CORRENTE PER CAPITA ABAIXO DE 0,75 SM	DESPEZA CORRENTE PER CAPITA ACIMA DE 0,75 SM	DESPEZA CORRENTE PER CAPITA ABAIXO DE 0,75 SM	DESPEZA CORRENTE PER CAPITA ACIMA DE 0,75 SM
Supermercado	5.31	11.99	9.60	15.61
Feira	0.64	1.94	1.41	2.15
Armazém	32.49	21.77	54.46	35.83
Vendedor Ambulante	2.76	3.75	3.05	3.87
Estabelecimentos Especiali- dos	8.81	19.09	11.53	17.21
Auto-Consumo	42.31	32.26	8.34	12.86
Troca	*	*	*	*
Doação	5.78	5.72	9.06	7.98
Retirado Negócios	1.85	3.44	2.55	4.50
TOTAL	100	100	100	100

(*) Sem representatividade estatística.

(a) Maior salário-mínimo do país à época do ENDEF:

10a. tabela

Distribuição Percentual das Famílias Rurais do Nordeste e de São Paulo segundo a Adequação Calórica e Proteica da Dieta ^(a)

	ADEQUAÇÃO CP				TOTAL
	CP (b)	C \bar{P} (c)	$\bar{C}P$ (d)	$\bar{C}\bar{P}$ (e)	
Nordeste	56.0	2.1	25.3	16.6	100
São Paulo	63.2	4.6	15.4	16.9	100

(a) Método Convencional

(b) Famílias com ingestão calórica e proteica suficiente.

(c) Famílias com ingestão calórica suficiente e ingestão proteica insuficiente.

(d) Famílias com ingestão calórica insuficiente e ingestão proteica suficiente.

(e) Famílias com insuficiência de ingestão calórica e proteica.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial para a pesquisa "Ciências Sociais em Nutrição", dados apresentados por F.Viacava, C.M.Poppe de Figueiredo e W.A.Oliveira, A Desnutrição no Brasil, Vozes, 1983.

11a. tabela

Distribuição Percentual das Famílias Rurais do Nordeste e de São Paulo segundo a Adequação Calórico e Proteica da Dieta ^(a)

	ADEQUAÇÃO CP				TOTAL
	CP (b)	CP̄ (c)	CP̄ (d)	CP̄ (e)	
Nordeste	69.0	1.9	16.4	12.7	100
São Paulo	76.0	4.5	8.1	11.4	100

(a) Método Sukhatme.

(b) Famílias com ingestão calórica e proteica suficiente.

(c) Famílias com ingestão calórica suficiente e ingestão proteica insuficiente.

(d) Famílias com ingestão calórica insuficiente e ingestão proteica suficiente.

(e) Famílias com insuficiência de ingestão calórica e proteica.

Fonte: ENDEF/IBGE - tabulação especial para a pesquisa "Ciências Sociais em Nutrição", dados apresentados por F.Viacava, C.M.Poppe de Figueiredo e W.A.Oliveira, A Desnutrição no Brasil, Vozes, 1983.